

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

MATEUS DIAS PEDRINI

HOMENS TRANS(BORDADOS): EXPERIÊNCIAS JUNTAS E MISTURADAS NA
PRODUÇÃO DE OUTRAS MASCULINIDADES

VITÓRIA
2017

MATEUS DIAS PEDRINI

HOMENS TRANS(BORDADOS): EXPERIÊNCIAS JUNTAS E MISTURADAS NA
PRODUÇÃO DE OUTRAS MASCULINIDADES

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P372h Pedrini, Mateus Dias, 1991-
Homens trans(bordados) : experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades / Mateus Dias Pedrini. – 2017.
141 f. : il.

Orientador: Alexsandro Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Homens. 2. Masculinidade. 3. Transexuais. 4. Identidade de gênero. 5. Sexo (Psicologia). I. Rodrigues, Alexsandro, 1970-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

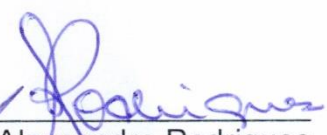
MATEUS DIAS PEDRINI

**HOMENS TRANS(BORDADOS): EXPERIÊNCIAS JUNTAS E
MISTURADAS NA PRODUÇÃO DE OUTRAS MASCULINIDADES**

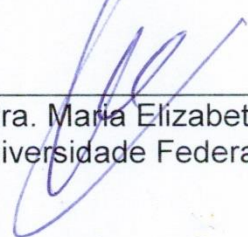
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 23 de março de 2017.

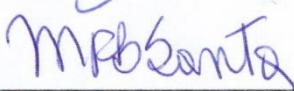
Comissão Examinadora



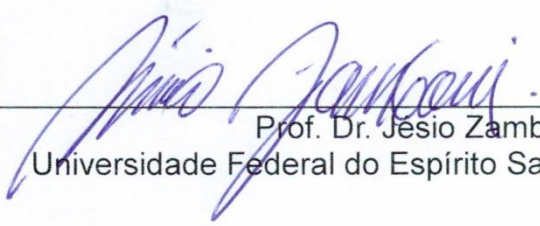
Prof. Dr. Alexandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Maria de Fátima Lima Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Jesio Zamboni
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho à minha querida avó Modestina Tatagiba Dias, mais conhecida como Dona Dina (*in memoriam*), que muito investiu para chegar onde estou, mas que infelizmente não pode ver os resultados de suas apostas. Onde estiver, imagino-a muito feliz nesse momento...

Agradecimentos

À Universidade Federal do Espírito Santo, pelos ensinamentos e aprendizagens na graduação que também se fizeram presentes nesse projeto de mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) pela aposta na pesquisa e no ato político do pesquisar, especialmente Ana Augusta Wanderley Rodrigues de Miranda, Ana Lucia Coelho Heckert, Ana Paula Figueiredo Louzada, Fabio Hebert da Silva, Gilead Marchezi Tavares, Janaína Mariano César e Luciana Vieira Caliman.

Aos estudantes do PPGPSI, que também construíram este trabalho nas conversas de corredor, nas dicas de leitura, nas mesas de bar e nos momentos descompromissados com a pesquisa, especialmente Adrielly Selvatici Santos, Aline Moschen de Andrade, Chislei Bruschi Loureiro, Danilo Candido Lemos, Dauri Batisti, Duérgnes Corrêa Assunção, Ernesto Grillo Rabello, Getúlio Sérgio Souza Pinto, Júlia Alano Porta, Lígia Caroline Pereira Pimenta, Lívia Andrade Silva, Rafael de Angeli, Rafael Dias Valêncio, Yan Menezes Oliveira e Yasmin Cupertino Reis.

A Silvia Crisley Alves de Jesus e Sônia Fernanda Fagundes da Silva Dias (Soninha), secretárias do PPGPSI, sempre solícitas a todas as nossas necessidades com o programa.

Ao professor Alessandro Rodrigues por acreditar em mais um projeto e apostar mais uma vez na potência dos estudos das sexualidades e, dessa vez, na pós-graduação. Sinto-me feliz de saber que muitas de nossas apostas em pesquisas anteriores ainda se encontram presentes nesse texto.

Aos colegas de orientação Davis Moreira Alvim, Hugo Souza Garcia Ramos, María Antonella Barone, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina Francisqueto Bernabé, Naiara Ferreira Vieira Castello e Pablo Cardozo Rocon, pelos momentos (des)construtivos na produção desse texto.

Às bichas loucas, às sapatonas, às *bees*, aos héteros e aos monstros que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSs) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em

Sexualidades (NEPS). O que vi e ouvi em nossas reuniões, conversas descompromissadas e leituras adicionais também se fazem presentes nesse texto.

Às bancas de qualificação e de mestrado, compostas por Fernando Altair Pocahy, Maria de Fátima Lima, Maria Elizabeth Barros de Barros, Jésio Zamboni, que dedicaram seu tempo e vontade a ler esse trabalho e nunca se negaram a participar desse processo.

Ao Fundo de Amparo à Pesquisa no Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro e institucional.

Aos integrantes, ex-integrantes e apoiadores do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que cederam seu tempo para entrevistas, conversas e momentos importantes que compuseram esta pesquisa, especialmente Bê Braga, Bernardo Ribeiro, Caio D'Paula Araújo, Flavia Ravache, Izah Silva, Joaquim Ferreira Mello, Lam Matos, Luck Palhano e Regina Facchini.

Aos meus pais, Orestes Cláudio Pedrini e Adriana Cristina Tatagiba Dias, e à minha irmã, Tais Dias Pedrini, pela paciência, atenção e carinho nos intensos momentos que ocorreram ao longo dessa pesquisa.

Ao meu amado Marcus Túlio Oliveira Neto, que fez a bondade de revisar esse texto, mas principalmente por ter se tornado essa bela fonte de afetos, trocas, construção de projetos de vida, apostas políticas e leituras das mais variadas. Amo-te profundamente e sou muito grato por fazer parte da minha vida.

À vida e às suas potências.

“Podia ser tanta gente aqui”

Marcos, mais um homem trans dessa pesquisa

Resumo

O termo “homem trans” refere-se a uma categoria política e social de pessoas que se recusam a ser definidas como mulheres, buscando por diversos motivos e processos identificarem-se com as masculinidades, transbordando normas de sexo e gênero. Pensando na pouca representatividade desses sujeitos nas pesquisas a respeito das transexualidades, o objetivo dessa dissertação é produzir experiências coletivas com homens trans, criando relações potencializantes com a vida e com os modos de viver; produzir encontros em que circulem histórias de vida que também dizem respeito aos coletivos que os atravessam; criar redes de solidariedade e amizades com eles, discutindo os modos e os métodos utilizados por esses sujeitos para a sua criação; conhecer as boas histórias, os movimentos de resistências e as transformações nas vidas dos homens trans, para além de sofrimentos ou mortificações em vida. O método deste trabalho é norteado pelos estudos cartográficos e dos cotidianos e foram feitas um total de cinco entrevistas com homens trans. O texto está dividido em quatro momentos que dialogam com temas que foram surgindo ao longo da pesquisa: *Transviante pesquisar*, em que abordo as propostas metodológicas para esse trabalho e como elas foram mudando ao longo dos dois anos de pesquisa; em *Corpo* trago alguns apontamentos sobre a produção do corpo trazido por homens trans da pesquisa; no capítulo *Políticas* apresento as políticas produzidas pelos homens trans para a implementação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo (IBRAT-ES), das produções autobiográficas e das pesquisas; e em *Recortes* apresento e problematizo alguns momentos importantes para produção de conhecimentos a respeito das transmasculinidades. Nos encontros e experiências com os homens trans, podemos ver um fiar de realidades que colocam esses mesmos sujeitos em movimentos desejantes na intenção de esculpir um novo corpo, um novo pensar e um novo existir. Muito mais do que conhecer a produção de sujeitos meramente sexualizados, observamos a produção da vida.

Palavras-chave: homens trans; transmasculinidade; sexualidade; gênero; psicologia.

Abstract

The term "trans man" refers to a political and social category of people who refuse to be defined as women, looking for various motives and processes identifying themselves with the masculinities, overflowing norms of sex and gender. Thinking about the low representativeness of these subjects in the research on transsexualities, the objective of this dissertation is to produce collective experiences with trans men, creating potential relationships with the life and ways of the life; to produce encounters in which life histories circulate that also concern the collectives that cross them; to create networks of solidarity and friendships with them, discussing the ways and the methods used by these subjects for their creation; to know the good stories, the movements of resistances and the transformations in the lives of trans men, besides suffering or mortifications in life. The method of this work is guided by cartographic studies and daily studies, and a total of five interviews with trans men were made. The text is divided in four moments that dialogue with themes that have arising throughout the research: *Transviante research*, in which I approach the methodological proposals for this work and how they have been changing over the two years of research ; in *Body*, I bring some notes on the production of the body brought by trans men of research; in the chapter *Policies*, I present the policies produced by trans men to the implementation of the Brazilian Institute of Transmasculinities of Espírito Santo (IBRAT-ES), autobiographical productions and research; and in *Cuttings* I present and problematize some important moments for the production of knowledge about transmasculinities. In the encounters and experiences with trans men, we can see a spin of realities that put these same subjects into desiring movements in order to sculpt a new body, a new thinking and a new existence. Much more than knowing the production of merely sexualized subjects, we observe the production of life.

Keywords: trans men; transmasculinity; sexuality; gender; psychology.

Lista de Imagens

- Figura 1 - Cartaz afixado em uma das paredes do prédio CEMUNI VI, do curso de Psicologia da UFES. A imagem com mais detalhes está disponível no Anexo I dessa dissertação. 26
- Figura 2 – Thomas Batie 101

Lista de Siglas

ABHT – Associação Brasileira de Homens Trans

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AMTIGOS - Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA - American Psychological Association¹

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia

AVC – Acidente Vascular Cerebral

CEMUNI VI - Célula Modular Universitária nº 6

CID – Classificação Internacional de Doenças

CRT - Centro de Referência e Tratamento

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders²

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENAHT – Encontro Nacional de Homens Trans

FAPES - Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

IBRAT-ES - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo

IBRAT-SP - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades de São Paulo

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FMUSP - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

¹ Associação Americana de Psicologia, em tradução livre.

² Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em tradução livre.

FTM – Female to male³

FUNDAÇÃO CASA - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

GEPSs – Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades.

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

MG – Minas Gerais

NAHT - Núcleo de Apoio a Homens Trans

NEPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades

OMS – Organização Mundial de Saúde

PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

PB - Paraíba

PE – Pernambuco

PR – Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

³ De feminino para masculino, em tradução livre.

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGSS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UREDIPPE - Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias
Especiais

USP – Universidade de São Paulo

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

Sumário

Inquietações: breve apresentação para um texto plural.....	16
1. Transviante pesquisar	20
1.1. Pode uma inquietação (des)dobrar-se em método(s)?.....	21
1.2. Quais são os objetivos da pesquisa?.....	30
2. Corpo	33
2.1. Com que corpos falamos?.....	35
2.2. Com que corpos trans falamos?.....	42
2.3. Como (des)patologizamos os corpos trans?	51
3. Políticas.....	65
3.1. Como produzir uma identidade <i>homem trans</i> ?.....	66
3.2. Pode o homem trans falar?	76
4. Recortes	86
4.1. Como filmografar homens trans?	87
4.2. Algumas perguntas aos homens trans no IBRAT.....	94
4.2.1. “Como os homens trans discutem a questão do feminino?”	94
4.2.2. “O que vocês pensam sobre a possibilidade de um homem trans engravidar?”.....	98
4.2.3. “Por que tem gays que não gostam de ficar com os homens trans? Por que eles nos rejeitam tanto?”.....	103
4.3. Os homens trans são <i>queers</i> ?.....	108
(In)conclusões: eu, homem trans?	114
5. Referências	118
Anexos.....	127

Inquietações: breve apresentação para um texto plural

Apreendi durante a graduação em Psicologia e no mestrado que não existe esse papo de “ponto zero”, mesmo porque todo começo é atravessado de alguma forma por tantas outras linhas que fica difícil determinar um começo, um meio ou um fim para os processos que nos constituem. Se existisse um “ponto zero” para este trabalho, ele seria feito por muitas redes de afetos e escrito por muitas mãos, muitas vozes, muitas bocas, muitos corpos, muitos cus, muitas pererecas, muitos pintos, muitas peles, muitas sobrepeles, muitas vidas e pessoas que querem borrar o que está dado, destruir processos pré-fabricados de produção da vida e criar algo novo em meio a desconfortos e deslocamentos. Muitas e muitos roubaram-me a caneta e o papel e quiseram escrever algumas histórias e linhas de pensamento presentes neste texto. E na possibilidade dessas redes de amizades e afetos acontecerem em uma pesquisa uma série de autorias e coautorias se lançam no desafio de se fazer presente aqui.

Esforço-me, portanto, a produzir um texto que não aponte somente modos de fazer pesquisa ou seus resultados empíricos, mas também dar atenção àquilo que extrapola dela. Afinal, os sujeitos que buscamos conhecer não estão à nossa disposição e, em muitos momentos, não querem (e nem precisam) responder nossas dúvidas para que possamos entregar no prazo nossos textos, artigos, relatórios, qualificações e dissertações. “*A crise de compreensão é nossa*”, já dizia meu orientador em uma de nossas supervisões, já que nossos sujeitos de pesquisa querem, antes de tudo, viver, fazer com que suas existências aconteçam em meio a opressões e mortificações em vida, como nos sinaliza Michel Foucault (2005); quadros de guerra, como nos aponta Judith Butler (2015); ou pazes inquietantes capazes de silenciar muitas vozes, aos modos de Michael Hardt e Antonio Negri (2005). Não podemos saber de antemão se o que produzimos é capaz de fazer diferenças em relação a esses cenários, mas o desafio já está lançado.

Há um quê desafiador e político no pesquisar, pensado com Lourau (2004), que “não é suficiente afirmar que a política está na vida cotidiana. É mais exato afirmar que *ela é a vida cotidiana*. É a política que tece as relações sociais banais, insignificantes, públicas ou privadas, de dia e de noite” (p. 122). Política, assim como pesquisar, é uma arte de afirmação

de posicionamentos em que assumimos consequências, acontecendo e dando importância aos menores atos do cotidiano, sempre de modo coletivo, em rede, afetando e sendo afetado por uma série de sujeitos que nos desacomodam.

Como os índios do Novo México narrados por Galeano (2015), um contador de histórias nunca está sozinho quando profere suas palavras, mas "está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros. Assim mostram, em figuras de barro, os índios do Novo México: o narrador, o que conta a memória, coletiva, está todo brotado de pessoinhas" (GALEANO, 2015, p. 18). As histórias que achamos serem tão pessoais são infinitamente plurais, já que nas construções narrativas que produzimos somos ao mesmo tempo autores, narradores e protagonistas daquilo que contamos. É assim que criamos a nós mesmos a partir do outro (LAROSSA, 1994).

Mesmo se valendo de uma série de questões pessoais, esse projeto jamais deixou de ser produzido na e pela coletividade que fui esbarrando e conhecendo em meu caminhar na pesquisa, com figuras, sujeitos, vozes, ideias e pensamentos que deram um ar plural ao trabalho. Inicialmente, desejava estudar os processos de produção das masculinidades, questionando os modos como esta identidade é feita de forma hegemônica, como ela pode se relacionar na produção de normatividades, homofobias, lesbofobias, transfobias, preconceitos e como o corpo do homem pode se associar aos fascismos de nossos cotidianos. Mas, em uma conversa descompromissada em uma mesa de bar, um colega de pesquisas me diz que, durante seu estágio no Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (ligado à Universidade Federal do Espírito Santo), vários homens trans⁴ haviam procurado o serviço transexualizador naquele espaço. A partir daí, meu projeto toma outros rumos, pois não pude deixar de me lembrar da pesquisa em que trabalhamos juntos, na qual tínhamos o desejo de realizar encontros com os mais variados modos possíveis do fazer trans, uma diversidade de vozes e histórias que pudessem nos contar sobre a construção de seus corpos e suas vidas.

De todas as quinze pessoas que narraram suas histórias nessa pesquisa, apenas uma se identificava como homem trans. Logo nos questionamos: o que podemos afirmar e indagar a partir dessa situação? Por que quando pensamos nas transexualidades ela está associada às

⁴ A partir das leituras de Almeida (2012) e Ávila (2014), podemos entender o termo "homem trans" como um grupo de pessoas que foram definidas como mulheres ao longo de suas vidas e que se recusam a serem entendidas como tal, buscando por diversos motivos, processos e agenciamentos, identificarem-se em meio às masculinidades.

transfeminilidades⁵? Que políticas e processos distanciam e aproximam as transmasculinidades⁶ das transfeminilidades? Por que as transmasculinidades encontraram-se tão invisibilizadas em nossas pesquisas? E com que homens trans (mesmo em pouca quantidade) estávamos falando?

Essas escassas aparições desses sujeitos também se estendiam para outros estudos científicos elaborados no Brasil. Para se ter uma ideia, na época que escrevi meu projeto, em meados de outubro de 2014, pesquisei o termo “homem trans” na plataforma *Scielo* e apenas um artigo científico foi encontrado com tal temática em português. Já no *Google Acadêmico*, outra importante plataforma de pesquisas acadêmicas, encontrei apenas trinta e nove trabalhos nessa temática. A necessidade de outros estudos que trabalhem estas questões tornam-se importantes disparadores na produção de saberes, olhares e regimes de verdades com esses sujeitos. Trata-se de um cenário analisador⁷ das formas que o fazer homem trans tem tomado (des)importância nos espaços de discussão e estudos, o que também aponta Ávila e Grossi:

Partimos da constatação de que são praticamente inexistentes, no Brasil, estudos sobre transmasculinidade e que os transexuais masculinos parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina. (ÁVILA e GROSSI, 2010, p. 1).

Produzir conhecimento com os homens trans é também pensar em uma política que afirma a diferença como potente, educadora, que ensina e aprende novas práticas no e com o cotidiano, conhecendo constituições de sujeitos na produção de olhares, corpos e mundos. Assim, muitas questões movem este projeto e se transformaram de alguma forma nos capítulos que seguem ao longo desse texto. Não busco respostas fáceis ao que considero questões complexas, pois o complexo se faz e acontece nas coisas mais simples da vida e “só podemos tentar entrar na problemática da complexidade se entrarmos na da simplicidade, porque a simplicidade não é tão simples quanto parece” (MORIN e LE LOIGNE, 2000, p. 48). Assim como repetido em várias supervisões e encontros com amigos na universidade, gosto de pensar que uma boa

⁵ Diferente dos homens trans, as mulheres trans são pessoas que foram definidas como homens, mas que também recusam tal definição e se encaminham na produção de identidades femininas. Logo, as transfeminilidades referem-se às mulheres transexuais.

⁶ Transexualidades referentes aos homens trans.

⁷ “A intervenção está associada à construção e/ou utilização de analisadores, conceito-ferramenta formulado no percurso do institucionalismo francês, que funcionam como catalisadores de sentido, desnaturalizando o existente e suas condições e realizando a análise” (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 71).

pesquisa é aquela que abre mais possibilidades para dúvidas do que propriamente respostas, o que também pretendo realizar aqui.

Busco, portanto, produzir outros questionamentos a partir dos cenários que vão se constituindo nesse caminhar pesquisante em que as (des)aprendizagens me são companhias. São relações que não estão dadas por si só, mas que se configuram com os próprios homens trans que vou conhecendo ao longo do caminho, fazendo-me ser um pouco homem, um pouco trans, um pouco outro e um pouco eu... tudo junto e misturado em um curioso tom de complexidade micropolítica. Talvez o que esteja (des)aprendendo de forma mais intensa com esses sujeitos é que os processos que constituem suas vidas não dizem respeito somente a eles, mas a todos aqueles que não se conformam dentro de si, que querem (e precisam) borrar suas bordas e cores na criação espaços e fronteiras bem mais possíveis de serem habitadas.

Para melhor organizar esse trabalho, dividi o texto em quatro momentos que dialogam com temas que foram surgindo ao longo da pesquisa. Em *Trans-viante pesquisar* abordo as propostas metodológicas para esse trabalho e como elas foram mudando ao longo de dois anos de pesquisa. Já em *Corpo* trago alguns apontamentos sobre a produção do corpo por homens trans que conheci. Com *Políticas* busco discutir as políticas produzidas pelos homens trans, para além daquelas formais e institucionalizadas que conhecemos, principalmente a partir da implementação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo (IBRAT-ES), das produções autobiográficas, além das poucas pesquisas com homens trans produzidas no Brasil. Nos *Recortes* apresento e problematizo alguns pequenos momentos durante a pesquisa que considero importantes para produção de conhecimentos nas/com as transmasculinidades. Por fim, (in)concluo o texto com a pergunta *Eu? Homem trans?*, na qual penso a partir das interpelações que os sujeitos de pesquisa me fizeram ao ser confundido com um deles.

1. *Transviante* pesquisar

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago.

Suely Rolnik – Cartografia sentimental

Mesmo que já tenhamos avançado para outros caminhos no espaço acadêmico, me vi em muitos momentos às voltas com os perigos do método cartesiano em nossas pesquisas. Descartes surge nos pequenos atos, momentos em que é preciso abafar as crises, esconder os acidentes que “sujam” as amostras, que não compactuam com as referências ou não afirmam o que gostaríamos que fosse dito. Uma verdade no método cartesiano não é produzida, pois ela já está dada e pronta no mundo, cabendo a nós, pesquisadores, cientistas, acadêmicos, detentores de um saber considerado mais “digno”, fazê-la emergir (NAJMANOVICH, 2001). À primeira vista, este modo de pensar faz o método ser encantador aos nossos olhos e, como qualquer encanto, apresenta seus perigos.

A atenção de Najmanovich não se refere especificamente ao método cartesiano ou a um conteúdo teórico em específico, mas a toda uma forma de pesquisar, além de sua persistência e relevância na produção de verdades e realidades. Implicados com aqueles e com aquilo que estudamos, não somos inocentes de nossos atos com as pesquisas, já que impactamos em realidades com nossas produções e o método na pesquisa pode se configurar como uma armadilha criada por nós mesmos. Sim, são possíveis outros modos de pesquisar. Não são caminhos dados ou fáceis de serem construídos, mas uma possibilidade em produção que se desenha numa confluência de ideais, pensamentos e forças desejanter.

Um método de pesquisa não é exatamente aquilo que iremos fazer, mas uma carta de intenções, um desejo de pesquisar de um determinado modo que pode (e deve) (re)fazer-se no decorrer de uma pesquisa, realizando dobras que nunca cessam e continuam a acontecer no momento em que escrevo essas palavras. Fugindo do modo cartesiano de fazer pesquisa e produzir mundos, proponho-me a realizar um *transviante* pesquisar, aos modos do que aprendi e continuo aprendendo com as pessoas trans nesse projeto.

1.1. Pode uma inquietação (des)dobrar-se em método(s)?

Fazer este questionamento me move na tentativa de produzir alguma ética⁸ nessa relação pesquisador - pesquisado (ou, se preferir, homem cis⁹ – homem trans), buscando uma construção com as diferenças, uma antropofagia com o outro que se empenha na expansão das vidas. Judith Butler, no livro *Quadros de Guerra* (2015), nos diz que uma vida só é possível de existir quando ela é passível de luto e garantida por uma série de direitos providos por várias instituições (Estado, Poder Judiciário, Saúde, Educação, entre outros). Muitas vidas que não passam por esse crivo estão apenas vivas no campo do precário, degenerando-se cotidianamente aos modos do deixar morrer do jogo biopolítico (FOUCAULT, 2005). Sendo assim, torna-se pertinente nos perguntarmos em que lugar nessa equação da vida encaixam-se os homens trans. Não sei se será possível responder essa questão nas páginas que se seguem nesse texto, mas vale o desafio.

Os lugares identitários que ocupo (que vão de universitário, pesquisador, classe média, branco, entre outros) não permitem que eu sinta em minha pele as dores e as belezas que é ser/estar homem trans, aos modos do que Caetano Veloso nos diz em seus versos: “*cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é*”. Processos no campo do invisível e do gritante ao mesmo tempo surgem nas relações desejanter deste projeto de pesquisa, desejo esse como uma produção de universos, como movimento atualizante de novas práticas e discursos, uma antropofagia do outro que precisa ser processada, digerida e inserida em nossas vidas (ROLNIK, 2014).

É nesse enlaçar de desejos que este trabalho começa, sendo constituído antes mesmo de minha entrada no PPGPSI e curiosamente gestado em uma conversa descompromissada na mesa de bar. Lá o projeto fez uma dobra para outros lugares e me empurra a outras questões que não havia pensado antes e que envolvem masculinidade, saúde, gestão pública, gravidez, paternidade, maternidade, processos de produção e constituição do corpo, militância, relações

⁸ Sobre a ética, Guattari nos diz que “existe uma escolha ética em favor da riqueza do possível, uma ética e uma política do virtual que descorporifica, desterritorializa a contingência, a causalidade linear, o peso dos estados de coisas e das significações que nos assediam. Uma escolha da processualidade, da irreversibilidade e da resingularização. Esse redobramento pode [...] tomar de empréstimo outros procedimentos, mais coletivos, mais sociais, mais políticos...” (GUATTARI, 1992, p. 42).

⁹ Termo utilizado para definir as pessoas não transexuais, isso é, aquelas e aqueles que se conformam com o gênero que foram designados desde antes de seu nascimento.

cotidianas, entre outros. Uma dobra, como nos aponta Deleuze (2005), é um exercício do pensamento capaz de produzir verdades e subjetivações em uma relação de exterioridade e interioridade que não são tão distantes quantos pensamos ser.

Com as "pontas soltas" de pesquisas passadas, este (des)dobrar-se cria condições a várias outras possibilidades pesquisantes. E deixo-me observar como nossos cotidianos também estão (des)enlaçados com as transmasculinidades, em seus silêncios ou em gritos desesperados para um pouco de possível, senão sufocam, como Deleuze nos diz (1992). A quantidade de homens trans que conheço ingressos no ensino superior, por exemplo, é maior que a quantidade de mulheres trans no mesmo espaço, apontando para uma série de questionamentos e afirmações do que temos feito com as sexualidades no ensino superior. Infelizmente, não consegui encontrar dados ou estatísticas que comprovem isso, o que não deixa de ser uma questão importante de ser pensada já que estou me referindo a uma vivência que passa na universidade onde estudo e um olhar atento aos cotidianos e sujeitos que me atravessam naquele mesmo espaço universitário. Não descarto, porém, a exclusão das pessoas trans nas universidades e espaços de ensino, já que muitas delas não alcançam esses espaços, são expulsos ou não conseguem se manter. Luan¹⁰, atual coordenador do IBRAT, lança suas hipóteses:

[LUAN]: Quando falamos de masculino e feminino, não estamos nos referindo ao homem e à mulher, mas a construções de gênero. A questão de ter ou não ter pessoas trans na faculdade pode se dar pelo masculino e pelo feminino, pois é a forma como essa pessoa se comporta na sociedade. A sociedade vê o feminino como frágil e engole aquela pessoa. Mas quando uma mulher é bem masculina, as pessoas não conseguem chegar tão perto dela. Talvez, a presença de vários homens trans na faculdade, fazendo mestrado e doutorado, se dê por causa disso, porque ele se impõe enquanto um masculino e consegue resistir ali dentro. E a gente consegue entender isso porque as mulheres trans e travestis por elas se usarem do feminino. Isso não é ruim, não acho que elas devam ser mais duronas, mas elas só conseguem terminar uma faculdade, o ensino fundamental, por se imporem com mais firmeza. [...] Já os meninos conseguem usar do masculino, dessa força e se colocar mais firmemente dentro do espaço acadêmico, da escola.

Há também a exposição e divulgação de ideias de muitos homens trans em blogs, sites, grupos de discussão e redes sociais difundidos na internet. Um dos primeiros blogs conhecidos no Brasil não foi produzido por um homem trans, mas pela pesquisadora Simone Ávila, cujo trabalho de doutorado se dedicava a estudar os homens trans pela primeira vez em

¹⁰ Os nomes das e dos participantes dessa pesquisa foram alterados em preservação de suas identidades.

um programa de pós-graduação (2014). Intitulado de *Sou transhomem, e daí?*¹¹, este foi um dos primeiros espaços na internet onde homens trans puderam trocar suas experiências. A importância da internet como um espaço de constituição de si também é apontada por Bruno, um homem trans que também tem um blog para falar de sua transição:

[BRUNO]: O maior conteúdo, 99%, veio da internet. Porque com a mídia que a gente tem acesso é impossível achar algo do tipo que acrescente ao transexual. A minha opinião é que ela só deturpa o significado da coisa. [...]. Existem poucos materiais voltados aos homens trans. [...] Não que seja mais incomum existir mais mulheres transexuais [que homens trans], é que eu não sei o peso estatístico disso. Mas eu sei que existe tanto quanto. A questão é a visibilidade mesmo e a dos homens trans é bem menos. Eu mesmo, no começo de minha transição, jamais imaginava que era impossível o contrário.

Movimentos como esses me apontam para algo que talvez não tivesse dado a atenção devida, mas pôde nos auxiliar enquanto produção de um caminhar metodológico: os homens trans estão de algum modo construindo nossos cotidianos, silenciosamente, invisíveis, em um jogo de ausência e presença concomitantes. Interessa aos estudos com os cotidianos as várias formas como as pessoas se (re)inventam no dia-a-dia, em que até os dias mais endurecidos pela rotina são momentos de análise de práticas e é nesse “nada” do cotidiano que encontramos condições de resistências alimentadoras de rupturas (PAIS, 2003). A atenção cotidiana, portanto, é uma síntese complexa de um “com quem estamos falando?” e de “qual cotidiano queremos?”.

Michel de Certeau (1994) nos diz que o cotidiano é o lugar das utopias, pois é nele que acontecem as miúdas resistências aos jogos de poder, àquilo que é imposto aos sujeitos, sendo capazes de produzir negociações e territorializações¹² nunca antes imagináveis. Os cotidianos têm lá suas “áreas de escape”, onde podemos produzir outras vias a partir daquilo esperam de nós, modos outros de lidar e existir com as diferenças. Atentar-se ao cotidiano é um modo de entender as artes e usos daquilo que nos é imposto, como nos aponta Marco Benedetti (2005), Berenice Bento (2006), Guilherme Almeida (2012), Simone Ávila (2014), entre outros, ao trazerem em suas pesquisas as formas como as pessoas trans (re)inventam a si mesmas na produção de um outro a partir daquilo que lhes é esperado.

¹¹ Disponível em: <http://soutranshomemedai.webnode.com/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

¹² Uma territorialização é o processo de constituição de espaços instáveis de territórios. Em oposição, uma desterritorialização é a desestabilização destes mesmos e um movimento não anula necessariamente o outro: são concomitantes e agem na produção dos mais variados territórios (ROLNIK, 2014).

Sendo assim, como uma primeira estratégia para entender os cotidianos dos homens trans, decidi escolher uma ferramenta da qual muito havia me auxiliado em pesquisas anteriores: a entrevista. Gosto de pensá-la como uma forma de acesso a histórias tidas como pessoais e intimistas, mas construída pelos coletivos, com os mais variados sujeitos e nos mais diversos espaços. O desafio está em fazê-la funcionar em forma de conversa, como nos aponta o documentarista Eduardo Coutinho, já que sua graça está na anonimidade, permitir que as pessoas mais comuns existam de algum modo e faça acontecer os mais diversos sujeitos e histórias que consideramos menores (FROCHTENGARTEN, 2009).

Elaborei um breve roteiro de perguntas semiestruturadas que, em um primeiro momento, foram de muita importância para estabelecer uma relação com Bruno. Elaborei um questionário com as seguintes questões: “há quanto tempo você começou a se identificar como homem trans?”; “para você, o que significa ser homem trans?”; “como começaram as mudanças em seu corpo?”; “quantas e quais foram as mudanças feitas em seu corpo até hoje?”; “como essas mudanças em seu corpo fazem você sentir o gênero com que você se identifica?”; “as mudanças que você fez em seu corpo foram realizadas em hospitais públicos ou particulares?”; “você faz parte de algum grupo ou rede de solidariedade voltado para homens trans?”.

Muito conheci com seus processos de constituição do corpo e os projetos na construção de outras masculinidades, que não estavam dados para ele e precisavam ser realizadas diariamente em seu cotidiano. Ainda assim, essa estratégia foi se tornando cada vez mais limitada, uma vez que questionar o corpo desses sujeitos não era suficiente para produzir alguma relação entre eles. Com Bruno, houve incômodos e pude sentir que essas perguntas foram se tornando invasivas, fazendo acontecer silêncios em momentos onde havia um desejo de “quero mais”. Transcrevo aqui, o trecho em questão:

[MATEUS]: Você sente que chegou onde você queria na sua transição ou é uma transformação que você faz cotidianamente?

[BRUNO]: É uma coisa que eu martelo na minha cabeça todos os dias. Por mais que eu faça por onde para chegar onde eu quero, nunca me sinto satisfeito. Não sei se é do processo de aceitação, mas é uma sensação de que eu nunca vou me sentir completo. Por exemplo: a princípio o tratamento hormonal estava ótimo para mim, eu adquiria as características secundárias masculinas, passando a ser reconhecido como homem entre as pessoas, passando em uma sociedade que jamais irá dizer que eu sou trans. Eu cheguei a esse nível e depois eu tive a necessidade de fazer a

mamoplastia¹³. Só que ainda eu quero mais. Não sei explicar. Sendo bem objetivo: é a ausência do falo que pesa, por eu saber que nunca vou ter um falo normal, funcional e esteticamente aceitável. Isso pesa muito para a aceitação. Pode ser que daqui a alguns anos eu me sinta melhor em relação a essa necessidade, que eu me aceite. Sei que tem muitos trans que se aceitam, mas eu não aceitei ainda. Eu tento trabalhar em cima disso, mas é impossível. E, ao mesmo tempo, tenho medo de fazer a cirurgia e medo de conhecer o processo mesmo [neofaloplastia¹⁴]. O que eu sei é que ela seria a que mais me completaria, só que a acessibilidade dela é um pouco arriscada. Como ela é experimental, tem o perigo de perder o pênis.

[MATEUS]: Eu queria fazer uma provocação a partir da sua fala e gostaria que você se sentisse à vontade para responder ou não. Quando você fala da ausência do falo, fico me indagando de que vale todo esse projeto de mudança em você se você se sentirá incompleto mesmo assim. Veja, há muitos homens, por exemplo, que perdem o pênis em acidente ou que são inférteis, mas não deixam de ser homens por isso. E, voltando para os homens trans, acho maravilhosa essa nova possibilidade de masculinidade que os homens trans nos mostram, com a necessidade do pênis ou não. O que você pensa sobre isso?

[BRUNO]: É que essa questão é uma coisa pessoal minha mesmo. Estou me sentindo provocado, mas não estou achando ruim. A questão é que há muitos homens trans que se sentem completos até certo ponto. Eu não tenho essa sensação de me sentir completo. É complicado. Eu realmente não me sinto completo justamente pela ausência do falo, entende?

Desculpei-me pela situação com Bruno, pois percebi ter provocado questões que não eram de sua vontade serem compartilhadas. Avaliando posteriormente a situação, também percebi um medo sutil que me acompanhava nesse processo de pesquisa, medo este que me preocupava em não tocar em feridas, evitando a complexidade de questões, e apelando para um respeito que mais mortificava do que propriamente promovia a vida. Paulo Freire (1992) referia-se a esse tipo de medo como necrófilo, ou seja, um temor da mudança que aprisiona a vida e a reduz para esquemas pré-moldados, rígidos, fazendo dos sujeitos passivos de suas próprias ações e anunciando uma morte em vida. Sair dessas amarras é um exercício cotidiano com a pesquisa que, a partir da situação exemplificada acima, fez-me pensar em como o exercício ético e político ao qual estava implicado pode apresentar seus perigos, pois não estava permitindo a expansão das vidas que me aguçavam a curiosidade ou, sequer, tecer relações de troca com esse outro que me provocava.

E, mais uma vez, me vi tomado pela força de dobra no projeto já que algo inesperado surge na minha relação com Bruno, sem pedir licenças. Esse fator impensado, essa invasão a questões pessoais, nunca esteve exterior a mim ou ao projeto, “mas no centro do pensamento, como uma impossibilidade de pensar que duplica ou escava o lado de fora” (DELEUZE, 2005, p.

¹³ Procedimento cirúrgico de retirada das mamas.

¹⁴ Procedimento cirúrgico de construção do pênis a partir de uma vagina.

104). É como se as relações que investi em Bruno evidenciassem processos nunca ditados especificamente por alguém ou no passo de uma pesquisa, mas que se fizessem na (des)ordem que os (des)encontros podem nos propiciar, sem destino, sem rumo, sem hora marcada. Apenas acontecendo.

Logo, o corpo não se tornou mais suficiente para conhecer os homens trans e isso se confirmou quando adentrei certa vez no prédio do curso de Psicologia e me deparei com o seguinte cartaz afixado em uma de suas paredes pelos estudantes desse curso:

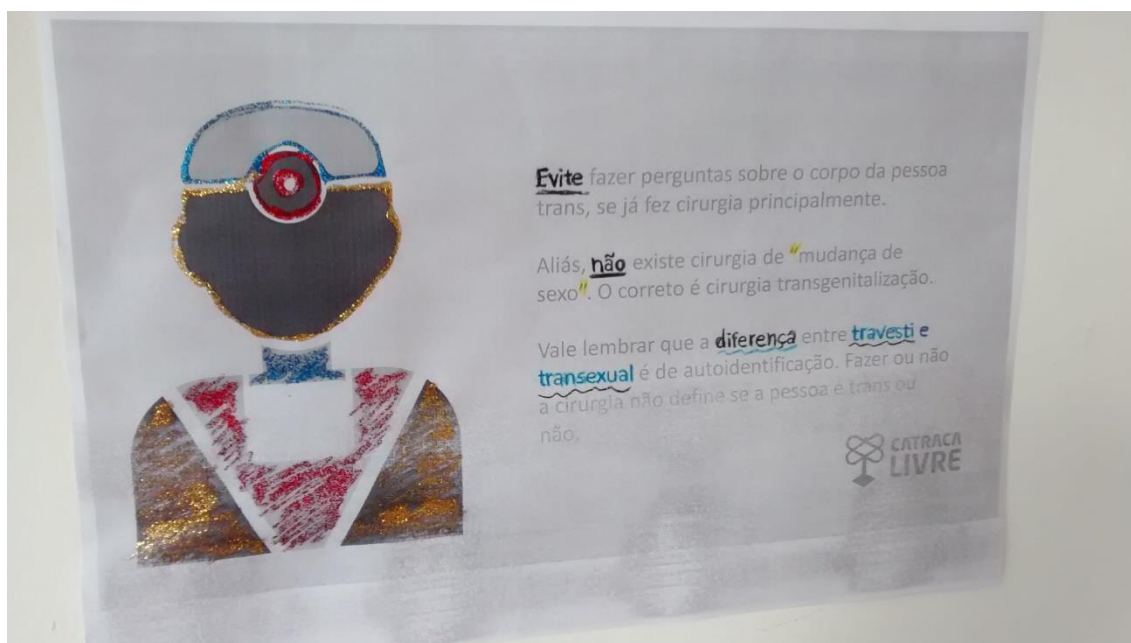


Figura 1 - Cartaz afixado em uma das paredes do prédio CEMUNI VI, do curso de Psicologia da UFES. A imagem com mais detalhes está disponível no Anexo I dessa dissertação.

A provocação no cartaz é pertinente ao me fazer perceber os perigos e desafios que é questionar um corpo trans. Nesse desencontro com o cartaz, a pesquisa extrapolou a si mesma mais uma vez, quando as mãos suavemente fortes dos estudantes de Psicologia me fizeram dobrar mais uma vez o projeto. “Pensar é dobrar, é duplicar o fora com um dentro que lhe é coextensivo”, já afirmava Deleuze (2005, p. 126), e isso não é para menos: aquilo que consideramos impensado dá lugar a um ser que pensa a si próprio como sujeito ético, produzindo estratégias de entrelaçamentos com o outro que desejamos (des)conhecer, ou seja, relações com os homens trans que não se fecham em meras indagações a respeito de seus corpos, mas que produzem outras relações com a vida.

Na insuficiência de conhecer os homens trans a partir da produção de seus corpos, que caminhos tomar? Que formas de refazer aquilo que se desfez logo na primeira conversa? Bem, uma realidade pode entrar em colapso a qualquer instante por sempre estar por um fio e momentos como os citados nesse capítulo abrem espaços de desterritorialização, da quebra daquilo que é visível, tido como consciente ou de espaço firmemente fixo, para uma territorialização de tantos outros espaços que não puderam ser vistos de imediato. Uma pesquisa está sempre fadada a essas (des)territorializações em uma frágil espiral ascendente e "quanto maior a desorientação, maior a vulnerabilidade a se deixar capturar pelo amparo que as centrais de distribuição de sentido e valor oferecem, investindo-as de um *suposto saber*" (ROLNIK, 2014, p. 101).

Senti, portanto, que não havia necessidade de abandonar as questões do corpo na pesquisa, mas trabalhá-las de outras formas. Houve uma dobra nesse território pesquisante marcada por esse encontro com o cartaz, com a breve conversa com Bruno e com toda a minha movimentação para (re)pensar os desejos circundantes em meu projeto. Mas uma nova territorialização acontece na aproximação com Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), sua implantação no Espírito Santo e os encontros que tive com os membros do instituto do estado de São Paulo (Lucas e Luan). É a partir dessa instituição que encontrei vários outros homens trans residentes no Espírito Santo, conheci mais de seus desejos e vontades para/com a militância e políticas públicas, tecendo redes de amizade, solidariedade e afetos.

O IBRAT é uma rede nacional coordenada por homens trans que atuam na formação política, pesquisas e ativismo por direitos e políticas públicas voltadas para os homens trans¹⁵. O instituto possui 17 núcleos estaduais e o Instituto capixaba (IBRAT-ES) foi fundado em 30 de junho de 2015, resultado de movimentações dentro da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para trazer integrantes da coordenação nacional e realização de um seminário na universidade. Ao longo de dois anos de pesquisa, vi esse instituto tomando vida própria, convocando reuniões, tensionando desavenças internas, produzindo diferenças em outros espaços de militância LGBT, além da realização do I Seminário Estadual do IBRAT-ES, em 04 de novembro de 2016.

¹⁵ Disponível em: institutoibrat.blogspot.com.br. Acesso em 11 de abril de 2016.

[LUAN]: Um dos pontos do IBRAT é garantir que o movimento seja unido, tenha toda uma coerência nas nossas falas dos coordenadores, dos filiados. A gente tenta manter o respeito da diversidade das identidades de gênero e garantir dentro do que é possível para a gente que a política pública funcione. [...] Então, uma das principais atividades do IBRAT é brigar, é encher o saco, ficar no pé das instituições para que aquele ambulatório seja implantado. Só que, para isso, a gente precisa da mobilização dos homens trans. [...] Essa é a visão do IBRAT e a nossa maior luta é contra o preconceito. Em seus princípios, ele é contra o machismo, contra a opressão, contra a violência e contra tudo aquilo que não permita que você seja livre.

Foi com essas relações tecidas no IBRAT que tive algumas pistas do método que poderia me ajudar nesse caminhar. Percebi que estava acompanhando processos independentes de realizações acadêmicas e, se ainda me encontro acompanhando esse desdobrar-se das relações com os homens trans, estava este tempo todo flertando com o método cartográfico, acompanhando processos, movimentos imprevisíveis dos desejos, formando um mapa escrito por várias mãos (ROLNIK, 2014). Na cartografia, seguimos as marcas dos encontros que formam um relevo de várias origens, sintonias e estilos, misturando-se para compor uma paisagem em metamorfose ambulante. Diferente do trabalho cartográfico voltado para o desenho de mapas e topografias geográficas, o método cartográfico busca desenhar um território configurado pelos personagens que passam a criar coletivamente e cotidianamente esse mapa.

Apostar no método cartográfico é produzir no coletivo um fazer que é conhecer, isto é, criar uma forma entre o pesquisar e o intervir como uma produção de conhecimento que não precisa necessariamente apostar em um estudo do outro, mas na constituição de determinados sujeitos, caminhar com eles um passo que nunca está dado por si só e é constituído no próprio caminhar (PASSOS e BARROS, 2015). Assim se faz a minha relação com os homens trans que conheci ao longo desses dois anos de pesquisa, uma vez que a implantação do IBRAT-ES gerou uma série de desdobramentos imprevistos, participando de várias reuniões abertas do grupo, conversando com seus membros e conhecendo outros personagens que foram tomando a cena/caminho pesquisante.

Lembro-me de uma vez quando Carlos e Raul (dois integrantes do IBRAT-ES), meu orientador e eu estávamos esperando a chegada de outros membros do instituto para mais uma reunião e começamos a conversar sobre pequenas coisas do cotidiano que atrapalhavam a vida dos homens trans. *“É difícil ir ao banheiro público pois, além de ser muito sujo, a gente tem que fazer um barulho com o xixi que pareça de homem”*, disse Carlos. *“Pois é, eu concordo. Me incomoda também sair do banheiro e não poder colocar a toalha na altura da cintura.*

Tem que ser nos braços, para tapar os peitos”, respondeu Raul. Em outro momento, no lançamento do IBRAT-ES, Lucas também falou dessa questão conosco: “eu conheço homem trans que controla o barulho do xixi para ir ao banheiro masculino, porque tem medo que as pessoas saibam que aquele barulho está saindo de uma vagina e não de um pênis”.

Afetado por essas falas, meu orientador pediu o registro deste momento com a ajuda de um gravador. Decidi tomar outros rumos, vide que essa conversa simplesmente aconteceu sem a necessidade de minha intervenção, além de não considerar ético gravar as falas desses personagens sem sua autorização prévia, pois elas não dependiam de minha vontade. Não que as gravações deixassem de ocorrer (que só foram possíveis com a permissão dos sujeitos de pesquisa), mas decidi me apropriar dos diários de campo como mais uma ferramenta de auxílio nessa pesquisa, como uma espécie de diário de bordo “para registrar as cartografias que vão sendo descobertas e inventadas ao longo da expedição. É o que permite ao cartógrafo prosseguir viagem” (ROLNIK, 2014, p. 225). Tratando desse modo, os diários de campo propiciaram realizar observações nos (des)encontros e nas brechas das falas trazidas pelos homens trans, construindo uma realidade cartográfica que não está presente nos livros ou nas teorias que circulam no espaço acadêmico (BARBOSA, 2010).

Curiosamente, foi a partir dessas relações que pude conhecer melhor sobre a constituição de seus corpos, sem a necessidade de um roteiro a ser seguido de perguntas. As falas criaram fluxos em uma conversa descompromissada sobre a vida, o universo e tudo mais. Questões tidas como universais, como masculinidade, identidade e aceitação social também diziam respeito a mim e a todos os envolvidos na pesquisa de alguma maneira. O barulho do xixi ou o uso da toalha na altura da cintura nunca foram problemas aos quais tive que enfrentar em minha vida, por exemplo, mas foi a partir das questões trazidas pelos homens trans presentes naquela reunião que pude pensar e discutir com outros homens cis-gênero que nunca tiveram que passar pelos mesmos problemas. Mais uma vez, problemas tidos como tão pessoais se tornaram enredados das mais diversas formas e registrar esses momentos em um diário de bordo se vale, portanto, em uma vivência que está para além da esfera do privado, seja referente a uma pessoa ou um grupo específico, e trata-se de algo que se (des)dobra nos coletivos.

Se existe um método nessa pesquisa, ele é resultado do encontro de desejos, das experiências translocadas que construí com os homens trans, seja através das conversas, das anotações no

diário de campo, nas reuniões do IBRAT-ES, nos desdobramentos sem controle aos quais fui enredado, seja pelas próprias intenções metodológicas que tentei esboçar nesse capítulo e não consegui capturá-las em palavras. É assim que fui me desenhando e sendo desenhado, descobrindo que não se tratava mais de falar de transmasculinidades, mas com elas e a partir de experiências que não tem fim com a simples entrega desse texto.

Fazer-se em curvas, desdobrar-se em linhas que jamais devem encontrar seus pontos de conexão: esse é o desafio ético, político e metodológico que se faz presente nessas páginas. Se existe um método nesse trabalho, ele se importa em (des)conhecer um mundo, desde que não seja pelo caminho mais fácil, como Najmanovich nos aponta:

O feitiço do método reside nessa possibilidade de reescrever a história, depurar o passado, exorcizar a complexidade e inventar uma estrada onde haja somente uma pegada difusa ou uma rede de trilhas entrecruzadas. As coordenadas cartesianas – justamente – nos permitem situar dois pontos quaisquer no globo terrestre e uni-los com uma linha (NAJMANOVICH, 2003, p. 31).

Sendo assim, justifico esta pesquisa como uma forma de pensar apontamentos, pistas, diretrizes e questionamentos no fazer pesquisa com os homens trans, questionando os lugares que ocupamos e produzindo outras realidades com os sujeitos e as identidades que me afetaram de alguma forma. Apostar nas histórias trazidas por eles é uma forma de conhecê-los para além das várias formas de sofrimento e violências que atravessam suas vidas.

1.2. Quais são os objetivos da pesquisa?

Não gosto nem um pouco deste termo, pois este material não é nem um pouco objetivo em seus traçados, mas translúcido, busca um alvo e se dispersa para várias direções quando o atinge, como um feixe de luz que atravessa um cristal. Quero as linhas que estou perseguindo nesse trabalho e o que tenho feito com elas ao longo desses dois anos. Ao me aproximar das ideias de Walter Benjamin sobre experiência, senti-me engajado em observar o que estava produzindo com os homens trans nesses desejos que atravessam minha pesquisa. Benjamin se lembra da experiência dos filisteus, aqueles que se dizem detentores de um determinado conhecimento a partir daquilo que experienciaram consigo mesmos e que mantêm uma

“relação íntima com o vulgar, com aquilo que é ‘eternamente-ontem’” (BENJAMIN, 2002, p. 22).

Parece fácil cair nessas malhas: basta acharmos que nossas vivências são mais valiosas que as dos outros e que surgem “como uma reprodução, no interior da comunidade estudantil, da separação entre ciência e vida” (MURICY, 2009, p. 63). Enquanto pesquisador sinto que um cuidado ético e político precisa se fazer presente nas relações que busco tecer com os homens trans, fugindo dos individualismos e das práticas polarizantes em pesquisas entre sujeitos e objetos, verdadeiros ou falsos, científicos e não científicos. Sendo assim, não basta saber quem são os homens trans, é preciso estar engajado com eles, criar um com-junto, para resgatar essa dimensão coletiva das experiências que fomos perdendo.

Walter Benjamin também nos alerta para a perda da dimensão coletiva de nossas experiências, vide que ela não é algo que se dá pela posse, ou seja, não existe como alguém ter mais ou menos experiência que outra pessoa. Trata-se daquilo que emerge das forças coletivas, daquilo que compartilhamos e que enriquece os viveres, mas temos facilmente desconsiderados em nossas relações cotidianas em nome das experiências tidas como pessoais. Resgatar a dimensão coletiva das experiências é uma maneira de atentar ao que temos construído com o outro, o que também se aplica ao que temos feito em nossas pesquisas e nas relações produzidas nelas.

Cada uma de nossas experiências possui efetivamente conteúdo. Nós mesmos, conferimos-lhe conteúdo a partir de nosso espírito. A pessoa irrefletida acomoda-se no erro. “Nunca encontrarás a verdade”, brada ela àquele que busca e pesquisa, “eu já vivenciei isso tudo”. Para o pesquisador, contudo, o erro é apenas um novo alento para a busca da verdade (Espinosa). A experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito. Talvez a experiência possa ser dolorosa para a pessoa que aspira por ela, mas dificilmente a levará ao desespero (BENJAMIN, 2002, p. 23).

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes (BENJAMIN, 1987, p. 118).

Tentando escapar dessa pobreza nas experiências, lanço-me nas seguintes questões para este projeto de pesquisa que podem (ou não) ser interpretadas como seus principais objetivos: como produzir experiências coletivas com homens trans, criando relações potencializantes com a vida e com os modos de viver? Como produzir encontros onde circulem histórias de vida que também dizem respeito aos coletivos que os atravessam? Como tecer redes de

solidariedades e amizades com eles, discutindo os modos e métodos¹⁶ utilizados por esses sujeitos para a sua criação? Como conhecer as boas histórias, os movimentos de resistências e as transformações nas vidas dos homens trans, para além de sofrimentos ou mortificações em vida?

Essas respostas, talvez, estejam nas páginas e capítulos que seguem este trabalho.

¹⁶ Essas redes podem ser tratadas como um etnométodo, pensando com David Le Breton a partir de Ágnes, uma pessoa trans citada pelo autor: “Ela é uma aprendiz secreta (*secret apprentice*) daquilo que, segundo ela, é ser mulher. Para melhor assumir seu papel, ela se serve de outras pessoas mais conhecedoras dos ‘etnométodos’ da feminilidade e usa-as, sem que elas saibam, como pessoas-fonte. Cada situação nova transforma-se em eventual lição para a iniciante que ela é. O olhar dos outros passa-lhe, permanentemente, um julgamento sobre suas linhas de conduta, é uma espécie de bússola para que ela ajuste seus comportamentos. Ele lhe impõe não apenas que ela seja uma mulher “normal”, mas também que ela pareça “normal” para eles” (LE BRETON, 2014, p. 23). Tomando como referência essa produção dos lugares *mulher* e *feminino* por Ágnes, busco em meu questionamento essas produções no lugar de homem trans, do homem e do masculino.

2. Corpo

Ah, Frankenstein, não sejas íntegro com todos os demais, só tripudiando sobre mim, a quem mais deves justiça e até clemência e afeto. Lembra-te de que sou tua criatura; devo ser teu Adão, mas sou antes o anjo caído, de quem tiraste a alegria sem que tivesse cometido crime nenhum.

Mary Shelley- Frankenstein ou o Prometeu Moderno

A literatura sempre fez parte da minha vida, inclusive na pós-graduação. Encontro em suas páginas elementos e questões que se complementam com as leituras de Foucault, Deleuze, Berenice Bento, Suely Rolnik, Simone Ávila, Bê Braga, João Nery, entre tantas autoras e autores que me são companheiros nesse trans-viante pesquisar. Não quero menosprezá-los de forma alguma com isso, já que recheiam as páginas que compõem este trabalho, mas não são só essas pessoas que me fazem pensar nos cotidianos. Afinal, aqueles que estão fora dos muros das universidades merecem nossa atenção de alguma forma, nem que seja através de uma outra forma de leitura.

Tive a grata surpresa de ler *Frankenstein ou o Prometeu Moderno*, de Mary Shelley, no começo de 2016 e ver que os homens trans também estavam lá. O livro conta a história de Victor Frankenstein, um jovem médico que se propõe criar a vida a partir de corpos exumados em um cemitério. Na busca de um ser perfeito, o estudante foge horrorizado com o monstro que havia acabado de criar, uma criatura decrepita, deformada e que não atendia aos seus propósitos. Entretanto, sua criação volta para aterrorizá-lo, exigindo que seu mestre lhe faça uma esposa semelhante a ele.

A comparação com o mito antigo de Prometeu não é para menos, já que é o titã, sem o consentimento do deus Júpiter, quem cria o homem no mito da gênese humana, quando rouba o fogo do céu e entrega à sua criação para lhe dar superioridade aos outros seres vivos (BULFINCH, 2006). Brincam de deus, Victor e Prometeu, na busca pela perfeição, cabendo às suas criaturas darem conta de si mesmas nas situações em que foram jogadas.

É Mary Shelley quem indiretamente nos diz que os saberes médico moldaram (e continuam a moldar) os corpos para se adequarem às exigências criadas por esses mesmos saberes, sem o consentimento de suas criações. Nas suas tentativas de brincar de deus, o pensamento

científico criou seus monstros, criaturas rejeitadas nos mais diversos espaços, pelos mais diversos sujeitos, nas mais diversas instituições. Foucault (2006) nos lembra de que o lugar que ocupamos é também lugar de poder, delineador de vidas, mas também produtor de mortes: não é só o lugar que ocupamos que importa, mas o que afirmamos, produzimos e fazemos a partir destes mesmos lugares, de que formas criamos anormalidades e desconfortos nas relações de poder. Assim, psicólogos, assistentes sociais, professores, estudantes, profissionais da saúde, entre tantos outros estão, de algum modo, desenhando os corpos/monstros.

Os conhecimentos científicos buscam uma ordem no caos que rege o mundo, tentando dominá-lo a partir de legislações produzidas pela interação com os elementos que regem a vida. No livro de Mary Shelley vemos a busca de respostas aos corpos/monstros a partir de um ponto pré-determinado de questões que o próprio Dr. Victor fez. O médico, porém, não esperava que a perfeição desse tanto trabalho, uma complexidade “em espiral que tem ponto de partida histórico, mas que não tem um fim, que deve, sem cessar, fazer círculos concêntricos, ou, melhor dizendo, que a descoberta de um princípio simples não tem fim” (MORIN e LE MOIGNE, 2000, p. 46). Nesse sentido, um pensamento complexo surge na tentativa de compreender aquilo que consideramos como desordem, agito, dispersão, demonstrando a nossa insuficiência de compreensão com aquelas e aqueles que estranhemos.

Não devemos nos esquecer dos monstros nas histórias que contamos. Eles estão aí para nos lembrar dos efeitos da biopolítica, do biopoder, dos jogos de verdade e dos efeitos de produção de normalidades. “Hoje, Frankenstein é da família”, afirmam Hardt e Negri (2005, p.255), mas esse é um monstro que está escondido dentro das casas, é domesticado, obedece aos urros normativos como forma de não criar problemas. Onde estariam os que ousam, batem de frente com saberes estabelecidos e precisam afirmar outros possíveis para si? É aí que vejo semelhanças dos homens trans que conheci com o texto de Mary Shelley, pois quando a criatura pede a Victor uma esposa, ele não está querendo apenas se casar. Ele está procurando seus semelhantes e sabe que esta não é uma tarefa fácil.

Mary Shelley vê a importância que o corpo assume para a criação da vida, já que o corpo da criatura de Victor Frankenstein é montado, ditado por vontades e desejos das ciências de sua época, o que não o impede de produzir a si mesmo de alguma forma. Não é só um monte de peles, órgãos, membros e articulações que foram costurados e reativados por um raio. Seria

reducionista pensar dessa forma: a criatura, antes de tudo, quer ver a vida acontecendo e seu corpo é a vitrine que ele tem para se mostrar ao mundo. Não sei até onde é possível, mas ousou nas linhas que seguem esta parte de minha dissertação, um breve encontro entre Mary Shelley e os homens trans, buscando saber como se dão formas de produzirem a si mesmos a partir de um corpo que nunca estará finalizado e sempre em (des)construção.

2.1. Com que corpos falamos?

Ora, com a boca, mas há muitos outros corpos que também falam pelo cu. Tem corpo que não se aguenta dentro de si e precisa se esparramar pelos poros, pois o que lhes foi oferecido ao longo da vida não é suficiente. É o caso dos corpos trans, que também falam politicamente, exigindo das mais variadas instituições aquelas partes que lhe faltam ou desejam ter. Nessas variadas (des)composições que um corpo pode ter, ele “*tem que ser um instrumento de desejo, de atração. Você imagina se o corpo for um obstáculo?*”, indaga João Nery em uma entrevista no programa *De Frente com Gabi*¹⁷. Tal pensamento corrobora com o que Preciado diz sobre as potências plásticas do corpo, apostando em um espaço que se molda e é moldável por uma série de agenciamentos que estão para além dele mesmo. Assim se fazem uma série de tecnologias que se relacionam com o corpo, efeitos de negociações permanentes entre o que consideramos humano e animal, corpo e máquina, órgão e plástico (HARAWAY, 1995 apud. PRECIADO, 2014).

O corpo se constituiu ao longo dos séculos por diversas culturas e sociedades como um importante meio de discussão, estudo e investimentos na obtenção de respostas para um espaço que, paradoxalmente, parece-nos familiar e estranho ao mesmo tempo. Para além de uma máquina determinada pelo biológico, os corpos se constituem por discursos, instituições e corporeidades, sendo a relação entre o natural e o social intimamente interligados para sua constituição (VILLAÇA, 2009). Investir no corpo é também articular uma série de fatores inscritos em um único espaço.

¹⁷ João W. Nery é considerado o primeiro homem trans a submeter-se a uma série de cirurgias na década de 70 para transformar seu corpo. A entrevista completa pode ser assistida no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=8hTnTk80GfE>.

Para esta questão, gosto de lembrar de um momento da pesquisa que me remete a este processo de produção dos corpos. Em uma de nossas reuniões do IBRAT-ES, a mãe de um dos integrantes do instituto pede a fala para dizer aos participantes da reunião que ela produzia e vendia *binders* (uma tira elástica colocada no corpo para comprimir os seios) e que, caso alguém estivesse interessado em adquirir uma, poderiam procurá-la ao fim da reunião para tirar as medidas no corpo dos interessados. A reunião teve de ser interrompida naquele momento, pois todos os homens trans haviam se interessado em adquirir um. Muitas indagações me moveram posteriormente a refletir sobre aquele momento: Quem eram as autoras e autores daqueles corpos que iam se montando na nossa frente? Como pode um material tido como inorgânico (o *binder*) fazer parte da complexidade que aqueles corpos se configuravam? Naquela reunião, ninguém saberia responder, pois a preocupação era a construção, deixar de lado as características que os incomodavam e produzir um corpo mais desejável.

O *binder* não foi um objeto criado por homens trans ou para homens trans. Trata-se de um desuso, um desvio de rota dos artefatos criados pela Medicina por sujeitos que queriam se ver em seus corpos de outras formas. Este é um objeto inventado para uso pós-operatório, de uso breve para pessoas que sofreram algum tipo de trauma na região abdominal. É estabelecida, portanto, uma relação de amor e ódio entre os homens trans e o *binder*, um objeto tão necessário e tão desconfortante ao mesmo tempo, que precisa ser usado, mas apresenta suas próprias limitações. Cícero, certa vez, desafiou as pessoas cisgênero a usarem o seu: *“Alguém conhece isso aqui [o binder]? Alguma mulher se habilitaria a usar isso aqui? Fechar e tampar o que vocês chamam de ‘seios lindos’ (mas para a gente são intrusos¹⁸)?”*. Uma amiga que estava ouvindo a fala de Cícero se voluntaria e se atrapalha ao colocá-lo, dizendo que se sente desconfortável:

[CÍCERO]: Isso é o que a gente passa todos os dias só para a gente poder se sentir bem com o próprio corpo. Isso não é uma coisa que a gente coloca para poder se mutilar ou se machucar. Se as pessoas não souberem muito bem como colocar ela se machuca. Eu sou deficiente de uma mão e um braço também. Imagina a minha dificuldade de tampar os intrusos? Não é nada fácil. Pedem para gente ficar, no máximo, oito horas com o binder, mas tem muita gente que passa disso. Dá incômodo, sufoca a respiração. Essa é nossa realidade. Muito médico olha para nossa cara e diz: ‘você não tem cara de homem. Você não parece ser um homem trans. Você não é um homem normativo. Você não está apropriado para tirar [os intrusos]. Você vai ter que usar isso durante toda a vida’. E quando um indivíduo começa a usar os hormônios (essa bomba clandestina), um monte de problemas

¹⁸ Nome informal que muitos homens trans utilizam para se referirem aos indesejados seios.

começam a surgir no corpo dela por causa do binder, como nódulos nos seios. Esse é um produto que a gente compra pela internet, mas você pode pedir para ajustar na costureira também, é só dar as medidas. [...] Adquiri um bocado de nódulos nos meus intrusos e, para desfazer, estou usando um bocado de remédios. Só descobri isso porque eu tenho uma amiga que é mulher trans que estuda medicina e recomendou que a gente só fizesse uso do binder dessa forma. [...] Além disso, isso aqui [o binder] assa a pele da gente e nasce muito pelo na região do abdome. Eles vão sendo meio que podados toda vez que a gente tira o binder.

Uma figura que muito nos ensina a respeito dessas produções e investimentos no corpo é o filósofo Michel Foucault. Com seus estudos e pesquisas nos espaços penitenciários no livro *Vigiar e punir* (1987) percebemos a produção de um poder disciplinar que visa no corpo individual a criação de uma série de mecanismos capazes de docilizá-lo, desmontando-o e remontando-o meticulosamente pelo controle minucioso de suas operações. A disciplina faz uma arte do corpo capaz de aumentar suas habilidades, tornando-o uma anatomia política que estabelece a realização de desejos presentes nas mais diversas instituições (como os quartéis, as escolas, os hospitais e as próprias prisões analisadas por Foucault).

No poder disciplinar, não basta desmontar o corpo estudando-o meticulosamente, mas é preciso remontá-lo para torná-lo operacional, trabalhá-lo detalhadamente e exercer nele uma coerção ilimitada. É na disciplina dos corpos que se define uma série de mecanismos para criar um espaço manipulável, docilizado na obtenção de práticas mais úteis e menos dispendiosas, sem a necessidade de uma figura de autoridade para que os comandos sejam realizados. Assim, não há muito trabalho por parte das instituições para operacionalizar as disciplinas, pois a docilização já está encarnada nos próprios corpos docilizados (FOUCAULT, 1987).

É a partir do século XVII que Foucault nos atenta para o surgimento de outro tipo de poder que não anula a disciplina, mas a intensifica justamente por não se fazer acontecer meramente em um corpo específico, mas em todo um corpo social. Trata-se do biopoder, uma política que usufrui da vida como seu espaço de investimentos, criando um modo de pensar o corpo que não é mais pertencente a um indivíduo isolado, mas que se aplica a uma população e às multidões presentes nela (VEIGA-NETO, 2005).

Dessa forma são criadas as biopolíticas, ou seja, as políticas do corpo que se destinam ao controle das populações, que só é possível de se exercer através das normas, regras e decretos sociais. Ao mesmo tempo em que individualizam, essas mesmas regras também remetem ao conjunto dos indivíduos, ao seu coletivo e aos seus fluxos. Veiga-Neto nos diz que “chama-se

de anormal aqueles cuja diferenciação em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque *des-via*, tira do rumo, leva à perdição” (VEIGA-NETO, 2005, p. 90).

É na duplicidade da norma (de um lado como oposição à irregularidade e à desordem e do outro como regularidade funcional e oposição ao patológico e à doença) que ela se faz útil ao biopoder. Afinal, ela age concomitantemente sobre um corpo individual e um corpo coletivo. Ao mesmo tempo, a norma permite tirar do exterior aqueles considerados loucos, perigosos, desconhecidos, bizarros (e, por que não, pessoas trans?), capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis, enquadrados a uma distância segura para a mensuração de estudos. Uma norma faz de uma figura anormal mais um caso seu e fica tutelada sob o olhar normatizante dos saberes científicos e institucionais (VEIGA-NETO, 2011). É o que Lucas também nos aponta:

[LUCAS]: Eu descobri há 11 anos que existia homem trans e foi uma identificação imediata. Eu sabia que eu era alguma coisa diferente, que eu não era mulher, não me encaixava como lésbica e ficava naquele limbo, naquele não lugar, naquele lugar que não existe. Imediatamente, quando eu descobri que existem os homens trans, pessoas que tinham os mesmos sentimentos que os meus e que isso era possível, foi libertador só de saber. [...] Quando a gente vai crescendo e passando pela puberdade, o corpo vai denunciando as coisas do feminino e começa a menstruar, o peito cresce e a gente vai ficando cada vez mais desesperado, porque o que era fácil de esconder vai ficando cada vez mais difícil. Compreender que existem homens trans, compreender que existiam pessoas sentindo exatamente o que eu sentia foi libertador.

O corpo, portanto, se faz na sociedade biopolítica como uma realidade de controle social que não opera necessariamente a partir de uma consciência social ou ideologia, mas por uma série de atores e fatores sociais que vão moldando nos corpos modos políticos úteis ao Estado. No poder soberano, a figura de autoridade (muitas vezes realizada pelo rei, rainha, entre outros) exercita um fazer morrer e deixar viver, cabendo a ele julgar quais vidas merecem continuar a existir e quais delas devem ser condenadas à morte. O biopoder vai de encontro a esta lógica soberana na medida em que a vida é seu espaço de produção de políticas, permitindo-se um fazer viver e deixar morrer em rede, sem a necessidade de uma figura autoritária que exerça suas funções. Assim, todos na população estão de algum modo vigiando e punindo suas próprias práticas (FOUCAULT, 2005).

É pelos poderes que se instalam no corpo que percebemos a constituição de dispositivos que não se encontram presentes em uma instituição¹⁹ específica, mas que também estão em nossos cotidianos, construindo modos de subjetividades, formas de ser e estar no mundo. Por dispositivo, Foucault (1985a) nos diz que se trata de um conjunto heterogêneo que inclui discursos, instituições, leis, proposições filosóficas, entre outros aspectos que estabelecem redes na inscrição de relações de poder. Os dispositivos se inscrevem nas biopolíticas, nos biopoderes, nos exercícios soberanos e assumem em uma sociedade um processo de liberdade controlada, onde eles são capazes de circular nos mais variados espaços, ministrados por um maquinário político governamental.

Estes mesmos dispositivos generalizam aquilo que é permitido distinguir como aceito ou não, aquilo que deve ser considerado “normal” ou “anormal”, produzem fatores universais em um conjunto de práticas, saberes e medidas capazes de governar, controlar e orientar comportamentos, gestos e pensamentos. Para produzir um corpo considerado “normal” é também necessário colocarmos às margens as figuras anormais que precisam ser readequadas de alguma maneira nas sociedades de controle (CAPONI, 2009). Produzir normas é fazer acontecer processos de normalização a partir de modelos ditos universais, mas que estrategicamente ignoram os modos como elas são construídas na mensuração de gestos e atos. Assim, a gestão dos saberes, poderes e dispositivos são capazes de gerir de algum modo as vidas que circulam na população (FOUCAULT, 1999).

Pensar a partir do corpo é também pensar em modos de exercício de poder, uma relação de forças e uma aposta política em que todos os envolvidos nesses jogos estão fazendo acontecer redes de saberes, verdades, constituições, determinações de práticas, pensamentos e modos de vida. Nessa lógica, não é possível que alguém ou algum grupo específico detenha o poder, pois ele está nas relações de forças capazes de formar cadeias e sistemas, defasagens e contradições. Foucault faz uma importante distinção entre *poder* e *violência*, uma vez que o primeiro ainda apresenta margens de manobra com os sujeitos envolvidos em seus jogos, nem que para isso sejam necessárias estratégias de fuga e/ou que invertam as situações estabelecidas. Mas, quando isso não é possível, ocorrem os atos de violência, em que “se um

¹⁹ Lapassade trata o conceito de instituição como formas históricas que se instituem nas sociedades e que são reproduzidas nas relações (COIMBRA, 1995). Sendo assim, uma instituição não é somente um espaço físico (como uma escola, uma empresa, ou a Igreja, por exemplo), mas aquilo que se institui em nossos cotidianos (como o gênero, o corpo, a raça, entre outros).

dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 276).

Sendo assim, não há em todos os casos estados efetivos de dominação dos jogos de poder, já que eles se configuram como assimétricos nos mais diversos espaços, dentro das mais variadas organizações e instituições. Onde há poder, há resistências e é nos incômodos, nas perdas, nas angústias provocadas por ele que também é possível encontrar novas formas do viver. Resistir é uma postura política, uma verdade que toma lugar no tempo e no espaço e que pode gerar novos processos transformadores. Nesse sentido, os corpos dos homens trans se configuram não só a partir do biopoder, mas também pela sua biorresistência, momentos em que os jogos de poder estão a seu favor.

Se o poder é mesmo, em si, emprego e manifestação de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, em vez de analisá-lo em termos funcionais de recondução das relações de produção, não se deve analisá-lo antes e acima de tudo em termos de combate, de enfrentamento ou de guerra? [...] o poder é a guerra, a guerra continuada por outros meios. (FOUCAULT, 2005, p. 21-22)

É o que também nos aponta Marcos, ao lembrar das relações com sua mãe a partir do uso do *binder*:

[MARCOS]: Quando eu comprei o binder, ela não sabia que eu tinha feito isso. Eu queria ir na próxima reunião do IBRAT com o binder, queria estar que nem os meninos na reunião. Tinha um pouco dessa questão de me encaixar no grupo e é uma coisa que a gente bate muito na tecla, no seguimento dos homens trans: para você ser um deles, não precisa, não precisa se encaixar nessa heteronormatividade. Você pode ser homem trans, se sentir homem trans, sem fazer nenhuma mudança no seu corpo. Hoje eu tenho isso mais claro, mas na hora [de usar o binder pela primeira vez] isso não era tanto assim. Eu tinha essa questão de fazer parte do grupo, estar de binder, que eles estavam. Aí eu coloquei, demorei um pouco para me arrumar porque foi uma das primeiras vezes que eu colocava. Aí minha mãe foi olhar e perguntou porque eu estava demorando tanto para me arrumar. Aí ela percebeu que tinha algo de estranho [...], Eu disse que não era nada, mas ela começou a apalpar o meu corpo e eu levantei a camisa para mostrar o binder. Ela se assustou [...]. “O que é isso?”, ela perguntou. E eu respondi: “ah, é uma faixa que eu comprei, que os meninos usam”. Ela foi levantando a camisa, querendo ver: “não, isso está apertando, você não vai usar isso, eu não quero você usando isso”. Aí foi um momento de choque dela e foi uma mudança total. Estava tudo diferente e ela não queria. Aí eu falei: “Mãe, calma, relaxa. É minha faixa. Estou bem. Tá legal. Eu quero. Vou usar. Estou saindo de casa, vou lá encontrar com os caras. Você fica bem, tá bom? Depois eu volto e a gente conversa. Vamos lá que vai dar certo”. E eu fui. Agora ela faz meus binders também, já fez uns três, ela aprendeu a fazer e comprou os materiais.

É nesse sentido que vale pensar nas formas como os corpos resistem aos vários processos biopolíticos e disciplinares que perpassam por ele e como podemos constituir outras condições de ser e estar no mundo, criando cotidianos que se dão por outros meios. Zamora (2008) nos indaga quais são as possibilidades de resistência que criamos nos corpos para outros modos de viver mais vibrantes, que não apenas sejam construídos, mas vividos, que façamos parte dele: “quais as possibilidades de resistência dos corpos abucólicos, dos corpos da vida de gado? Como deixar que outras forças do mundo nos atravessem?” (p. 113). Sem deixar respostas para essas indagações, a autora nos instiga a pensar nas resistências como produção de outros possíveis demarcadores de espaços nunca antes navegados e produtores de novas subjetividades no corpo, espaço este onde podemos sentir essas vibrações.

Podemos entender o espaço como um produto contínuo de interconexões e não conexões, que sempre se encontra aberto e inacabado (MASSEY, 2008). Assim, os processos que constituem os corpos se fazem em simultaneidades dinâmicas de conexões infinitas, mas em processos dinâmicos para sua constituição. É preciso, portanto, refletir sobre as várias dimensões que das experiências corporais, não pensando em dominação por fatores externos, mas também como um importante espaço que é material e energético, sensível e mensurável, pessoal e vincular, real e virtual... um corpo que pode superar o próprio corpo. Trata-se de uma *corpovivência* que determina um campo de afetação, uma classe de interações e transformações possíveis, criadora de uma série de relações com os meios ao quais somos enredados (NAJMANOVICH, 2001).

Butler (2015) nos lembra de que o corpo não é determinado somente pelo biológico justamente porque se dilui no campo do social e precisa se fazer a partir de uma série de normas sociais, políticas e culturais. Sendo assim, não é possível definir uma ontologia do corpo, seu ponto zero e os momentos em que outros fatores o definem, mas é preciso perceber como ele é utilizado pelo Estado e pelas instituições como arma política que determina quais vidas são mais possíveis que outras, em que condições o viver está precarizado ou em quais ele se torna efetivamente possível.

Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –,

que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possível (BUTLER, 2015, p. 15-16).

Preciado (2014) nos lembra da potência plástica do corpo e como os dados e fatores ligados ao biológico ainda assim podem ser considerados como construções sociais determinadas pelos fazeres e saberes científicos, mas que são (re)apropriados por nós na criação das mais variadas tecnologias de bricolagem com o corpo. Afinal, muitas são as forças empreendidas na construção de normas corporais e que precisam ser constantemente refeitas, reiteradas e renovadas, buscando alcançar aqueles que fogem das regras e que não querem se moldar aquilo que lhes é esperado (LOURO, 2004). Mas é também desse modo que percebemos a existência de corpos que não aguentam em si mesmo, que precisam (re)constituir suas linhas, suas cores e suas formas na criação de modos possíveis de viver.

Assim, na relação produzida entre os homens trans e o binder, que abre este capítulo, não sabemos onde ele começa ou termina; não sabemos seus resultados ou consequências de antemão; nem sabemos se homens trans que encomendaram seu próprio *binder* vão gostar ou achar desconfortáveis usá-los. Sabemos apenas que eles estão se (re)fazendo constantemente, mostrando o simples e o complexo de sua produção.

2.2. Com que corpos trans falamos?

O corpo, enquanto espaço de vivências, nunca está fechado em si mesmo ou com um fim pré-determinado, mas se desenha num caminhar errante, ao estilo do forasteiro sem destino, experienciando aquilo de novo que surge para ele. O termo *corpovivência* é pertinente, pois, como pensa a professora Nilda Alves (2015b), juntar as palavras de nossa língua é uma tentativa de ampliar as possibilidades de significações e sentidos, como também garantir a complementaridade, a complexidade e o entrecruzamento de lugares, tempos e conhecimentos em um único espaço. Mesmo que eu não viva as experiências com o corpo da mesma forma que as pessoas trans, as *corpovivências* se fazem em todos os corpos que não se conformam com fatores biológicos, enlaçados por uma série de fatores culturais e sociais, além das condições históricas, temporais e locais que o atravessam de alguma maneira.

As ideias sobre experiência trazidas por Jorge Larossa nos ajudam a pensar nessas *corpovivências*, já que “nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara” (2002, p. 21). Experienciar é aquilo que consegue desacelerar a vida, que toma nossa atenção e nos obriga a olhar, escutar, sentir, atentar aos detalhes capazes de falar com aquilo que nos atravessa. Uma experiência não é um fato dado, mas uma raridade, breves momentos em que nos arriscamos para que aconteçam, expondo-nos aos perigos de atravessar um espaço indeterminado.

O sujeito da experiência é o sujeito da abertura e da disponibilidade ao novo, fazendo um modo de habitar o mundo que não busca uma essência, mas de uma existência corporal, finita, encarnada em um determinado tempo e espaço (LAROSSA, 2015). Gosto de pensar na ideia de experiência como essa força que se faz em um coletivo, aos modos de Walter Benjamin, como um privilégio de um instante produtor de uma atualidade. Um passado que se atualiza no presente com essas relações, permitindo ao instante costurar várias vozes e sujeitos que querem tecer experiências vindas da construção em várias mãos (MURICY, 2009; BENJAMIN, 1987).

Uma experiência trans e suas *corpovivências* podem ser entendidas como um modo de experienciar uma identidade de gênero, afirmando sujeitos que querem se mostrar ao mundo e desejam pertencer a ele de outro modo, para além do que lhes é imposto desde antes de seu nascimento. Porém, isso só tomará importância a partir do momento em que é possível fazer do corpo um espaço de transformações. Com as pesquisas de Berenice Bento (2006), percebemos que não existe uma identidade transexual definitiva ou fechada em si mesma para quem se designa como tal, mas uma série de posições identitárias, pontos de apego temporários de fixação ou deslocamento de sujeitos que experenciam intensamente seus corpos. Há alguns trechos de conversas com Bruno e Luan que nos mostram isso:

[BRUNO]: Eu me descobri transexual quando eu tinha 19 anos, quando eu vi um artigo sobre transexualidade em um blog. Eu vi esse artigo quando eu resolvi procurar, na verdade. Eu me identificava com o masculino com mais facilidade. Por exemplo: Na época eu tinha uma namorada que sabia que meu íntimo era masculino. Então ela me tratava no masculino porque ela sabia que eu gostava. E um dia ela levantou essa questão, se eu me sentia bem somente no tratamento como masculino ou se eu cogitava a possibilidade de ser homem. Eu vi na cara dela: na época, eu não sabia da dimensão que isso ia fazer na minha vida. [...] Quanto mais eu achava material sobre isso, mais eu descobria respostas para perguntas que eu me questioneei durante a vida toda, desde minha infância. Eram questões como: “por que eu me sentia como um garoto, por mais que eu tentasse agir como uma menina?”. Questões da minha sexualidade, do meu íntimo, das minhas fantasias, coisas desse tipo. Tudo

que eu achava eram respostas para perguntas que eu tive até então. Procurei mais e mais e fui descobrindo. Redescobrimo, na verdade. Foi aí que eu tive a necessidade de mudar, de “desenquadrar” do que eu sempre fui. Foi aí que eu comecei a transição psicológica e a aceitação desde então.

[LUAN]: Quando a gente vai falar das masculinidades e das transmasculinidades, a gente está afirmando que não precisa ter um pinto, porque o que te faz homem não é o órgão genital, é com aquilo que você se espelha. A gente entende que usar somente o nome homem trans não abarcar todo esse universo do que é ser masculino. A gente entende que ser homem ou ser masculino vai muito além de ter barba, cabelo e bigode, porque dentro do IBRAT nós temos homens trans e pessoas trans masculinas como não binários²⁰, gêneros fluidos²¹. A gente quer botar toda essa diversidade, toda essa masculinidade, dentro de um gênero masculino. Você pode ser transmasculino e você pode, ou não, fazer tudo que é possível para adequar o seu corpo para aquilo que você gostaria de enxergar e aquilo que a sociedade deveria enxergar. Então, há homem trans que não quer tomar hormônio, há homem trans que não quer ter barba, que toma hormônio e não quer fazer a cirurgia de mamoplastia, tem homem trans super cabeludo que não quer tirar o peito ou útero. É ele quem decide sobre o corpo dele. Então, a gente entende que não ter um modelo é a forma mais livre de ser quem você quiser ser. A coisa mais bonita que eu vejo no movimento social, na minha opinião, é a possibilidade de sermos livres e sermos quem quisermos ser.

As questões que envolvem a produção do corpo trans também conversam com as produções de Marcos Benedetti (2005), cujos estudos se voltam aos processos de produção dos corpos de travestis que se prostituem em Porto Alegre. O autor nos apresenta uma série de mecanismos e tecnologias que vão tomando espaço e importância na constituição dessa identidade como o cabelo, os peitos, a bunda, os usos do silicone, as cirurgias plásticas, as roupas, o batom, a maquiagem, os romances, as amigas, os clientes, o pênis, a vagina, entre outros. Para os homens trans com quem conversei, há outros fatores que fazem a construção de seus corpos como os pelos ao longo do corpo, a barba, a voz grossa, os hormônios, o reconhecimento pelos outros (sejam semelhantes ou seus diferentes), o sexo, a namorada, o namorado, a ausência ou a presença dos “intrusos”, entre outros.

O mesmo autor nos apresenta a ideia de universo trans pensando em ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de transformação de gênero. Esse mesmo universo abarca muito mais do que aqueles sujeitos que se identificam com um gênero diferente ao qual foram designados, mas incluindo também aqueles corpos que não se aguentam dentro de si e precisam produzir outras constituições sociais e identitárias nas marcas do corpo. Marcos dialoga com tais questões, ao lembrar-se de fatores fora de seu corpo que ajudam a construí-lo e da constante construção de si que se encontra engajado:

²⁰ Termo referente às pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino e nem com o feminino.

²¹ Termo referente às pessoas que fluem entre os gêneros, que gostam em determinados momentos de se identificar com o masculino, em outros com o feminino, em outro com os dois e em outros com nenhum deles.

[MARCOS]: Eu estou em um momento que eu não posso deixar alguém bagunçar minha vida. Eu estou em uma estrutura que ainda esta chacoalhando. Estou tentando ainda me fixar e saber do que eu gosto e do que eu não gosto. Estou reaprendendo a me impor, a saber o que eu realmente quero, o que vai me deixar feliz ou não. Até em questão de roupa isso é assim: não sei ainda qual é o tipo de roupa que eu gosto de usar, qual cai bem ou não. Que tipo de perfume também, qual o cheiro que eu quero ter. São coisas muito pequenas, de dia-a-dia, que eu estou curtindo e aprendendo, que eu ainda estou tentando me moldar, trazendo essas memórias do garoto que eu era, da felicidade que eu sentia e de como era a minha relação com as pessoas.

É com experiências trans como essas que enxergamos maneiras de borrar a heteronorma, uma lei invisível de ideias e normatizações capazes de criar padrões e políticas em que as sexualidades precisam se submeter.

A heteronormatividade é um tipo específico de discurso do sexo dado pelas mais diversas instituições, como as igrejas, a Medicina, o Direito, a Psiquiatria, a Psicologia, entre outros espaços que se empenham não apenas em classificar os tipos de sexualidades existentes, mas também ampliar os modos de controlá-las de forma efetiva. A heterossexualidade, ao produzir uma matriz delimitadora de padrões a serem seguidos pelos corpos, paradoxalmente fornece bases para que as transgressões ocorram. Mesmo que existam regras que delimitem as constituições dos sujeitos, haverá também aqueles que declaram suas guerras à heteronormatividade (LOURO, 2004).

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada de heterossexismo, que se define na crença da existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidora da civilização (BORRILLO, 2010, p. 31).

Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” - aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma” (LOURO, 2004, p. 44-45).

São nessas tentativas fracassadas de regulamentação dos corpos, promovida pela heteronorma, que também surgem várias situações de transfobia (termo que se refere ao ódio seletivo, discriminação e repulsa às pessoas trans) revertidas em várias formas de biopolítica, biopoder e poder disciplinar capazes de nos fazer viver e deixar o outro morrer. É o que Ícaro também nos diz em nossas conversas:

[ÍCARO]: Existem várias formas de transfobia, mas hoje eu sou bem mais paciente em entender que existe a transfobia e a ignorância. Tem gente que não vai ser transfóbico com você, é só ignorante, que realmente não sabe o que é [ser trans]. E tem gente que é transfóbico mesmo com você: se uma pessoa que você já explicou e já chamou a atenção e ela torna a te chamar no feminino, se ela te tratava normalmente e te trata mal quando você explica que é uma pessoa trans, tenta reforçar algo que você não é, aí ela está sendo transfóbica. Acho que na infância todo mundo foi transfóbico sem saber. [...] A partir do momento em que a pessoa que eu conhecia me conhece agora como Ícaro, eu tento trocar ideia com ela e tento falar: ‘a partir de agora não é mais [nome de registro], é Ícaro e pronto. Sou trans’. Aconteceu isso comigo ontem no hospital: fiz cursinho com um menino em Minas Gerais e ele tinha passado em medicina e ele veio para a UFES. A gente não se via muito, mas trocava ideia pelo Facebook. Quando nos vimos, já disse que eu era Ícaro e começamos a trocar ideia. A partir daquele momento ele não tem mais que me tratar de outra forma. Ela já sabe e não precisa mais ser ignorante. Eu penso assim. Aí a transfobia se dá a partir do momento que eu sei que a pessoa tem esse conhecimento, mas ela é transfóbica porque ela é mesmo. Existem várias pessoas assim.

Diante disso, é importante nos perguntarmos como as pessoas trans conseguem confundir as bases que estabelecem a heteronorma, uma vez que elas representam em muitas medidas aquilo que escapa de princípios normativos com o gênero e com a sexualidade. Paul B. Preciado (2014) nos lembra das práticas contrassexuais pensando o sexo como uma tecnologia sociopolítica necessária aos conhecimentos produzidos na sociedade e que realizam uma conexão entre artefatos sociais e produções sociopolíticas do sistema sexo-gênero. A contrassexualidade é o que questiona essas estruturas dadas às sexualidades, capaz de afirmar outras experiências e realocar as relações produzidas entre sexo, corpos e prazeres.

Preciado nos convoca a não afirmar diferença apenas pela diferença, mas produzir linhas que questionem a produção disciplinar da sexualidade, uma contra produtividade do saber-poder que incide em nossos existires. Com Deleuze e Claire Parnet (1998), percebemos que somos constituídos por linhas, algumas mais duras, outras mais flexíveis, mas todas emaranhadas na elaboração de nossos fazeres e formando uma diversidade de dimensões que desterritorializam e também territorializam espaços e possibilidades do viver. Essas mesmas linhas constituem e desconfiguram os corpos, permitem espaços de produção e fixam neles modos de ser e estar no mundo, que são, ao mesmo tempo, novos, velhos, históricos e insurgentes.

O que importa nessa relação é como tais processos são capazes de dissolver polarizações na produção de relações de verdade que indagam a noção de que sempre fomos assim e, por consequência, seremos para sempre (MACHADO, 1999). Tomo, portanto, como referência para essa discussão os homens trans e as pessoas trans na medida em que seus modos de vida

não estão necessariamente condizentes com uma forma desejante de normatização dos corpos e reprodução da espécie, mas em processos que ensinam e aprendem outras formas do viver: afinal, o que pode um corpo? E um corpo trans, o que pode?

É preciso atenção aos enquadramentos que realizamos com a vida, assim como aquilo que escapa deles. O enquadramento é uma interpretação de estruturas que regem o mundo, produzindo uma imagem mediante a relação de produção de verdades, subjetividades, processos e vidas que importam aos quadros, seus emolduramentos, aquelas e aqueles que observam aquilo que é enquadrado. Os enquadramentos sempre vazam de suas bordas, pois suas molduras nunca contiveram de fato a cena a que se propunha ilustrar (BUTLER, 2015). Logo, algo sempre irá escapar das molduras, construindo um novo senso de realidade, um novo que não é ajustável à nossa compreensão estabelecida das realidades que criamos.

A respeito disso, Bruno nos diz dos “desenquadres” de que precisa realizar em sua vida como forma de afirmar outras sexualidades possível para si:

[BRUNO]: Eu sou pansexual²² desde sempre. Mas eu me descobri pansexual depois da minha transformação. Antes, havia pessoas que me viam como lésbica. Isso pesa mais para um lado ruim porque, depois da transformação, a pessoa [que chamou de lésbica] acaba, por puro desconhecimento, não sabendo diferenciar; ela acha que tudo é a mesma coisa, acha que é uma lésbica que decidiu virar homem e isso me irrita muito. As pessoas me viam como lésbica porque, desde sempre, as pessoas me viam me relacionar mais com meninas. Mas isso não descartava a possibilidade de ficar com garotos cis ou trans. Apesar de descobrir só depois [da transição] a minha relação com as pessoas antes da transição era mais voltada para essa bissexualidade. Independente de eu só me envolver com garotos ou garotas antes de minha transição, eu iria ter de me transicionar de qualquer forma, com ou sem o material que eu pesquisei nesse tempo todo.

Produzem-se, assim, novos enquadramentos a partir daquilo que vaza dos quadros. As experiências das pessoas trans podem até ser feitas a partir de dados pré-determinados de masculino ou feminino, de homem ou mulher, mas construir um corpo é atravessar um caminho em que “o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto” (LOURO, 2004, p. 13). Só o movimento equilibra um corpo viajante e, em contrapartida, buscamos uma exacerbada explicação de acontecimentos nas nossas realidades,

²² Pansexualidade é uma forma de sexualidade cuja atração física e sexual é independente do gênero ao qual as pessoas pertencem. Trata-se de uma forma de se definir uma sexualidade que não quer ser enquadrada em uma bissexualidade, ou seja, que se define pela atração somente por homens e mulheres.

produzindo binarismos nas sexualidades e fixando um tipo de sujeito como determinante na posição do outro, considerável inferior e subordinado.

É também com Judith Butler (2003) que observamos o gênero em seu caráter performático, constituído socialmente por sujeitos que produzem um ponto relativo, convergente de práticas culturais e históricas capazes de delimitar os lugares ocupados pelas masculinidades e feminilidades em nossa sociedade. Somos ensinados a modos de ser homem e mulher, que replicamos cotidianamente e que se naturalizam nos nossos corpos. A partir de algumas análises e discussões feitas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades²³, percebemos como tal situação também se desdobra para outras produções identitárias que se configuram enquanto sexualidades e identidades possíveis, como as próprias pessoas trans ou os homens trans.

Ícaro também aponta isso em alguns momentos de nossas conversas:

[MATEUS]: Nesse universo masculino que estamos inseridos, você acha que alguns homens trans se colocam como uma figura machista?

[ÍCARO]: Sim, demais. Eu falei em construção e, para mim, essa palavra se torna muito mais uma desconstrução pelo fato de que eu sei que existe uma masculinidade imposta que eu não quero seguir por inteiro. Eu quero ter o direito de usar meu batom, ficar com um cara, fazer o que eu quiser sem que eu tenha que estar estigmatizado em um padrão para ser considerado um homem perante a sociedade. Eu vejo uma construção, mas eu vejo uma desconstrução muito forte também. O machismo é um dos pilares que precisa ser desconstruído. Eu acho que eu consigo fazer isso principalmente com as minhas irmãs pretas, que sofrem mais com o racismo. E eu troco muita ideia com elas a respeito disso. Eu troco muito mais ideias sobre a desconstrução do machismo em mim do que sobre eu ser trans ou não. Desde o momento que eu me entendo como homem os meus [próximos] já me entendem como homem. O fato é que eu preciso desconstruir o machismo que está em mim para eu melhorar.

A partir dessa fala, vemos o caráter fluido e dinâmico que o gênero possui ao ser produzido em um corpo trans. Butler (2003) produz uma crítica do conceito de gênero enquanto algo estanque, já que por muitas vezes buscamos uma essencialização nos discursos que não parte necessariamente de falas hegemônicas e heteronormativas para/com as sexualidades, mas também daquilo que os feminismos produziram e se apropriaram a partir do século XX. Tal quadro busca naturalizar os sujeitos dos feminismos como “mulheres de verdade”, excluindo

²³ O Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSs) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) surgiu em 2010, com a proposta de debater e estudar questões de sexo, gênero e sexualidades. Sou integrante deste grupo desde 2011.

tantas outras formas do ser mulher nessa mesma discussão (como as próprias pessoas trans, por exemplo).

Para pensar nessa fluidez em que um gênero se compõe, gosto de lembrar de uma situação vivida com Lucas, coordenador nacional do IBRAT, que convidamos para inaugurar o IBRAT-ES e ministrar uma fala no dia 31 de junho de 2015. Preocupados com as vestimentas que meu orientador e eu iríamos usar no evento, Lucas nos pergunta: "Por que vocês não vão de saia? Eu adoro usar, acho libertador. Os meninos do IBRAT não gostam que eu faça isso, mas eu nem me importo". E assim fizemos: ficamos durante todo o evento usando saias e sentimos que realmente se tratava de um exercício de liberdade, uma tentativa de afirmação da masculinidade a partir de uma saia. Muito mais do que o conforto da experiência de usar saia, saímos transformadas dela.

Me chama a atenção ouvir aquilo de um homem trans, que se (re)apropria de um artifício reduzido como algo exclusivo do feminino (já que uma saia é também algo que constrói a figura e o corpo mulher), transformado em algo entendido como "libertador". Para além de uma averiguação de vestimentas pertencentes a gêneros em específico, Lucas, em certa medida, também corrobora com Butler ao afirmar a fluidez dos gêneros através do uso das saias. Pensando nisso, as políticas identitárias parecem apresentar seus perigos e armadilhas ao naturalizar os gêneros e as suas práticas como processos anteriores aos próprios sujeitos, esquecendo os modos como são construídos em caráter social e coletivo, culminando no silenciamento de outras produções nas sexualidades e afirmando binarismos e demarcações biologizantes com a vida.

As identidades se bagunçam pelos próprios atores que o reivindicam e é Stuart Hall (2003) quem nos lembra de que elas não são fixas ou pré-determinadas por um saber em específico, mas se faz a partir de uma leitura do presente que se diz coerente e que tende ao fracasso por se contradizer em muitos momentos. Uma identidade fica fortemente limitada, acaba por excluir um outro (nem que esse "outro" seja um ponto de semelhança identitária), quando as posições ocupadas pelos sujeitos são multifatoriais e se modificam a partir de várias outras conexões de contextos, espaços, tempos, afetos e desejos.

Uma identidade se configura como um ponto de apego que podemos nos utilizar pelo tempo e pela forma que nos interessar. Nesse sentido, as identidades sexuais são mediadas pelos

significados culturais a respeito das sexualidades e por sistemas dominantes de representação que afirmam quais condutas devem ser mais importantes do que outras na manutenção das populações (WOODWARD, 2014). É dessa forma que podemos destacar os processos de normalização que elegem o corpo heterossexual como parâmetro para todas as outras identidades possíveis: “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de modo negativo” (SILVA, 2014, p. 83). Assumir-se homem trans, portanto, está em negociação com muitos outros fatores e demandas, como Lucas também nos lembra:

[LUCAS]: Quando a gente assume uma identidade, está atrelada a ela uma reivindicação de direitos, porque quando isso acontece com um homem trans ele quer fazer as mudanças corporais, ele quer fazer a retificação do nome social, ele quer poder viver a real identidade de gênero dele e ter acesso ao mercado de trabalho. E ele quer que a identidade dele seja respeitada em todos os lugares que ele frequenta, seja na universidade, seja no emprego, na família.

As vivências e experiências dos homens trans podem ser encaradas como analisadores de práticas com as masculinidades, funcionando como catalisadores de sentido que desnaturalizam as existências (ROCHA e AGUIAR, 2003 p. 71) e permitem a construção de novas possibilidades com o corpo, com a vida e seus processos. Suas existências e experiências questionam não somente fatores ligados a gênero e sexualidade, mas também os próprios modos do fazer trans e os projetos de vida enredados nele. Afinal, em processos como esses, não se modifica apenas um corpo, mas todo um modo de viver e que afeta todos ao redor.

Simone Ávila nos fala das transexperiências masculinas em suas pesquisas para se referir aos estudos de pessoas que se identificam enquanto homens trans e partindo das experiências transexuais que aparecem nas poucas pesquisas realizadas no Brasil. Diferentes masculinidades são produzidas em vários contextos sociais e as relações de gênero também incluem homens e mulheres em jogos “de dominação, marginalização e cumplicidade, nas quais uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades ao seu redor; daí falar de ‘masculinidades’ no plural” (ÁVILA, 2014, p. 37).

2.3. Como (des)patologizamos os corpos trans?

O corpo toma sua importância na Medicina a partir das formas como ele foi interpretado, resultado de dois investimentos mais analíticos do que propriamente históricos: um epistemológico (na busca de respostas científicas às questões direcionadas a esse corpo) e outro político (nos investimentos do tipo de corpo que se quis produzir em determinados momentos). Em certas épocas da história, havia um discurso dominante que interpretou os corpos masculinos e femininos como hierarquias verticais ordenadas por um único sexo (masculino) e, em outras eras, como opostos horizontais que dependem um dos outros para a realização de descobertas e suposições com os saberes médicos (LAQUEUR, 2001).

Sendo assim, podemos dizer que (des)patologizamos os corpos trans pelos discursos proferidos pelas mais variadas instituições, como a Medicina, a Psiquiatria, a Psicologia, o Serviço Social, entre tantas outras que fazem no exercício do seu poder modos de afirmar no corpo uma série de regulamentações para torná-lo mais útil às mais diversas instituições (FOUCAULT, 1987). Georges Canguilhem (2009) já nos lembrava de que o pensamento médico encara a experiência de estar doente como aquilo que difere da saúde ou do estado normal, como se uma característica fosse oposição da outra pela sua presença ou ausência no corpo. A convicção de muitos saberes médicos, portanto, parte da premissa de conseguir restaurar o estado “normal” do corpo a partir da eliminação do patológico. Mas, como é possível acabar com uma doença ou delimitar o seu fim para que a saúde aconteça em alguém?

As definições de normal e patológico são afirmadas em proveito do conhecimento que temos como normal, dados que se assemelham muito mais com fatores quantitativos do que propriamente com a qualidade das experiências do vivo (CANGUILHEM, 2009). Pensando na força que a heteronormatividade apresenta em nossos cotidianos, os saberes médicos moldam os corpos trans como aquilo que precisa ser normatizado ou “curado” imediatamente de seus desvios, heteronormativizando suas possibilidades com o corpo. Não fica difícil lembrar nesse mesmo contexto dos jogos disciplinares produzidos pelo poder, biopoder e biopolítica na regulamentação dos corpos e das sexualidades, já que a figura regulamentadora está dissolvida no nosso dia a dia, como um médico (FOUCAULT, 2005).

Houve um momento durante esta pesquisa que corrobora com essa discussão. No dia 20 de setembro de 2015, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu uma reportagem a respeito dos dois únicos hospitais brasileiros que atendem crianças e adolescentes transgêneros (o Hospital de Clínicas da UFRGSS e o Hospital das Clínicas da USP, em São Paulo²⁴). Ela foi muito comentada entre amigos e homens trans nas redes sociais, e decidi dar atenção à mesma, assistindo-a na hora e data marcadas para sua exibição. A conversa se estendeu no grupo do IBRAT-ES presente no aplicativo de troca de mensagens *Whatsapp*. Intrigado com as considerações dos presentes naquele grupo, decidi provocar as pessoas presentes no grupo para perguntar o que tinham achado da reportagem. Segue abaixo algumas respostas que me chamaram a atenção:

Deu visibilidade. Estou Feliz. Passar uma matéria no Fantástico é uma vitória. O país é atrasado em todos os sentidos com a causa trans, ainda mais comparado aos Estados Unidos, Holanda e Reino Unido.

Galera, eu gostei muito. Achei que a matéria foi bem respeitosa, representativa. Poderia ter sido mais, porque excluíram as travestis. Mas acredito que foi o suficiente para esclarecer muitas coisas para muita gente.

É o início, mas temos muita coisa para conquistar ainda. Respeito, espaço, dignidade e existir. Depende de a gente fazer com que as próximas gerações sejam recebidas de forma natural e suave.

Odeio quando falam “meninos que se sentem meninas” ou “meninas que se sentem meninos”

Várias coisas positivas podem sair dessa reportagem. Algumas pessoas vieram a mim falar da reportagem e isso quer dizer que já associam o termo [homem trans] a mim. O que eu acho válido não é o que eles estão dizendo, mas o que a gente pode refletir sobre isso e qual imagem a gente está passando disso tudo. Como minhas ações podem influenciar positivamente na visão que as pessoas têm sobre esse tema? Qual é minha responsabilidade nisso tudo.

Na conversa, também quis me posicionar quanto à reportagem, já que algumas questões haviam me incomodado também. Houve, por exemplo, uma tentativa de explicar a transexualidade a partir de fatores genéticos ou biologizantes pois, na narração da apresentadora do programa, “*para a ciência biomédica existem duas teorias básicas ainda não comprovadas: uma seria genética [...] e outra seria uma alteração hormonal durante a gravidez que pode alterar o comportamento futuro da criança*”. Comprovadas ou não, estamos falando da produção de um saber que ignora, em uma questão tão complexa, aspectos sociais, culturais, psicológicos, entre outros.

²⁴ Disponível em: g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/09/hospitais-brasileiros-pesquisam-e-cuidam-de-jovens-transgeneros.html. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

Como Butler nos lembra (2003), o gênero possui um caráter performático em que aprendemos com ele e reproduzimos modos de ser mulher e/ou homem, mas que se modificam no tempo e no espaço, nas culturas e sociedades, inferindo nos vários modos de vida. O gênero não está em um gene ou em uma disfunção hormonal, mas afirmamos modos de ser homem e/ou mulher nos cotidianos, (des)construindo-os minuciosamente, afirmando os lugares do que achamos ser pertencente ao feminino e ao masculino.

Houve também reações por parte do IBRAT no *Facebook*, que fez uma postagem criticando a reportagem:

O Jornalismo não se preocupa com o que pensa o movimento social, não sabe que a nossa principal luta tem sido pela despatologização das nossas identidades, não entende e nem procura entender que não queremos alimentar essa visão patologizante em que nossos corpos e identidades são tuteladas pela medicina. Ninguém, além de nós mesmos, precisa ter certeza de quem somos. O que garante que qualquer outra pessoa, cis ou não, saiba exatamente que lugar gostaria de ocupar na sociedade? e desde quando a medicina precisa se envolver nisso? Deve ser insuportável para as ciências médicas assumirem que não tem ABSOLUTAMENTE nada haver com quem somos. Naturalizar o gênero e seus comportamentos a partir de uma genitália e relações hormonais talvez seja uma das MAIORES VIOLÊNCIAS que a humanidade já consolidou em toda a sua existência.

Jornalistas e sensacionalistas: aprendam a ouvir o movimento social²⁵.

A reportagem também aborda de modo superficial as garantias e atenções do Ministério da Saúde para a população trans e é preciso lembrar das portarias nº 457 e nº 1.707, de 2008 (ampliadas pela nº 2.803, de 2013), que garantem a realização do processador transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Elas buscam na atenção básica de saúde formas de trazer a população trans à rede a partir de uma atenção especializada, voltada para um conjunto de ações e serviços de urgência, ambulatorial e hospitalar. Uma delas é a cirurgia de readequação sexual, que consiste na adequação do corpo do sujeito cirurgiado à identidade de gênero que deseja habitar a partir de uma série de procedimentos cirúrgicos (BRASIL, 2008). No Brasil, existem apenas cinco hospitais públicos habilitados para a realização dessa cirurgia: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Hospital Universitário Pedro Ernesto (RJ); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS); Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUSP (SP) e Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (PE).

²⁵ Disponível em: www.facebook.com/institutoibrat/posts/1643756505842182?match=am9ybmFsaXN0YXM%3D. Acesso em: 19 de março de 2017.

Em conjunto com a cirurgia de redesignação sexual, a portaria também prevê ações de âmbito ambulatorial, que realizam acompanhamento clínico (pré e pós-operatório) e hormonioterapia, destinadas a promover uma outra atenção especializada no processo transexualizador. É esperada dessas portarias uma ação conjunta entre urologistas, ginecologistas, cirurgiões plásticos, psiquiatras, clínicos gerais, enfermeiros, psicólogos, endocrinologistas e assistentes sociais para melhor atender às demandas da população trans e integrar a saúde das pessoas trans no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2008). Atualmente, há seis ambulatórios autorizados pelo Ministério da Saúde no Brasil: Ambulatório do Centro de Referência e Testagem de DST/AIDS (SP); Ambulatório AMTIGOS do Hospital das Clínicas de São Paulo (SP); Ambulatório da Universidade Federal de Uberlândia (MG); Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais de Curitiba (PR); Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga (PB) e Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto-Parasitárias e Especiais (UREDIPÉ - PA).

As ações em torno da população trans no âmbito da saúde pública são resultado da Política Nacional de Saúde da Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituído pelo Ministério da Saúde com a portaria nº 2836 (2011). Considerando que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero incide nos processos de saúde e doença dessas sexualidades e afastam esses mesmos sujeitos da saúde pública, o projeto tem como objetivo geral assegurar a esses usuários acesso universal e integral aos serviços de saúde do SUS. A portaria também prevê ações dentro do próprio Ministério da Saúde que possam trazer a população LGBT de outras formas de atenção à saúde, como na própria formação de seus profissionais, além da participação da própria população LGBT nos conselhos e conferências de saúde. Especificamente para as pessoas trans, o documento se propõe aos seguintes objetivos:

VI - garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados;

VII - promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais;

VIII - reduzir danos à saúde da população LGBT no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais;

IX - definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis; [...]

XVII - garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde; [...]

XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde (BRASIL, 2011, s.n.).

A respeito do processo transexualizador, do ambulatório de saúde da população trans no Brasil e suas dificuldades de ser implantado pelo SUS e no Hospital Universitário da UFES, Cícero, Luan e Lucas nos trazem algumas considerações:

[CÍCERO]: Um homem trans precisa disso [de ginecologista]? Precisa sim, porque a gente toma hormônio clandestino e a gente não sabe até onde a gente aguenta esses baques no corpo. E a primeira coisa que sofre no nosso corpo é o útero e o ovário, depois vem o fígado, de tanto tomarmos remédios e hormônios. Além disso, ir ao ginecologista é um tabu que a gente tem que quebrar. Mas como a gente consegue ir ao ginecologista se ela só consegue olhar a figura da mulher? Já é uma barreira a ser quebrada e a gente já está tentando quebrar entre a gente [os homens trans]. A gente precisa de ter uma ginecologista no ambulatório trans daqui, ou a gente vai se submeter a passar vergonha, ter que levar um amigo ou uma irmã e dizer: “não é ela quem vai ser consultada, sou eu”. E aí? Como vai ser? A gente precisa de um ginecologista especializado em atender um homem trans, assim como precisa de um urologista para atender uma mulher trans.

[LUAN]: Para o processo transexualizador, que é o que mais nos interessa, existe a portaria do Ministério da Saúde. Todo estado tinha que ter [o processo], mas não há uma lei que obrigue o estado a criar um ambulatório para as pessoas trans. A portaria existe, mas faz quem quer. Por isso que vários estados não têm ou existe a dificuldade da implantação desse ambulatório. [...] Lá em São Paulo, o ambulatório funciona mais por ordem da prefeitura municipal do que propriamente por ordem de algum ministério. Existe a portaria, segue a regulamentação da portaria do Ministério da Saúde sobre o processo transexualizador, mas existe uma manutenção e uma gerência da prefeitura. Por uma grande felicidade, o ambulatório não atende só a população trans do estado de São Paulo, tem várias pessoas que vem de fora, de outros estados como Minas Gerais e Bahia, que conseguem o endereço de algum amigo em São Paulo para fazer o acompanhamento dentro do ambulatório. A prefeitura não pode negar a fazer esse atendimento, mas ele acaba sofrendo uma sobrecarga. Hoje são mais de 400 pessoas cadastradas no CRT [Centro de Referência e Tratamento do processo transexualizador]. O atendimento demora pelo menos quatro meses da triagem até o início das consultas. Os rapazes acabam esperando porque é a maneira mais segura e mais correta de iniciar o tratamento hormonal e fazer todo o acompanhamento médico. Sabendo desse grande número e a quantidade crescente de pessoas se cadastrando para conseguir entrar no processo transexualizador, o CRT está conseguindo conversar com a secretaria de saúde da cidade de São Paulo e dividindo o atendimento básico com psicólogo, ginecologista, os exames, o acompanhamento do endocrinologista, para as UBS [Unidades Básicas de Saúde]. Já existe a UBS de Santa Cecília, que é um bairro de São Paulo, que já faz esse atendimento dividido com o CRT. Então, o atendimento básico é feito com médicos específicos em UBS, direcionados para fazer os atendimentos dessa população. O número crescente de homens trans procurando atendimento também tem sido notado. Com o aumento da procura por atendimento por homens trans, aumenta, logicamente, o número de pacientes para fazer as cirurgias. Uma das cirurgias mais importantes para um homem trans é a mamoplastia e acaba que a fila para as cirurgias fica dividida com as mulheres transexuais. E é tudo por ordem de chegada, não existe uma fila individual [para homens trans ou mulheres trans]. Para tentar desafogar um pouco, porque o número de homens trans é menor do que de

mulheres transexuais, o CRT vai se articulando com outros hospitais, como o Hospital das Clínicas e o Hospital Universitário, para tentar aumentar o número de locais habilitados para fazer a cirurgia. E vão conseguindo fazer outros acordos para que essas cirurgias sejam feitas em outros lugares. Há uma expectativa de que outros hospitais possam fazer cirurgia de mastoplastia para homens trans e a gente tem a esperança de que no começo do ano que vem [em 2017], quando começar a fila específica para homens trans no CRT, seja feita de cinco até seis cirurgias por mês. Esse seria um número mínimo de cirurgias a serem feitas e a UNIFESP [Universidade Federal de São Paulo] também quer entrar nessa parceria para fazer essas cirurgias, e aí aumentar esse número para dez cirurgias por mês. Isso seria um sonho porque, sabendo que os meninos de todo o país vão para São Paulo fazer esse acompanhamento dessa cirurgia, faria a fila correr muito mais rápido. [...] Dentro de tudo que a gente precisa em um ambulatório, precisamos também de um atendimento humanizado e a rede de saúde pública precisa entender que todo ser humano precisa de atendimento básico de saúde. Uma coisa que a gente tem notado nos pedidos de ajuda ao IBRAT é que quando alguns meninos vão ao posto de saúde, mesmo que seja para resolver uma gripe, eles não são atendidos porque o médico diz que não tem atendimento especializado para ele. Mas ele foi para lá tratar de uma gripe, não da transexualidade dele. Então, para além de ter um ambulatório com atendimento humanizado, uma acolhida correta e digna para a pessoa que procura esse tipo de atendimento, toda rede de saúde tem que entender que, fora dessa especificidade que é o processo transexualizador, todo homem trans, mulher transexual e travesti precisam de um atendimento básico de saúde e precisam ser atendidas com respeito. Infelizmente, é um problema generalizado no Brasil e não sei o que é que acontece: toda secretaria de saúde tem um fundamentalista ou alguém lá dentro que não quer nos entender e nos respeitar e acaba que a gente se esbarra dentro do preconceito na área médica.

[LUCAS]: Eu descobri algumas tecnologias que me foram importantes. Na época [há dez anos atrás], a gente não usava o binder, que hoje muita gente usa, que é um colete pós-cirúrgico em que alguém teve uma grande sacada de entender que aquilo ali comprimia os peitos. Na minha época, eu fazia o enfaixamento mesmo. E eu enfaixei ao ponto de me mutilar: fiquei com tecidos mortos no corpo, quase não tirava a faixa e não me relacionava com as pessoas com medo de que elas me abraçassem e sentissem meu peito e minhas costas ficavam em carne viva. Eu não conseguia me movimentar direito até que uma amiga minha que conhecia um cirurgião plástico que colocava próteses de silicone e fazia mastoplastia. Eu não tinha dinheiro para pagar a cirurgia, mas ele fez num preço bacana para mim. Só que, na época, tirar peito de mulher (porque na época as pessoas me consideravam mulher), sem que a pessoa tivesse um câncer de mama ou qualquer coisa que colocasse a vida dela em risco podia ser considerado como uma mutilação. Então, na época, os homens trans não podiam fazer a cirurgia, nem se tivessem dinheiro. Hoje em dia, o cara junta a grana e ele faz. Mas, naquela época, nem com laudo psicológico ou psiquiátrico, porque era considerada mutilação. Todo mundo que fazia a cirurgia era sem procedimento burocrático e laudo e sempre de forma clandestina. Alguns cirurgiões fizeram por desconhecimento da prática como mutilação e outros, como foi o meu caso, fizeram a cirurgia, mas pediam para que não contassem quem havia feito e sem fazer o prontuário no hospital. Tudo isso é para limpar o nome do médico. Imediatamente após a cirurgia, eu fui todo dopado para casa, correndo o risco de ter uma hemorragia e infecção, e com duas bolsas de dreno para casa. Eu tive os dois mamilos necrosados nesse processo porque meu corpo rejeitou quando ele foi tirado e colocado no meu peito. Eu não tive um pós-cirúrgico com todo o cuidado que deveria ter. O que eu queria mesmo era não ter que usar mais aquela faixa que me impedia de respirar. Eu já fiquei 19 dias na UTI por parada respiratória. O meu pneumologista disse que nunca viu alguém sair daquele quadro em que eu estava. Até hoje eu dependo de medicação para asma e sinusite. Eu comprimia a região do tórax e isso me impedia de respirar e o mais importante para mim era não ter mais aquela faixa. Eu não me importava se eu tinha

mamilo ou não tinha, eu queria poder andar sem camisa para todo o canto. Somente em 2010, quase cinco anos depois que eu tinha feito minha cirurgia, o Conselho Federal de Medicina retirou o caráter mutilatório de nossa mamoplastia. Desde 2010, os homens trans podem fazer a cirurgia e eu fico muito feliz de ver os homens trans podendo mostrar ao mundo suas cirurgias, tirando a camisa e postando no Facebook. Essa foi uma de nossas primeiras conquistas aqui no Brasil.

Lucas se refere à resolução nº1955/2010 do Conselho Federal de Medicina em que foi retirado o caráter experimental das cirurgias de mastectomia (para a retirada das mamas), ooforectomia (retirada dos ovários) e histerectomia (retirada do útero). Apesar dos avanços, a resolução é criticada por muitos grupos de militâncias e dos movimentos sociais, como aponta Marcia Arán (2012), pois continua reafirmando o caráter patologizante das identidades trans, utilizando-se de termos do próprio Catálogo Internacional de Doenças como “transexualismo” ao longo do documento. Além disso, a cirurgia neofaloplástica, que é capaz de construir um pênis a partir da vagina e do clitóris, ainda se encontra em caráter experimental no Brasil, o que retira os homens trans da própria rede de saúde.

Nesses recortes que trouxe, vemos como a identidade é fortemente forjada a partir do saber médico e científico. Bento (2008) nos lembra das contribuições trazidas pelo médico Harry Benjamin ao definir as bases para diagnosticar os considerados “transexuais verdadeiros” para a realização da cirurgia de transgenitalização, um procedimento cirúrgico capaz de transformar os órgãos genitais de uma pessoa de acordo com o gênero ao qual se sente pertencente. É Benjamin que irá definir esse procedimento como capaz de evitar que pessoas trans possam cometer suicídio e dependam de procedimentos terapêuticos.

A primeira cirurgia de transgenitalização em uma mulher transexual foi realizada em Viena em 1931, no Instituto Hirschfeld de Ciência Sexual. No entanto, o primeiro caso que teve grande repercussão foi o de Christine, em 1952, que viveu até os 26 anos como George Jorgensen Jr. A primeira mulher transexual brasileira que realizou a cirurgia foi Jaqueline, em 1969, em Marrocos. Dois anos depois, o médico Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil, na cidade de São Paulo. O Conselho Federal de Medicina interpretou esse ato médico de Farina como “lesão corporal”, motivando uma ação judicial. Farina foi absolvido dessa acusação. Em 1998, na cidade de Campinas, realiza-se legalmente a primeira cirurgia no Brasil (BENTO, 2008, p. 174).

Outra figura da Medicina que se atentou às pessoas trans é John Money, professor de psicopediatria do hospital universitário John Hopkins, em Nova York, que, em 1955, a partir de casos de bebês intersexo, descreve a diferença sexual como dado nos corpos infantis e de grande importância na formação da criança (PRECIADO, 2014). Money foi um dos primeiros a utilizar a ideia de diferenciação por gênero em estudos hospitalares para evocar a cirurgia de

transgenitalização e terapia hormonal como reguladores da sexualidade de bebês sem o "sexo" definido, sendo obrigados a submeterem-se a uma série de procedimentos médicos e cirúrgicos até a pré-adolescência.

Um problema que podemos encontrar nessas definições é que somente a figura do médico pode inferir sobre a sexualidade da criança. O que Money faz, na verdade, é cristalizar a sexualidade, o gênero e a identidade como um fator único e que só podem ser dados pelos saberes da Medicina. O caminhar de uma pessoa trans e suas escolhas são transferidos para um outro, dito conhecedor de sua vida, ficando cada vez mais perceptível como este é atravessado pela heteronorma e pela transfobia, desconhecendo as várias possibilidades transitórias das sexualidades e dos gêneros. Para a Medicina, aquilo que foge do binarismo precisa ser regulado de algum modo e, como nos lembra Simone Ávila (2014), produz seus próprios paradoxos ao criar tantas tecnologias capazes de produzir o corpo, sendo todas elas voltadas para sua normatização.

A patologização das identidades trans é uma proposta de universalização da transexualidade, pois, como nos lembra Berenice Bento (2008), ela passa a ser denominada como “disforia de gênero” pelo próprio John Money, em 1973. Isso irá influenciar em sua patologização na quarta versão do *Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais* (DSM-4), da *Associação Psiquiátrica Americana* (APA), e na décima edição do *Código Internacional de Doenças* (CID-10), da *Organização Mundial de Saúde* (OMS).

Não é para menos que as regulamentações para a cirurgia de transgenitalização no Brasil só irão ser validadas a partir da premissa da incapacidade de pessoas trans responderem por si mesmas: todas as resoluções do Conselho Federal de Medicina que regulamentam essa cirurgia no Brasil (nº 1482/1997; nº1652/2002; nº 1995/2010) fixam o fator patologizante trazidas pelo CID-10 e DSM-4. O texto afirma “ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” (BRASIL, 1997; BRASIL, 2002; BRASIL, 2010).

Apesar da importância do médico para que estas modificações no corpo sejam realizadas, concordo com Bento (2006) ao lembrar-se dos outros profissionais da saúde que corroboram com práticas normativas, já que psicólogos, assistentes sociais, entre outros que integram as equipes ambulatoriais dos hospitais especializados na cirurgia de readequação sexual também

demarcam a/o “verdadeira/verdadeiro” da/do “falsa/falso” transexual, reproduzindo preconceitos e produzindo mortes da lógica biopolítica. Todos os profissionais de saúde envolvidos neste processo têm responsabilidade com as pessoas trans, sendo o médico apenas a ponta final de um processo que é também movido por outros profissionais.

O caráter patologizante das identidades trans, portanto, se deve ao esforço realizado ao longo de vários anos de estudos, fazeres e saberes científicos que reproduziram os binarismos de gênero (dividido entre verdadeiros e falsos masculinos e femininos) e a heteronormatividade, cristalizando a identidade transexual em uma frustrada tentativa de universalização e dividindo as “verdadeiras” das “falsas” pessoas trans. Isso também acaba por repercutir na medicalização e na patologização das identidades trans entendidas como pessoas doentes que precisam urgentemente de tratamentos em que não possuem controle sobre seus corpos, seus desejos, pensamentos e modos de agir para consigo mesmas (ÁVILA e GROSSI, 2010).

Essas questões são trazidas em uma conversa de Cícero com membros da equipe ambulatorial do Hospital das Clínicas da UFES, tensionando as conquistas e os entraves no processo de implantação do ambulatório de saúde da população trans no Estado do Espírito Santo:

[CÍCERO]: Já vi muitos amigos procurando o ambulatório e eu já estou indo para lá a cerca de dois anos e meio. A gente sempre encontrou essa barreira de nossas cirurgias serem experimentais. Hoje a gente faz o cadastro com o assistente social, que deixou tudo mais fácil e você tem um certo atendimento, mas ele é marcado e sabe lá quando vamos ser chamados. Mas a minha preocupação é muito mais no caso de homens trans que se hormonizam há muitos anos e tem que ficar mais dois anos se submetendo às vontades do processo transexualizador. A pessoa só quer tirar os intrusos e viver o que lhe resta de vida, porque a idade já chegou. Ficamos também sabendo que as cotas de homens trans para atendimento foi diminuindo ao longo do tempo. Por que isso? A gente também está vendo as mulheres trans há muito tempo na fila e não conseguindo nada para elas. A gente sabe que nossa classe de pessoas trans vai chegar a uma certa idade e não vai conseguir aproveitar nada, aos quarenta, cinquenta anos de idade. Vão estar lá de enfeite, em uma satisfação pouco plena. Isso chega a assustar a gente e eu defendo uma mulher trans porque ela me representa como mulher e eu vejo as meninas chegando a uma certa idade e a cirurgia não chegou para elas. Vejo muitos homens trans se matando de tanto usar hormônios, chegando doentes no hospital, com problemas de saúde, e não há saída para eles.[...] A nossa população está morrendo e vocês nem ficam sabendo disso. Vocês não acham que vocês deviam dar a devida atenção? Eu vejo a nossa população morrendo a olho nu porque eu sei, aqui no Espírito Santo, a quantidade de homens trans e mulheres trans que poderiam estar vivos, participando da luta com a gente. Ou vocês cuidam da gente ou continuamos morrendo.

Apesar desse cenário, observamos, entretanto, que há um saber produzido entre as próprias pessoas trans, fora do alcance da Medicina, mas importantes na produção de seus corpos. Muitas travestis e transexuais não desejam, por exemplo, passar pela cirurgia de

transgenitalização, e não se sentem menos mulheres por causa disso. As resoluções do Conselho Federal de Medicina citadas, inclusive, tratam que pessoas trans sentem um “desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto” (BRASIL, 2010, s.n.), algo que não se repete em muitos casos que foram surgindo na revisão bibliográfica para esse texto (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2014; BENTO 2006; BENEDETTI, 2005; BENTO, 2008; 2014; NERY, 2011).

Ora, se pessoas trans não se sentem pertencentes àquilo que a Medicina acha que elas são, como podem ser então consideradas transexuais dignos pelo saber médico de suas existências? Deleuze e Guattari (1996) nos dizem que os centros de poder se definem por aquilo que não conseguem capturar, pela impotência de produzir segmentaridades aos sujeitos que buscam apreender. O que desenha os segmentos presentes em uma instituição (como a Medicina) são suas linhas de fuga, aquilo que vaza das organizações binárias, dos aparelhos de ressonância, das máquinas decodificadoras, dos modos de ser homem e ser mulher. O corpo, mais uma vez, fica disforme, incompreensível aos saberes especializantes que buscam uma explicação rápida, coerente e certa para tentar entendê-lo.

Mas de que modo podemos compreender que as identidades trans se configuram para além daquilo que os saberes médicos esperam delas? Como é possível moldar outros corpos que também tenham sua forma, mas sem a tutela ou o consentimento do *outrornormatizante*? Ávila (2014) nos lembra de que a auto identificação das pessoas trans é processual, requer uma relação com o tempo, começa com uma sensação ou percepção de estranheza consigo mesmo e com seu corpo. Tais processos acontecem em muitos casos a partir das relações de amizade e pelas redes de solidariedades produzidas pelas próprias transexualidades.

Nas minhas primeiras conversas com Carlos, por exemplo, ele se identificava como *bofinha*. Ele, porém, foi se definindo enquanto homem trans ao longo da implantação do IBRAT-ES e das conversas com outros homens trans, considerados por ele como pessoas de grande importância para sua (trans)formação. Tal situação me faz lembrar também de João, um dos filiados ao IBRAT-ES, que nos disse uma vez sobre seus pensamentos suicidas, pois não conseguia pensar em perspectivas de futuro para sua vida. Como não havia redes de apoio ou pessoas que se identificavam da mesma forma que ele, os pensamentos suicidas falavam mais alto. Isso muda para ele no dia do lançamento do instituto, quando outros homens trans e aliados da causa puderam produzir algum modo de apoio para as suas questões.

Percebo nesses exemplos a criação de políticas das mais variadas formas, que afirmem potências na diferença, nos não sujeitos, nas não identidades, nos corpos abjetos que são e estão algo que, mesmo com nossas mais variadas ferramentas, não são possíveis de ser capturados. Não nego os processos de sofrimento nesse transcorrer do corpo, mas gosto de lembrar daquilo que é capaz de potencializar outras possibilidades para os homens trans, na ordem dos (des)encontros. Afinal, como Rocha e Aguiar (2003) nos lembram, os grupos devem intervir como dispositivos que afirmem outros modos de subjetivação e nas realidades micro e macropolíticas.

Mesmo que as pessoas trans tenham sido forjadas pelas figuras especializantes, há uma relação entre os próprios homens trans que tem sua importância. Ao vazarem daquilo que lhes é esperado, os corpos trans se fazem como cuidados de si, em um exercício capaz de elaborar, transformar e atingir um modo de ser questionador de práticas (FOUCAULT, 2004). É desse modo que percebemos a importância das redes de amizade e solidariedade para as transexualidades, pois é na figura de um outro homem trans que se cria uma relação mestre-aprendiz de interações, possibilidades e potências:

Pois o cuidado de si é, com efeito, algo que [...] tem sempre necessidade de passar pela relação com um outro que é o mestre. Não se pode cuidar de si sem passar pelo mestre, não há cuidado de si sem a presença de um mestre. Porém, o que define a posição do mestre é que ele cuida do cuidado que aquele que ele guia pode ter de si mesmo (FOUCAULT, 2006, p. 73).

O cuidado de si é inscrito na carne daquele que cuida a si mesmo, implantando princípios de agitação, movimento e inquietude nas pessoas. Foucault (2006) nos lembra de três princípios norteadores para que ele ocorra. Primeiramente, refere-se a um certo modo de encarar aquilo que nos atravessa, de estar no mundo, praticar ações e de ter relações com o outro. O cuidado de si também é uma forma de atenção aos nossos olhares, converter o olhar do outro, do exterior e do mundo para si mesmo, o que implica uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no nosso pensamento. Por fim, esse cuidado também designa ações exercidas de si para consigo mesmo em que nos assumimos, nos modificamos, nos transformamos e nos transfiguramos em uma série de *práticas exercícios* que não tem um destino pré-fixado.

Alguns exemplos desses cuidados se fizeram presente nas falas de alguns personagens na pesquisa:

[LUAN]: Para além da cirurgia, quando a gente faz o tratamento hormonal, seja no médico ou clandestinamente, usamos geralmente um hormônio que se chama Deposteron ou Durateston. E a primeira coisa que a gente procura é o tratamento hormonal e a gente compra no mercado clandestino, pela internet. Tem também um hormônio de um laboratório do Paraguai que não é legalizado no Brasil, que você não sabe a procedência, você não sabe o que tem ali dentro, você não sabe o que está tomando e você já toma sem a orientação médica. Aí a gente tenta trabalhar com a redução de danos com os rapazes, porque a gente não consegue impedi-los de usar esses hormônios e que tomem de forma incorreta. A gente tenta ensinar ele o que fazer: usar seringa descartável, limpar a área a ser aplicada, procurar um amigo que saiba aplicar, não aplicar no braço. A gente tenta fazer um trabalho de redução de danos com esses rapazes, mas a gente não incentiva eles a permanecerem no uso clandestino e irregular desses hormônios. A ideia é diminuir o risco e os problemas que eles possam ter no futuro. Nós temos um índice grande de meninos que têm AVC [acidente vascular cerebral] por conta do uso indiscriminado desses hormônios e alguns chegam a ficar com sequelas, além de colesterol alto, problemas de glicose, de pressão, cardíacos, de circulação. [...] Não existe um estudo que nos mostre o risco do uso desses hormônios a longo prazo e nem existe outros medicamento ou tratamento paralelo para evitar esses efeitos colaterais. A medicina, mesmo sabendo que a gente tem um grande risco de aumentar o câncer de mama pelo uso indiscriminado de hormônios, por exemplo, não nos ajuda a fazer a mamoplastia mais rápido.

[MATEUS]: Quais das transformações que você fez em seu corpo você considera a mais importante?

[BRUNO]: Foi o tratamento hormonal. É o que as pessoas veem de cara, o resto é secundário. Então, eu acho que o mais importante para a minha masculinização foi o tratamento hormonal. As cirurgias são menos urgentes porque é mais fácil esconder, disfarçar. Depois de um tempo você acaba se acostumando [com a compressão dos seios], mas dá para ir; Hoje, eu vivo sem [o binder] e fico me perguntando como eu conseguia usar aquilo. Me incomodava bastante. No calor é horrível, apertada muito, para fazer exercício físico, mas passa a ser tão necessário que a gente acaba não ligando.

[MATEUS]: E como foi para sua mãe essa questão da transição? Como foi para ela aceitar o filho no início?

[MARCOS]: Então, eu não falei isso para meus pais do dia para a noite. Foi muito mais deles descobrirem junto comigo no processo de entender o que estava rolando. Então, já chegaram fases como: ‘Não quero usar tal roupa’, ‘eu quero cortar o cabelo’, ‘eu acho que eu gosto de meninas. Não estou afim dos meninos’. E já passei por fases de questionamentos mais profundos: “eu não sou uma lésbica, não é assim que eu me identifico. Mas se eu não sou isso, o que eu sou?”. Foi um processo que foi sendo construído, mas isso, de certa forma, não deixou de ser um choque quando eu descobri que existia hormonização, que existia cirurgia e que era uma coisa próxima, que eu poderia conseguir, que eu não precisava viajar para os Estados Unidos para conseguir essas coisas (eu tinha essa questão em mente: achava que eu tinha que largar tudo aqui, guardar uma grana, ir para lá e até ficar), quando eu vi que dava para fazer essas coisas aqui, que era palpável, eu fiz uma conversa bem franca com eles [meus pais]: “eu descobri isso, eu sinto isso e eu quero isso. Ou vocês estão comigo ou eu vou fazer de qualquer jeito, independente do que vocês acham ou não. Não estou pedindo: eu estou falando. É meu corpo, é minha vida, eu preciso fazer isso. Vamos juntos ou não?” E minha mãe desabou quando ouviu. Chorou muito e por uns dias ela não falou comigo. Eu não pressionava, mas passou uns dias ela me perguntava: “mas é isso mesmo?”, “tem certeza?”, “tá com isso na cabeça ainda?”, “não desistiu ou mudou de ideia?”. Ela foi tateando devagar o espaço.

O cuidado de si assemelha-se com as políticas da amizade já que ambas se fazem na multiplicidade, intensidade, experimentação e na desterritorialização da relação com o outro. Tomando como exemplo a transformações de Marcos na relação com sua mãe, a amizade é uma forma de lidar com a vida cuja importância está nas maneiras em que uma interação entre duas pessoas ou mais pode trazer alguma forma de prazer em coletivo (ORTEGA, 1999). Sendo assim, buscar uma história das amizades emaranhadas pelos homens trans nos mostra também uma produção de subjetividades, dando possibilidade de experimentar a multiplicidade de formas de vida possíveis, fazendo dobras em momentos e espaços que previamente considerávamos impossíveis de serem realizados.

Essa política da amizade também se fez presente entre outros homens trans que conheci, principalmente em momentos externos às reuniões do IBRAT-ES e em eventos promovidos por outros grupos de militância presentes no Espírito Santo. Mas nem sempre essa relação de amizade era movida pela parcimônia, pois havia também conflitos internos, opiniões diferentes sobre um mesmo assunto que geravam atritos entre sujeitos que se apoiam em uma mesma identidade. Não é de se estranhar, já que a amizade também é uma relação agonística, em que há um sofrimento estabelecido nessa relação, pois é preciso convencer o outro a ser amigo nos jogos de poder que sustentam as redes de amizade (ORTEGA, 1999).

Assim, a amizade não impede que o poder pastoral ou os jogos de poder aconteçam, obrigando o outro a confessar suas práticas ou impondo uma moral em detrimento de uma ética em construção (FOUCAULT, 1985b). A violência pode ser realizada por qualquer um, mas não se trata de “romantizar” os saberes dos homens trans como os únicos determinantes ou mais importantes de seus existires. É preciso entender que há um fluxo de *poderessaberes* entre essas pessoas em que não podemos controlar ou diagnosticar a partir de um olhar externo.

Seriam esses aprendizados da experiência e no cuidado de si como meios potencializadores das transexualidades e das trans experiências? Ou seria este um modo pirata de medicalização e dependência farmacológica com a vida? Bem, é difícil definir de antemão no que eles poderão se desdobrar, mas nos mostram as conexões entre os corpos e suas possibilidades de transformação (LAROSSA, 1994). Parece-me que as pessoas trans criam a si mesmas a partir de tecnologias do eu, estabelecendo uma relação com as artes de existências e numa livre

elaboração, baseadas em modos de ser homem e/ou mulher em que não sabemos aonde irá chegar, mas apenas sabemos que um corpo está em trânsito.

3. Políticas

Não mexe comigo que eu não ando só.

Maria Bethânia

Onde há multiplicidade se faz política. Ela é a forma de dar cabo às linhas que constituem um social, criar um ponto confluyente de sujeitos com ideias nômades, inconstantes e provocadoras, nem que seja para posteriormente se dispersarem, buscarem outros espaços e tecerem outros fios que considerem mais interessante para si (DELEUZE e PARNET, 1998). Uma política só pode ser tecida pelo cotidiano, pelas micropolíticas do dia-a-dia que nos fazem equilibrar constantemente entre escolhas e consequências.

No verso de Bethânia acima citado, vi uma curiosa forma de condensar as políticas produzidas pelos homens trans que conheci, pois a multidão de homens trans nos faz perceber que eles não andam sozinhos, mesmos nos cenários mais solitários e difíceis de encontrar. Há uma forma política nos coletivos de homens trans que os fizeram avançar muito, mas sabemos que eles querem (e precisam) de muito mais. Eles se fazem por si só, mas com a ajuda de seus aliados. Eles esperam muito da política institucionalizada, mas não fazem dessa uma espera passiva, produzindo também suas próprias políticas, seja na pesquisa com as transexualidades e transmasculinidades, seja na militância, seja nas produções biográficas e autobiográficas. São os homens trans quem produzem em seus cotidianos formas variadas de fazer suas vidas acontecerem em atos políticos.

Juntos somos mais fortes, nos diz o lema do IBRAT, apostando nos coletivos como uma forma de afirmar homens trans para além de sofrimentos e violências, produzir ações potentes, disparar mudanças, criar problematizações e indagações junto com os movimentos que eles mesmos criaram. Fazer essas políticas acontecerem não é somente solucionar os problemas produzidos pelas multidões de homens trans, mas realizar dobras a partir delas, produzir outras disposições no tabuleiro do jogo social para eles mesmos e todos os outros.

Assim, não mexa com homens trans que, juntos, eles são mais fortes.

3.1. Como produzir uma identidade *homem trans*?

Há muitas formas de definir os homens trans, mas me preocupo de cair em reducionismos e enquadramentos de sujeitos tão complexos e mutantes. Uma identidade, como discutido nos capítulos anteriores, está fadada a limitações ao excluir seus semelhantes e definir critérios essencialistas aos modos de ser dos sujeitos (HALL, 2003). Apesar disso, gosto de pensar com Ávila (2014) os homens trans como uma categoria política de pessoas que foram definidas enquanto mulheres ao longo de suas vidas, mas devido a uma série de motivos, processos e agenciamentos não se sentem pertencentes em tal definição, encaminhando suas vidas e produção de seus corpos na direção das masculinidades.

Essa categoria é política ao identificar uma postura de indivíduos que querem ser reconhecidos em suas diferenças, buscando uma série de direitos que se distanciam das demandas trazidas pelas mulheres trans e outras sexualidades. Luan nos lembra disso em uma de suas falas:

[LUAN]: Ser homem trans não tem um modelo. Para você ser homem trans você não precisa tomar hormônio, fazer cirurgia do peito, fazer histerectomia, ter barba, coçar o saco, essas coisas. Para ser homem trans, basta você se identificar. Se você se identifica com o masculino e se sente confortável em se auto declarar, você é um homem trans. A partir do momento que você diz que você se sente homem, você é um homem trans. Pronto e acabou. É isso que interessa para a gente. É como você se declara, se mostra para a sociedade. Se você vai tomar hormônio, se você vai operar, se você se declara homem trans e vai se maquiar e usar saia isso é problema seu e nosso também.

O termo *homem trans* e a palavra *trans homem* não são a mesma coisa, sendo esta última expressão refutada por muitos integrantes de movimentos sociais e pode surgir com frequência em debates com essa temática. Segundo Oliveira (2014), o termo *trans homem* invisibiliza as experiências trans e retira a autonomia de sujeitos em escolher quando, como e onde desejam expor suas singularidades. Não afirmamos ou lutamos, por exemplo, por categorias como *negras mulheres* ou *pobres homens*: por que faríamos o mesmo com os homens trans? Nesse sentido, o uso das palavras, seus desdobramentos e escolhas de termos, mais do que uma composição linguística, se fazem em caráter político com as (des)aprendizagens cotidianas desses sujeitos.

Ao colocarmos o termo *homem* na frente da palavra *transexual*, podemos afirmar um modo outro de ser/estar homem. Ainda assim, é difícil pensar em um conceito capaz de condensar

essas experiências em um único termo, já que não há uma essência para aqueles que cortejam com as transmasculinidades, mas traços gerais que os unem de algum modo, como a Butler nos traz ao falar da performatividade de gênero (2003). O conceito *homem trans* é um esforço político de condensar as experiências das transexualidades masculinas, pensando em histórias de vida que não são individuais, mas expressões sociais e culturais que informam características de indivíduos (ALMEIDA, 2012).

[LUCAS]: Reivindicar uma identidade política é uma forma de dizer quem somos, o que não impede que outras transmasculinidades se manifestem dentro de outras nomenclaturas. Dessa forma, estamos afirmando quem somos e o que queremos para pedir as políticas públicas e os direitos. [...]Uma identidade política agrega um coletivo de pessoas para reivindicar as demandas políticas daquele mesmo seguimento. O processo de afirmação da identidade homem trans é o resultado de muitos embates. Lá no I ENAHT, por exemplo, havia os não binários que queriam deixar de ser homem trans para serem entendidos como transmasculinos, para contemplar todo mundo. Mas isso gerou outros problemas porque, no regimento dos conselhos e estatutos do IBRAT, já estava escrito que éramos homens trans. Foram três dias de evento e esse embate é muito semelhante ao que aconteceu com as mulheres trans e travestis no ENTLAIDS na busca de uma identidade política. Apesar disso, esse embate é importante para chegarmos até algum consenso.

É por meio de situações como essas que podemos perceber que no corpo não há fatores meramente naturais ou biológicos que cristalizam ou unificam sua posição com o mundo, mas um caminho a ser trilhado que esbarra e se conecta com uma série de questões sociais, culturais e psicológicas. Devemos sempre levar em consideração a importância que o corpo toma na adesão de significados e na construção de projetos de ser/estar homem trans (ALMEIDA, 2012), projetos esses que almejam, a partir de uma série de modificações de corpos interpelados como femininos antes mesmo de nascerem, serem reconhecidos enquanto homens (OLIVEIRA, 2014).

Se não há um único tipo de experiência trans, menos ainda haverá de experiência homem trans, as quais são feitas por vários outros marcadores como classe social, raça/cor, orientação sexual, geração, origem, entre outros fatores que de algum modo se emaranham nos seus fazeres. É nesse emaranhado de existências que Ícaro aponta algumas dessas questões ao falar de suas relações com o movimento de homens trans e a negritude em nossas conversas:

[MATEUS]: Você tinha falado que estava mais na militância do movimento negro do que no movimento trans. Como é ser homem trans militando no movimento negro?

[ÍCARO]: Então, o movimento negro está aí, sempre esteve. Chegou na minha vida na minha infância: minha mãe era militante e ela me levou para lá. Hoje ela é bem menos militante do que antes, mas eu conheci muita gente lá. Eu entendi quem eu

sou como negro desde cedo. Saber dos amargos e das coisas boas de ser negro eu soube desde cedo. Eu sempre estive no movimento dessa forma. Se vemos as questões mais recentes dos autores negros, há a questão da interseccionalidade, que é abranger também outras formas de se pensar a humanidade. A diversidade entra aí. Por exemplo; as meninas que estudam o feminismo negro falam muito de interseccionalidade e que falam muito de entender as outras diversidades, seja ela sexual ou de gênero. Eu acabei de voltar de um encontro de estudantes universitários e coletivos negros. O movimento negro também está fazendo parte. Foi bem tranquilo saber que eu estava ocupando um espaço, apesar da gente [homens trans] ser uma população menos ali dentro. Estávamos entre quatro ou cinco trans contra 1800 participantes. Se pegarmos a proporção na sociedade, a gente sabe que há mais por aí. Mas se pegarmos a população negra, que não está inserida na universidade e a população trans que também não, seria um número meio igualitário. E eu estava lá, ocupando aquele espaço [...] e sei que minha vivência é essa. Eu era respeitado, mas cadê o outro igual a mim? Cadê meus pares? É preciso levantar estratégia para chamar mais [homens trans] para esse espaço.

Ao falar de si no movimento negro, Ícaro aponta para os paradoxos que vive de também ser homem trans e dos problemas que encontra no que se refere a não somente uma ou outra identidade, mas ao que surge no cruzamento das duas. Essa interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais da interação entre duas ou mais identidades que se fazem presentes em um mesmo sujeito, mostrando que as situações de racismo, transfobia e discriminação por identidade de gênero são muito mais complexas e articuladas do que imaginávamos ser (CRENSHAW, 2002).

Angela Davis (2016) trata dessa interseccionalidade no lugar da mulher negra no contexto americano e como ela se diferencia da condição de muitos homens negros em momentos e espaços semelhantes. Rememorando o processo escravagista que se fez nos Estados Unidos, a autora nos mostra que a condição de mulher negra estava atrelada à reprodução, à servidão, ao mantimento e cuidado da família, além do sofrimento das violências física e simbólica promovida por homens, sejam eles negros ou brancos. Não se trata de hierarquizar os sofrimentos trazidos pela mulher negra em comparação com outras identidades, mas entender que se produz uma outra forma de viver quando se cruzam, em um único sujeito, as vivências de gênero e de raça. O dispositivo “raça”, portanto, se faz como um agente da interseccionalidade que busca evitar o silenciamento de questões e mostrar as várias formas de discriminações que um único sujeito pode sofrer.

E se os homens trans vivem discriminações das mais diversas formas em seus cotidianos, que dirá um home trans negro? Pois é a interseccionalidade que pode servir de analisador para várias questões de gênero e de raça presentes nos discursos e nas instituições, buscando projetos com a vida que possam abarcar as multidões que fazem o humano, já que essa

interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e vice-versa (CRENSHAW, 2002). Sendo assim, ela nos sugere que não lidamos somente com grupos distintos de pessoas, mas com grupos sobrepostos, feitos de várias camadas complexas e articuladas entre si, mostrando o simples e o complexo que um único sujeito pode apresentar em si mesmo. A respeito disso, Lucas nos apresenta algumas considerações também:

[LUCAS]: Hoje eu faço parte do Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e eu vejo muito dentro do movimento negro um orgulho pela identidade. A gente precisa começar a pensar isso dentro do movimento trans também. Um orgulho de ser trans. A gente precisa começar a trazer um orgulho pela identidade, o orgulho de ter um corpo ressignificado, uma identidade trans. A gente precisa passar a ter orgulho disso e não vergonha, porque não é vergonha para ninguém. Nós fazemos parte de uma sociedade diversa. As pessoas não são iguais. Dentro do movimento dos homens trans a gente prega isso. Se o cara está bem com o peito dele, ele não vai deixar de ser homem por isso. Se o cara quer deixar de tomar hormônio, ele não deixa de ser homem por isso. Se a identidade dele é masculina e é assim que ele se identifica, é isso que tem que ser legítimo.

Em modos tão dispersos e múltiplos de viver, como é possível criar uma identidade *homem trans*? Um dos caminhos é nossa implicação política na implantação do IBRAT-ES, que se fez (e ainda se faz) marcado pelos afetos e pelos (des)dobramentos políticos protagonizados pelas pessoas trans e seus aliados. Começamos um fiar coletivo quando meu orientador, Alessandro Rodrigues, foi convidado a fazer uma fala no IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, realizado em São Paulo entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2014. Esse evento ficou conhecido por demarcar uma mudança política no movimento de travestis e transexuais no Brasil ao incluir e reconhecer a identidade *homem trans* como mais uma categoria política a ser incluída no universo de pessoas trans.

Também marcado pelos afetos, Bê Braga relata este momento em sua dissertação:

Em dezembro de 2014, dezessete homens trans brasileiros, sendo eu um destes, participaram do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, evento organizado pelo Fórum Paulista de Travestis e Transexuais. Neste encontro foi decidido e aprovado em plenária, que a partir da data onde foi votada a decisão, a identidade política dos homens trans brasileiros seria nominada como homens trans e o movimento de pessoas trans do Encontro Regional Sudeste, concordou que este passaria a se chamar de movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans (NEVES, 2015, p. 43 - 44).

Abrir-se para a criação do novo, como nos lembra Suely Rolnik (2014), é necessário para fazer passar os afetos, o que também implica permitir “a instauração de um plano relacional que produz ressonância e conectividade entre múltiplas dimensões da realidade, estas também concebidas como redes de relações” (ESCÓSSIA e TEDESCO, 2009, p. 105). Atento a esses

movimentos e às redes que se aqueciam naquele encontro, Alessandro Rodrigues se aproxima dos homens trans e das lideranças do IBRAT que se fizeram presentes, divulgando as temáticas gerais de minha pesquisa e buscando formas de conexão com esses sujeitos na militância e no movimento social.

E uma das aproximações mais importantes na tessitura dessa rede foi Lucas, coordenador nacional do IBRAT à época, que faz uma proposta de trazer o instituto também para o Espírito Santo, implantando seu décimo-sexto núcleo no país. Os núcleos do IBRAT são desdobramentos do instituto em cada estado da federação e no Distrito Federal. Atualmente, existem 17 núcleos em funcionamento: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins²⁶.

É preciso lembrar que a militância dos homens trans e das transmasculinidades não começa no IBRAT. Ávila (2014) cita em sua tese outros grupos que tiveram sua importância, como o Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT), em São Paulo, um pequeno grupo de homens trans que se organizam como um dos primeiros e não protagonizado por mulheres transexuais. Um desdobramento do núcleo foi a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), cujas pautas estão voltadas para a despatologização das identidades trans, reivindicar a participação nas políticas públicas afirmativas, visibilidade e fortalecimento como forma de inclusão na sociedade, realização de projetos, além de parcerias com entidades do movimento LGBT e da universidade.

O IBRAT nasce de outro desdobramento na própria ABHT, em abril de 2014. Segundo interlocutores de Simone Ávila em sua pesquisa (2014), há conflitos no grupo para filiá-lo à Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma das mais importantes e a mais antiga rede nacional de pessoas trans no Brasil. Acredito que este atrito tenha alguma relação com a dificuldade de protagonismo que os homens trans poderiam ter em relação às mulheres transexuais, que são mais numerosas na associação. Entretanto, essa não deixa de ser uma preocupação da ANTRA e, como vimos no relato de Bê Braga, a associação começa a dar atenção à identidade homem trans como mais uma categoria política. Na página do *Facebook* da ANTRA, por exemplo, podemos ver que essa preocupação se faz presente quando a

²⁶ Disponível em: <http://institutoibrat.org/o-ibrat/nucleos-pelo-brasil/>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

associação se define como uma “Rede Nacional de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans do Brasil”²⁷.

A respeito da relação do movimento de homens trans com a militância das transexuais e das travestis suas disputas internas, Luan e Rosana (professora da Universidade de Campinas, militante das causas trans), nos trazem suas considerações:

[LUAN]: Gosto de dizer que elas [as mulheres trans] são nossas mães, porque elas estão nos ensinando a caminhar e o movimento [de homens trans] é muito novo. [...] A gente só vai poder abrir mão da ajuda do movimento de mulheres trans quando estivermos completamente independentes, mas eu duvido que isso aconteça, porque eu acho que ninguém consegue caminhar sozinho, principalmente no mundo que a gente vive hoje.

[ROSANA]: O movimento LGBT ainda precisa se unir muito, internamente e com outros movimentos sociais. Gosto muito do lema do IBRAT [“juntos somos mais fortes”] porque se, nesse momento, a gente não se une e se a gente não se fortalece não vamos conseguir fazer frente a muitas coisas. O que a gente percebe muito no movimento hoje é que as pessoas ficam se dividindo e qualificando muito os movimentos sociais. Claro, existe disputa de poder no interior desses movimentos, isso é desde o primeiro grupo nosso, o SOMOS. Mas a saída é criar um movimento a parte? Vocês acham que hoje, com a situação que a gente enfrenta, com uma articulação da política conservadora, com o congresso federal mais conservador desde a ditadura, será que a saída é ficar se enfrentando no movimento? Ou a saída é o debate interno, brigar com quem tiver que brigar, mas estar junto o tempo inteiro? Eu tenho apostado que é a briga interna e estando junto que é o que precisa ser feito. A gente critica o que tiver que criticar, quebra o pau que tiver que quebrar dentro do movimento, mas, pra fora, a gente tem que estar junto. [...] Esse momento que a gente vive, de muita visibilidade aos movimentos LGBT’s e também de um fortalecimento do pensamento conservador, é muito delicado.

Um outro diferencial do IBRAT em relação aos outros grupos e instituições aqui apresentados é sua abertura à pesquisa como ato político. Na carta aberta escrita no I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), organizado também pelo IBRAT e realizado entre os dias 20 a 23 de fevereiro de 2015, em São Paulo, foi deliberada uma série de ações que pudessem dar visibilidade aos homens trans no Brasil e, dentre elas, estava o fortalecimento de “alianças e diálogo com as universidades e centros de pesquisa e com conselhos profissionais, especialmente o Conselho Federal de Serviço Social e o Conselho Federal de Psicologia, bem como com os conselhos regionais”²⁸. Lucas nos traz algumas recordações desse evento:

[LUCAS]: Esse foi o maior evento político de homens trans do planeta. Mas, dos 118 homens trans que conseguimos trazer do Brasil todo, não conseguimos trazer a maioria dos homens trans que queríamos que estivessem com a gente. As secretarias dos municípios negavam passagens, os órgãos públicos negavam apoio. Não tínhamos hotel e ficamos em alojamentos da universidade. Eram uns 18 homens

²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/antrabrasil/>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

²⁸ Disponível em: institutoibrat.org/enaht/i-enaht/carta-de-sao-paulo/. Acesso em: 08 de novembro de 2016.

trans dormindo em cada quarto. Mas valeu o esforço, foi incrível. Quem esteve lá, adorou. Foi um evento histórico e, quem estava lá, ainda lembra com muito carinho.

Bê Braga também reafirma isso em sua dissertação:

O IBRAT constitui uma rede nacional de homens trans ativistas que atua nos eixos da formação política, estudos e pesquisas sobre transmasculinidades e controle social, possui atualmente diversos núcleos de ativismo espalhados pelas mais diversas regiões de nosso país e conta com inúmeros ativistas. Diversos núcleos foram criados nos últimos anos e foi determinado no I Encontro Nacional de Homens Trans, que as pessoas não binárias teriam um núcleo para elas dentro do IBRAT para discutirem e articularem suas demandas em diversos setores (NEVES, 2015, p. 44).

Perseguindo novas ações que pudessem criar redes com os homens trans e atender suas demandas, decidimos somar forças com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPI), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPs) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (NEPS) para realizar um evento no dia 30 de junho de 2015 para o lançamento do núcleo estadual do IBRAT no Espírito Santo. O evento contou com a presença de cerca de cinquenta pessoas entre membros do movimento LGBT no estado, profissionais da saúde, estudantes e pessoas interessadas na temática.

Iniciamos os trabalhos com uma mesa de conversa intitulada *Movimento LGBT e o combate à homotransfobia*, em que Lucas expôs suas considerações a respeito do tema:

[LUCAS]: A gente precisa assumir essa responsabilidade de protagonizar essa luta e dizer que a gente precisa se reorganizar, a gente precisa reivindicar direitos e se reconhecer enquanto esses sujeitos de direitos e de direito. Isso foi muito mais forte para mim do que me entender quanto homem trans, porque aí começaram os meus verdadeiros desafios. Aqueles desafios que eram só meus passaram a ser do mundo. Era eu brigando com o resto do mundo, mas com alguns companheiros do meu lado. A gente tentou somar forças, ainda mesmo sendo um movimento muito fragilizado, muito jovem. As pessoas não sabiam o que era homem trans, nem dentro do movimento LGBT. Eu ainda tenho que ficar dando explicações do que eu sou e do que é essa identidade. [...] Em termo de organização política, o movimento de mulheres transexuais e travestis têm vinte e cinco anos. O de homens trans tem apenas três anos. É muito pouco e muito recente. Logo que nos organizamos, pedimos que o processo transexualizador do SUS nos incluísse, porque os homens trans não estavam lá. Aquilo era para mulheres transexuais e nem travestis tinham acesso. Alguns homens trans até entravam de gaiato, mas eles não estavam inclusos na portaria [do Ministério da Saúde]. [...] Foi quando o Ministério da Saúde fez uma revisão da portaria, que passou a incluir as travestis e os homens trans. Em 2013, tivemos um momento muito emocionante com o lançamento dessa nova portaria no I Seminário Nacional de Saúde LGBT. Em paralelo a essa política, nós tivemos a inclusão do nome social no cartão do SUS. [...] Foi, de fato, histórico, para todo o movimento LGBT e, especialmente, para o seguimento do movimento das pessoas trans. [...] Nada vem de cima para baixo, ninguém vai dar nada para gente. Se hoje existe processo transexualizador é porque o movimento estava lá reivindicando. Se existe nome social é porque o movimento estava lá reivindicando. Se existe

possibilidade de retificação de nome civil é porque o movimento estava lá reivindicando. Ninguém deu nada para gente e não vai dar. Entender o que é ter esse papel de cidadão e atuar ativamente no exercício da democracia é uma coisa que não nos ensinam nas escolas. Ninguém ensina um brasileiro a ser cidadão, a ser democrático, e ninguém ensina que democracia é participação popular.

Falar de participação popular em tempos que nossa jovem democracia se encontra tão fragilizada é uma tarefa um tanto quanto instigante. Não posso deixar fora dessa questão Jean Wyllys, nosso único parlamentar assumidamente homossexual no Brasil que encampa ações voltadas para a comunidade LGBT, mulheres, negras, negros, profissionais do sexo, pessoas que se identificam com religiões de matriz africana. Sua tarefa se faz nessa busca de direitos e garantias fundamentais para populações tão fragilizadas e estrategicamente esquecidas pela política institucionalizada, em jogos de poder que deixam viver algumas vidas e faz tantas outras morrerem (WYLLYS, 2014). Há um indireto encontro entre Lucas e Jean quando este afirma que nada está dado para vários seguimentos minoritários na política nacional, o que inclui a população trans e os próprios homens trans.

Se há conquistas, elas são resultado das lutas sociais por estima, reconhecimento social e dignidade (WYLLYS, 2014) e o IBRAT, com sua vinda para o Espírito Santo, é mais uma marca desses movimentos. E após a mesa de conversa já citada, realizamos o momento de lançamento do IBRAT-ES em que Lucas instruiu os presentes algumas ações do instituto voltadas para formação política, pesquisas e ativismo por direitos dos homens trans. Foi feita uma breve eleição de coordenadores e secretários do instituto, em que também ficou decidido a divisão do núcleo capixaba em mais dois setoriais no Espírito Santo, um para o norte (na cidade de Colatina) e outro para o sul do estado (na cidade de Cachoeiro de Itapemirim). Por fim, ficaram deliberadas algumas ações protagonizadas pelo recém-criado IBRAT-ES, como a realização de reuniões periódicas entre seus membros, exigir do hospital universitário da UFES a criação do ambulatório para pessoas trans e atenção ao processo transexualizador, além da realização de um seminário estadual no ano de 2016.

Entretanto, várias dessas demandas tiveram dificuldades de ser implementadas, já que as reuniões foram ficando cada vez mais espaçadas e esvaziadas, a cobrança ao hospital se fez por outros grupos do movimento LGBT do Espírito Santo e o seminário só pode ser realizado cerca de um ano e meio depois, à custa de muitos conflitos internos e adiamentos por problemas de agenda dos organizadores e convidados. Não esperávamos que o lançamento do IBRAT-ES tivesse surtido os efeitos que gerou (como o reconhecimento que vários homens

trans tiveram e que se fez presente em suas falas nesse trabalho), assim como não esperávamos o esvaziamento de seus atores e suas ações, vide que os homens trans filiados ao instituto foram desistindo do grupo e se espalhando para outros grupos de militância presentes no Espírito Santo. Em menos de dois anos que o núcleo capixaba do IBRAT foi lançado, por exemplo, houve três mudanças na coordenação estadual, motivadas por desentendimentos internos entre seus membros.

Tais conflitos não devem ser encarados como negativos ou despotencializadores dos movimentos que estavam iniciando com a vinda do IBRAT ao Espírito Santo, mas como analisadores das dinâmicas tecidas nesse mesmo grupo. Afinal, essa militância continua, mesmo entre atritos e problemas, atravessadas por amizades que, como Ortega (1999) nos lembra, é emaranhada por relações agonísticas que necessitam de atritos e desavenças para realizações no coletivo.

Todos esses momentos nos fazem lembrar como um movimento social também é marcado pelo fugidio, já que as pessoas estão se fazendo presentes no IBRAT-ES e não estão ao mesmo tempo. Na tessitura dessa rede dos homens trans no Espírito Santo, poderíamos dizer que ela transformou toda fronteira em um limiar e, nesse sentido, “as redes são essencialmente fugidias, efêmeras, estando constantemente em fuga. Assim é que podem em dado momento parecer universais e no momento seguinte desaparecer no ar” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 86). A produção de um comum é um processo marcado pela junção de diferentes grupos afins, não para se unirem em um grande grupo centralizado, mas para se manterem diferentes e independentes, numa estrutura em rede que define tanto sua singularidade quanto a sua partilha. O comum é múltiplo no IBRAT e, sendo assim, os homens trans que passam por lá são múltiplos por si só, cabem várias formas de ser e estar no mundo a partir de um modo de ser homem trans.

[LUCAS]: Nós somos a última letrinha dessa sigla [LGBT] que cabe um monte de coisa. Só nesse T, as identidades políticas existem aos montes, fora as outras identidades sociais. É um T quase que infinito. Existe uma dinâmica interna do movimento T que poucas pessoas sabem que a gente tem encontros estaduais, regionais e nacionais. E tudo isso para negociar, entre esses T's, as demandas internas para serem levadas ao movimento LGBT. É um contínuo de debates, embates e negociações.

Tais confrontos fazem lembrar o que Butler nos atenta para as políticas de coalizão, em que as pessoas estão juntas pelo tempo e pela forma que lhes interessar, já que as alianças e

mobilizações não se formam necessariamente entre sujeitos já estabelecidos socialmente ou reconhecíveis pelos outros, mas dependem de negociações e reivindicações constantes (BUTLER, 2015). As rupturas nos movimentos aqui apresentados nada mais são do que formas de mudanças significativas contra as formas de generalização. O próprio movimento de homens trans no Brasil nasce dessa forma, pelos embates e negociações que em muitos momentos geram mais dispersões do que propriamente alianças. O IBRAT também está nisso, em dissidência com a ABHT, e não seria agora, em meio à minha pesquisa e ao lançamento do IBRAT-ES, que esses movimentos iriam cessar.

Certamente, não imagino uma aliança sem emendas [...] Também faz sentido assumir que elas devem conter, em seu interior, determinadas falhas e antagonismos permanentes. [...] O que mantém uma aliança é diferente da questão do que mantém a mobilidade de uma aliança. No meu ponto de vista, aquilo que mantém uma aliança móvel é o foco permanente nas formações de poder que excedem a definição estrita aplicada àqueles incluídos nessa aliança (BUTLER, 2015, p. 212-213).

Peter Pelbart (2011) nos lembra de que a busca e produção de um comum é um processo fugidio e paradoxal, “do plano da imanência já dado e, ao mesmo tempo, sempre por construir” (p. 41). A criação de uma comunidade precisa se fazer na negação de uma fusão homogênea de uma identidade para permitir que o heterogêneo, o plural e as distâncias surjam. Afinal, o desejo de unitário beira a uma prática fascista, que busca na fusão dos plurais uma limpeza à pureza do unitário, à ausência de ruídos que nos movem a perguntar o que queremos com nós mesmos. Longe de dizer que os grupos e militâncias com as sexualidades se propõem necessariamente a isso, mas vejo na proposta de Pelbart uma forma de indagar como esses mesmos grupos tem se autogerido e permitido a entrada dos heterogêneos não totalizáveis, daquelas figuras que vêm e vão sem pedir permissão de entrar nesses espaços e os bagunçam.

É por isso que as fugas também marcam essa produção no IBRAT. Seus membros e integrantes estão utilizando de suas identidades pelo tempo e pela forma que lhe interessa e seus anseios pelas novas comunidades, representadas nos institutos em questão (IBRAT, ENAHT, NATH) não são aquelas baseadas pela hierarquia, ou compaixão, mas “do homem qualquer e de seus singulares que se cruzam: nem individualismo, nem comunialismo” (PELBART, 2011, p. 41). Passei por isso em certa medida quando tive que me ausentar das atividades no IBRAT-ES para a escrita de minha qualificação de mestrado. Muito tempo sem

falar com Lucas, pedi desculpa pela ausência e recebi, com surpresa, uma resposta afetuosa: “*relaxa, querido. Se ausentar, cuidar de si, também é militância*”.

É essa potência impotente, sociedade associal, associação sempre pronta a se dissociar, dispersão sempre iminente de uma presença que ocupa momentaneamente todo o espaço e no entanto sem lugar [...], uma espécie de messianismo não anunciando nada além de sua autonomia e sua inoperância, o afrouxamento sorrateiro do liame social, mas ao mesmo tempo a inclinação àquilo que se mostra tão impossível quanto inevitável – a comunidade (PELBART, 2011, p. 36).

3.2. Pode o homem trans falar?

Inspirado em minha leitura de Spyvak (2010), cuja obra nos instiga a pensar a partir do questionamento “pode o subalterno falar?”, a figura subalterna é uma referência àqueles sujeitos que são colonizados das mais diversas formas. Tomando como ponto de partida a prática do *sati* na Índia, que obrigava viúvas se sacrificarem após a morte de seus maridos, a autora fala de sujeitos do feminino que não podem ser lidos e/ou ouvidos pelas políticas públicas e nem pelos espaços acadêmicos capazes de questionar essa prática. Ao final de seu ensaio, Spyvak nos diz que “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio” (p. 126).

O que Spyvak provoca é problematizar o sujeito do Terceiro Mundo e suas representações no discurso ocidental, já que a produção de conhecimento é em muitos momentos cúmplice de apropriação indevida do outro, o que caracteriza uma curiosa forma de colonialismo dos conhecimentos produzidos do lado de baixo do Equador (SPYVAK, 2010). Nessa lógica, a exploração colonial dos séculos passados não terminou. Ela se faz em outros espaços e de outras formas, como na produção acadêmica. A provocação não deixa de ter sua relevância, já que, em muitos momentos, recorreremos aos nossos autores de referência (em sua maioria, europeus) para confirmar ou deslegitimar as falas de nossos sujeitos de pesquisa. É assim que nos tornamos pesquisadores/colonizadores, onde pouco importa o que o outro tem a nos oferecer, apenas o que é possível extrair sem sua permissão.

Eis que me deparo com o IBRAT, um grupo gerido por pessoas que poderiam ser consideradas subalternas na lógica de Spyvak, e que querem ser pesquisados/colonizados e assumem essa postura. Apesar de muitas discordâncias e desafinidades com os referenciais da autora, gosto da provocação ao indiretamente expor em sua indagação algumas crises pelas quais passei ao longo desses dois anos de pesquisa. Afinal, se não pode o subalterno, pode o homem trans falar? Se o homem trans é subalterno, pode falar em nossas pesquisas? Qual a propriedade que um homem cisgênero tem para falar a respeito de homens trans e das transmasculinidades? Emendo com as indagações de Preciado (2014) que dizem respeito aos estudos para/com as sexualidades:

Como se aproximar do sexo enquanto objeto de análise? Que dados históricos e sociais intervêm na produção do sexo? O que é o sexo? O que é que realmente fazemos quando transamos? As práticas sexuais da pessoa que escreve modificam sua obra? Se sim, de que maneira? Deve, a pesquisadora, entregar-se ao “*serial fucking*” quando trabalha sobre o sexo como tema filosófico ou, ao contrário, deve guardar as distâncias com relação a tais atividades, e isso por razões científicas? Pode-se escrever sobre a heterossexualidade sendo bicha ou sapa? E inversamente, pode-se escrever sobre a homossexualidade sendo hétero? (PRECIADO, 2014, p. 18)

Sem impor respostas definitivas, Preciado nos aponta alguns importantes questionamentos sobre o fazer pesquisa com as sexualidades, pois há um desafio nessa aproximação em que somos interpelados por muitos outros marcadores que de algum modo se fazem presentes em uma pesquisa. Mas é nessas interrogações que me vi buscando produzir um trabalho que não fale sobre os outros, mas com eles, daquilo que me afeta e (des)educa no processo pesquisante. Não sabemos de antemão como esses corpos diversos se (re)constituem, menos ainda das dores e das belezas que é ser e pertencer às identidades trans e que, por isso, há todo um cuidado que se constrói nas aproximações com esse outro que nos move e que não está dado.

Penso na pesquisa muito mais como mais uma forma de cuidado de si do que propriamente uma prática colonialista, na medida em que a história do pensamento aposta na apreensão de momentos e fenômenos capazes de contribuir de algum modo para o próprio pensamento, comprometendo politicamente em modos de ser e estar no mundo e nos constituindo enquanto sujeitos históricos, sociais e culturais. Uma pesquisa configura-se em um cuidado de si na medida em que tal prática é também uma forma de emergir questionamentos dos modos que os fazeres afetam os mais diversos sujeitos. Cuidar de si não é somente pensar o lugar do pesquisador, mas também “encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter

relações com o outro” (FOUCAULT, 2006, p. 14). Rosana fala desse cuidado em sua fala na mesa de conversa do lançamento do IBRAT-ES:

[ROSANA]: Os dados que a gente colheu nas paradas do Orgulho LGBT em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife trazem uma realidade muito preocupante e que a gente tem certeza de que não mudou [nos dias de hoje]. Nessas pesquisas, cerca de dois terços dos LGBT's entrevistados já haviam experimentado uma ou mais situações de discriminação ou violência motivada pela sexualidade ou pela expressão de gênero ao longo da vida. Nos casos de travestis e transexuais entrevistadas, isso sobe para quase 100%. A gente sabe que entre essas pessoas isso é constante: saiu de casa para ir à padaria já está sofrendo violência. O não reconhecimento do que a pessoa é, do nome que ela quer ser chamada, isso muda absolutamente tudo na vida. E o que era mais triste pra gente nesses dados? Cerca de 50% dos entrevistados não chegou a contar para ninguém o que aconteceu. E a gente nem perguntava de violência em específico, mas se houveram momentos ofensivos ou constrangedores por conta da sexualidade dela. As pessoas nos contavam e é muito desesperador para um pesquisador quando você está falando com alguém e ela diz: “estou te contando uma coisa que eu nunca contei para ninguém”. Você se sente em um lugar de responsabilidade de que o sujeito te confiou algo que ele guardou e que não teve confiança ou espaço para contar para alguém. Mais sério que isso: nesses dados, a polícia só chegava mesmo em cerca de 10% das ocorrências. [...] Essas são coisas que não vão à público, não viram estatística e não viram política pública e isso é muito desesperador. Para poder lidar com essas coisas, temos que considerar que questões de gênero não são nada do âmbito do privado e do pessoal. Questões de gênero e sexualidade são sim pessoais, parte da intimidade, constituem a subjetividade, mas elas são questões absolutamente políticas. [...] Se a gente pensa que dois terços da população LGBT e que quase 100% da população trans já passou por algum tipo de discriminação ao longo da vida, a gente tem uma possibilidade de piora imensa se não dermos atenção a esses dados.

Pensando nas situações trazidas por Rosana em sua fala, vemos que uma produção científica define-se pelos riscos que ela busca correr, experimentando a si mesma, se requalificando, mas também desqualificando suas próprias verdades a partir dos sujeitos que busca em seus encontros. É no plano coletivo de forças, nesse comum que reúne todos os participantes de uma mesma pesquisa, que podemos encontrar uma série de diretrizes orientadoras em uma investigação. Para isso, as articulações criadas entre esses mesmos sujeitos são importantes meios de relacionar os mais diversos fenômenos na criação de diferenças (PASSOS e KASTRUP, 2013). Fazer ciência não é nenhuma garantia de solidez em nossas práticas, mas é onde nossas verdades parecem desmoronar e novas podem ser construídas, como nas próprias falas das pessoas trans, cujas violências vividas não estão nas páginas de muitos livros e trabalhos acadêmicos.

Tomo atenção às formas que os saberes da Psicologia se distanciam das histórias de vida e dos processos do ser/estar homem trans, uma vez que nossas pesquisas a respeito das masculinidades não estão associadas às transmasculinidades, mas direcionadas aos homens

cisgêneros. Para uma contextualização dessa afirmação, realizei uma busca dos termos *homem*, *masculino* e *masculinidade* nos anais disponíveis pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) dos Simpósios de Pesquisa e Intercâmbio (anos de 2014, 2012, 2010 e 2008), os eventos mais importantes no país voltado para pesquisas em Psicologia. Todas essas palavras surgiram em grupos de trabalho como *Psicologia e estudos de gênero*; *Memória, identidade e representações sociais*; *Família, processos de desenvolvimento e promoção da saúde*; e *Formação e rompimento de vínculos*, debatendo temas como paternidade, prostituição masculina, violência doméstica, representação social da masculinidade, masculinidades nos espaços penitenciários, entre outros.

Ao procurar os termos *transexual* e *transexualidade*, eles surgem nos grupos *Psicologia, política e sexualidades* e *Psicologia e estudos de gênero*, discutindo o próprio processo transexualizador e também os vários direitos ao quais as pessoas trans são alijadas ao longo de suas vidas. Porém, não havia nenhum trabalho cruzando essas duas temáticas, já que os termos *homens trans* ou *transmasculinidades* não foram encontrados nos anais desses eventos. Abrindo para outros espaços de conhecimento, fico surpreso ao saber que existem apenas dois trabalhos recentes de pós-graduação: *FTM, transhomem, homens trans, trans, homem: A emergência de Transmasculinidades no Brasil contemporâneo*, tese de doutorado de Simone Ávila, publicada em 2014 e *Masculinidade feminina e Trans homens: desafios e impasses por vidas não-fascistas*, de Bê Braga, a primeira dissertação de mestrado produzida por um homem trans no Brasil, publicada em 2015.

Mesmo com alguns poucos interesses nos estudos com as transmasculinidades, as escassas pesquisas sobre homens trans nos apontam para uma política de exclusão e invisibilização desses sujeitos nos espaços acadêmicos e de produção de conhecimento, o que não significa uma relação direta de colonização desses mesmos sujeitos. A invisibilidade também se dá por fatores incontrolláveis aos fazeres acadêmicos, como nas recusas de participação que ouvimos em nosso caminhar pesquisante, mas elas não acontecem necessariamente por uma colonização acadêmica. Não foi, pelo menos, o que percebi em algumas conversas com homens trans:

[LUAN]: Essa coisa de local de fala tem se usado muito hoje dentro do movimento. A gente tem falado muito sobre o protagonismo e existe um protagonismo que é nosso: nós, homens trans, e outras transmasculinidades. Aquele espacinho é só a

gente que vai ocupar. Que local é esse que a gente vai ocupar? No momento em que a gente falar alguma coisa que é específica nossa, que só a gente sabe onde dói, só a gente sabe onde tem que consertar, que só a gente sabe onde traz felicidade, que só a gente sabe onde traz tristeza. Esse é o protagonismo, aquele espaço é nosso. Só a gente sabe dizer aonde o calo aperta na vida de um homem trans, certo? Outra coisa é um espaço em que o Alessandro, ou o Mateus vão poder falar de nós, não por nós. [...] A gente precisa reconhecer que pessoas que não são homens trans, que não são transexuais, precisam estar perto da gente para poderem conhecer a realidade, para conhecer o que é real e não um cara que fez um artigo, que pegou um depoimento solto na internet e escreve um monte de abobrinha por aí. Depois que a pessoa escreve algo que não é aprovado pela gente, que a gente sabe não ser uma verdade nossa, depois não adianta ir brigar com o ele. Por exemplo, se a gente não abraça a pesquisa do Mateus, se não estamos perto dele para proteger ele, para proteger a gente, se a gente não está junto para dizer “olha, essa parte aqui da sua pesquisa está equivocada. Temos de mudar e debater isso”, depois não adianta ir lá brigar com ele. Essa autocrítica e receber as críticas são coisas que precisamos fazer. Existe uma coisa chamada historicidade e a gente precisa aceitar a história dentro do movimento, a história de vida que cada um carrega. A gente também precisa respeitar as pessoas mais velhas no movimento social, porque elas vão ter uma visão de mundo que a gente não tem.

As tensões entre movimentos sociais de pessoas trans e as pesquisas não são exclusivas dos dias de hoje, mas fruto de muitos questionamentos internos nos movimentos e que foram surgindo nas próprias pesquisas que fomos participando. Durante os anos de 2013 e 2014, participei de uma pesquisa de iniciação científica chamada *Outras histórias porque possíveis: narrativas da diversidade sexual entre o dentro e fora da escola*²⁹, em que nos propomos conversar com pessoas trans sobre o que aprendem e ensinam entre si para se identificarem como transexuais e travestis, além de suas produções com o corpo e sua relação com o sistema público de saúde. Entretanto, uma participante havia me perguntado de que valia aquela pesquisa se ela não teria um retorno do material coletado e eu não soube respondê-la.

Nessas tensões é importante destacar que há conhecimentos que não são acessíveis pelo viés científico devido à incapacidade de compreensão com que dirige aos sujeitos de pesquisa. Ao separarmos “sujeitos” e “objetos” de pesquisa, nos esquecemos do fator humano presente em nossas relações e isso exige ver além daquilo que os outros já viram, mergulhando em realidades específicas. Nilda Alves nos diz que para reverter esse quadro é preciso buscar referências de sons, “sendo capaz de engolir sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando os odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário” (ALVES, 2015a, p. 136). Pesquisa nunca será uma aposta certa de entendimento do outro, mas uma prática política que busca nesse outro um

²⁹ Disponível em: portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=6610. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

encontro produtivo, independente dos lugares que sujeitos pesquisantes ou pesquisados estejam ocupando.

No livro *Que os outros sejam o normal*, Leandro Colling (2015) lembra-se de uma situação curiosa em sua pesquisa em que pede por e-mail uma entrevista com o ativista argentino Mauro Cabral. Como resposta, Mauro agradece ao convite, mas diz que não participa de pesquisas desse tipo “a menos que sejam produzidas por pessoas trans. É meu modo de protestar pela objetificação acadêmica de nosso trabalho e pela ausência de pessoas trans realizando investigações” (p. 65). A partir dessa situação, Colling discorre uma série de considerações das quais tendo a concordar, já que a afirmação do ativista é mais um posicionamento que coloca todos os pesquisadores em um mesmo patamar que simplifica sujeitos pesquisantes e produz afastamentos que poderiam ser produzidos potentes momentos de encontros.

Em busca de uma importante afirmação identitária, várias pessoas trans dentro de espaços de lutas passaram a questionar pesquisas protagonizadas por pessoas cisgênero, considerando-os como objetificadores que se apropriavam do universo trans a partir de seus privilégios (COLLING, 2015). Não descarto em nenhum momento os homens trans e os movimentos sociais ligados às transmasculinidades dessa equação, já que há outros institutos que não se permitem à pesquisa como o IBRAT se propõe. De qualquer forma, essa é uma discussão que remonta a uma impotente dicotomia entre pessoas transgêneros contra pessoas cisgênero, um essencialismo identitário que produz muito mais cisões do que alianças. Afinal, até o cisgênero pode não ser o que achamos que ele é:

A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homem-cis, mulher-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades trans, por exemplo (VERGUEIRO, 2014; apud. DUMARESQ, 2014; apud. COLLING, 2015, p. 59).

Esse patamar de superioridade se faz presente na própria estruturação do conhecimento acadêmico nos momentos em que construímos uma distância entre a intencionalidade da pesquisa e sua concretização. O desafio está em problematizar essas estruturas, pois, como afirma Vinciane Despret (2004), nossos corpos são afetados com aqueles que pesquisamos,

vibra de outros modos nesses encontros e nos obriga a sair de nós mesmos de algum modo. Negar estes encontros parece ser também uma forma de (re)afirmar um modo cartesiano de fazer pesquisa, que não se importa com as novidades e apenas reafirma o que já é esperado.

Deixar-se afetar pelo campo e pelas experiências trans é um desafio político que pode permitir o surgimento de outras questões e processos que não são possíveis de serem observados no distanciamento em que somos ensinados na relação pesquisador-pesquisado. Estar em campo, ou melhor, fazer parte dele, viver e produzir com estes outros que nos afetam, provoca uma modificação mútua entre observador e observado em que não existe posição de neutralidade, inferioridade e/ou subalternidade, mas uma articulação simultânea em que todos os envolvidos neste processo estão se (re)fazendo na produção de conhecimentos, práticas e verdades (BARROS E BARROS, 2013).

Não sei até onde os homens trans podem falar em nossas pesquisas, mas é aí que está o desafio do cotidiano pesquisante. Na pesquisa que já citei nesse capítulo, por exemplo, um dos efeitos indiretos dela foi uma movimentação no próprio Hospital das Clínicas para a criação do ambulatório de saúde da população trans, um desejo antigo de pessoas trans no Espírito Santo e de alguns homens trans que conheci ao longo deste trabalho. Já não é um efeito que vale o mínimo de nossa alegria pelo esforço apreendido em uma simples pesquisa?

Se os homens trans não falam em nossas pesquisas, certamente falam por si mesmos em projetos autobiográficos, pois suas repercussões e modos de apropriação são mais uma forma de colocar no papel essas transexperiências masculinas. Pais (2003) nos diz que nos métodos biográficos e autobiográficos são as pessoas quem narram seus próprios cotidianos, sendo delegados àqueles sujeitos considerados insignificantes para os ditos grandes eventos históricos se fazerem ouvidos de algum modo. Os documentos biográficos não podem ser considerados reflexos passivos a respeito de práticas cotidianas, pois cada ato inscrito nesse material é a síntese de uma estrutura social e diz respeito também a muitos sujeitos que o leem. Nem são meros relatos de vidas isoladas, mas um traçar de práticas que conversam com as vidas de tantos outros.

Um momento em que um homem trans falou por si no Brasil (sem a necessidade dos estudos acadêmicos para que acontecesse), foi na entrevista concedida ao programa *De Frente com Gabi* em 2011 por João W. Nery, considerado o primeiro transexual masculino a se submeter

a uma série de cirurgias na década de 70 para transformar seu corpo. Durante a conversa, João lança sua autobiografia *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* e levanta várias questões sobre gênero, corpo, identidade, amores e subjetividades, trazendo à tona um personagem pouco conhecido em nosso dia-a-dia, mas que também parece estar fortemente presente nele.

Minha expansão sexual não se restringiu apenas ao fato de andar de peito nu dentro de casa. O fortalecimento da autoimagem me proporcionou uma reintegração maior com todo o meu corpo. Com o tempo, deixei Mercedes tocar nos meus genitais, mas só se fosse com um trato masculino. Fui desenvolvendo comportamentos adaptativos para suprir as deficiências como macho. Notei que, na hora do coito, a minha mão esquerda adquiria um formato e uma maleabilidade específicos, como se fosse um pênis. O interessante é que nunca variei de mão. Só mais tarde fui atentar para esse detalhe. Creio que, pelo fato de ser destro, a canhota me era mais suave, com a pele mais fina e menos exposta a acidentes. Por ter mais força na direita, esta servia para me apoiar na cama, resultando num equilíbrio maior (NERY, 2011, p. 94).

A importância dessa biografia é apontada por Bruno em uma de nossas conversas:

[MATEUS]: Tenho a sensação de que o João W. Nery é uma figura de muito peso para a consolidação da identidade homem trans no Brasil. Você concorda com isso?

[BRUNO]: Com certeza. Na época, inclusive, minha ex-namorada deu o livro dele para mim, *Viagem Solitária*, e ele foi de grande ajuda. Eu já estava naquele momento de transição e eu me identificava com a maior parte do que ele falava. O livro dele foi de grande ajuda para mim, mas eu só li o *Viagem Solitária*, não li o primeiro dele. O timing foi perfeito: ele lançou na época da minha transição que me ajudou bastante. A história em si e o que ele passa foi de grande peso para mim.

Como Bruno disse, *Viagem Solitária* não é o primeiro livro lançado por João, mas uma releitura de outro livro escrito em 1984, chamado *Erro de pessoa: João ou Joana?*. Ele também havia sido entrevistado sem mostrar seu rosto e dizer seu nome em 1985 para falar desse livro, no *Programa de Domingo*³⁰ (*Rede Manchete*). Esses momentos não surtiram o mesmo efeito que a entrevista no programa *De Frente com Gabi*, já que ele não estava escondendo sua identidade pela primeira vez em rede nacional. A importância dessa entrevista se dá também no marcador social e político que João começa a desenhar no país a partir do lançamento de seu livro. Os homens trans, antes à sombra, agora ocupam lugar no tempo e no espaço; eles têm peso, formam corpo e parecem ter algo de importante para nos dizer em rede nacional.

³⁰ Disponível em: <https://vimeo.com/29171932>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

As biografias de João, porém, não são as únicas ou as primeiras com essa temática lançadas no país já que existe uma outra lançada em: *A queda para o alto*, de Anderson “Bigode” Herzer, um menor detido várias vezes pela polícia e que passou vários anos de idas e vindas à Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM, a atual FUNDAÇÃO CASA). Não se trata de uma autobiografia produzida por um homem trans (mesmo porque ele não se identifica dessa forma em nenhum momento do livro), mas de uma pessoa que viveu uma experiência transmasculina ao não se identificar como uma mulher. Apesar de o texto ser dedicado para as jovens e os jovens que foram detidos na fundação, há muitas passagens referentes à sexualidade de Anderson, como o desejo por meninas, a criação das “famílias lésbicas” nos presídios femininos como um modo de hierarquia entre os internos, as primeiras relações sexuais com meninas, o surgimento do bigode como uma forma de afirmar sua masculinidade, entre outros momentos:

Uma noite, por exemplo, estava sentada no pátio, quando meus olhos depararam com o ato amoroso de duas meninas que se beijavam e se abraçavam carinhosamente [...]. E eu fiquei pensando, recordando o jeito como uma delas se trajava, forçando um tipo masculino, embora tivesse gestos femininos: seu modo de andar, seu corpo [...]. Para mim, pelo meu modo de agir, foi uma grande descoberta saber que para se ter uma mulher, para se vestir como um homem, não seria necessário ser um (HERZER, 1982, p. 65-66).

As pessoas viam claramente que em mim acontecia algo diferente, daí a simpatia de tantas menores por mim, pois na FEBEM existem meninas que só mantêm carinhos com pessoas do mesmo sexo, mas isto lá dentro, porque saindo de lá são mulheres como qualquer outra, sendo que algumas conservam este hábito ou modo de vida tanto lá dentro como lá fora (HERZER, 1982, p. 139).

Aos 17 anos, Bigode é convidado para trabalhar no gabinete de Eduardo Suplicy, político do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputado estadual na época, depois de conhecer os poemas escritos durante as estadias na FEBEM. O deputado é também quem instiga Anderson a publicar um livro não só com essas poesias, mas também uma biografia que relata os sofrimentos e abusos que passou na instituição. Porém, Anderson se suicida aos 20 anos de idade e não pôde ver o lançamento ou os desdobramentos de sua obra, cabendo ao próprio Eduardo Suplicy editar e publicar o material (SUPLICY, 1982). A biografia de Anderson serviu de base para o filme *Vera*, lançado em 1987, que conta a história de um jovem homem trans com várias passagens pela FEBEM.

Apesar de ser uma das primeiras obras a respeito da transexualidade masculina e haver traços importantes sobre transmasculinidades e modos de produção do corpo trans, nem *A queda para o alto* ou *Erro de pessoa* tiveram a mesma repercussão e reverberação que *Viagem*

Solitária. Nesse sentido, João Nery pode ser considerado uma dobra no fazer e no existir dos homens trans no Brasil, pois muitas biografias surgiram e começaram a tomar importância a partir desse livro. Destaco aqui a biografia de Jô Lessa, intitulado *Eu trans: a alça da bolsa, relatos de um transexual* (2014), em que o autor afirma ter se identificado como homem trans após assistir uma palestra de João. Em uma entrevista ao *Canal das Bee*, Jô fala do momento em que conheceu João Nery:

“Quando eu era criança, não me via menino e nem menina. Na época de colégio eu não brincava com os meninos porque eu era menina e eu não brincava com as meninas porque eu parecia menino. Quando começa a pré-adolescência deu aquele start e eu falei pra mim mesmo. ‘Eu tenho que ser eu, Jô. Ponto’. E assim eu ia vivendo. Um belo dia, a minha atual esposa vira para mim e fala: ‘Você é um travesti. Se existe a travesti deve existir o travesti também’. Fiquei com isso na cabeça, mas não estava conformado. Em 2013, uma amiga minha disse que ia ter uma palestra em Maricá com um cara chamado João Nery. Nós vimos essa palestra e quando ele começou a falar estava vendo minha vida sendo contada pela boca de outra pessoa. No final, ela vira para mim e diz assim: ‘Você não vai falar nada?’. E eu não consegui falar. Eu me emociono até hoje porque eu renasci naquele momento. Eu me reconhecia naquele momento. Eu achava que ia ser Jô o resto da vida, mas agora eu encontrei uma pessoa igual a mim. Depois disso conheci outros iguais a mim e agora a gente tem um grupo grande. É aí você sabe que não está mais sozinho³¹”.

Afirmar as outras vidas a partir das biografias, como aquelas que são apresentadas por João, Bigode, Jô Lessa é também uma forma de perceber outros sujeitos, outras identidades, corpos que trans-formaram e continuam a se trans-formar ao longo de suas vidas. Como na transversalidade, que desmonta tudo aquilo que questiona e tenciona os limites dos espaços, processos e identidades que delimitamos e criamos para nós (PASSOS; BARROS, 2015), as biografias de homens trans permitem-nos conhecer seus fazeres como potentes rupturas de verdades cristalizadas. É apostando nelas que percebemos a produção de redes de conhecimentos, micro histórias de sujeitos/autores que estão interagindo com tantos outros na tessitura de saberes e fazeres. E o que seus corpos se tornaram senão uma maneira de transversalizar as relações entre os gêneros e as identidades, verdades e mitos, “corpo” e “alma”, entre outros?

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmO1DeXWVXQ>. Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

4. Recortes

- *É pura imaginação tua.*

- *Se você acrescenta coisas, por que é que eu não posso?*

Manuel Puig – O Beijo da Mulher Aranha

O beijo da mulher aranha (PUIG, 1981) foi uma das últimas literaturas que me dediquei no ano de 2016. Valentín, um preso político que aguarda julgamento e Molina, um homossexual acusado de assédio de menores, são duas pessoas confinadas em uma cela, sem notícias do mundo lá fora. Como uma forma de passar o tempo, Molina narra os filmes que assistiu quando estava livre, acrescentando trechos e mudando falas que gostaria que estivessem presentes nele. Em meio a essas narrações, surge uma relação entre dois estranhos que não se conheciam, fazendo desses contos uma forma de se conhecerem, observarem nas entrelinhas dos filmes aquilo que diz muito mais a respeito de suas vidas do que propriamente das histórias de outrem em grande tela.

Valentín e Molina nos ensinam que trabalhar com os recortes é uma forma de pensar em seus cotidianos, buscando nas situações minúsculas que inferem a condição de carcerários a produção de conhecimentos que advêm das pessoas mais simples, nas quais os métodos científicos não conseguem mensurar por sua ignorância de entender o outro nas suas diferenças. As formas do cotidiano não cabem nos livros científicos e acadêmicos e seu terreno das incertezas pode ser dificilmente explorado com métodos de pesquisa endurecidos ou que desrespeitam os saberes que extrapolam os espaços acadêmicos (ALVES, 2015a). Pouco importa se Molina inventava essas histórias ou mudava os finais para agradar seu amigo de cela, mas importa a relação produzida entre eles a partir dos recortes fílmicos.

É preciso, pois, que eu incorpore a ideia de que ao narrar uma história, eu a faço e sou um *narrador praticante* ao traçar/trançar as redes dos múltiplos relatos que chegara/chegam até mim, neles inserido, sempre, importante para quem vive o cotidiano do *aprenderensinar*. Busco acrescentar ao grande prazer de contar histórias o também prazeroso ato da pertinência do que é científico. (ALVES, 2015a, p. 147).

Sendo assim, me proponho nessa última parte de minha dissertação a ser um pouco Molina e recortar momentos de meu caminhar pesquisante que não dizem necessariamente respeito aos

temas sugeridos até aqui, mas de importância para mostrar as relações que produzi com os homens trans e que se prestam à atenção nos cotidianos que foram se desenhando ao pesquisar.

Eles, Valentín, e eu, Molina, nesta curiosa cela chamada pesquisa.

4.1. Como filmografar homens trans?

Vimos no capítulo anterior como as biografias vão tomando forma e importância na vida de homens trans. Mas, se é possível biografar suas vidas, também podemos filmografá-las? O termo pode parecer estranho, mas é cunhado nessa relação com os homens trans e muitos que se afetaram com a temática. Nasce como uma aposta de filmagem norteado pelo método cartográfico, pois, nos passos Suely Rolnik, me vi apostando em uma política de pesquisa/filmagem que busca acompanhar processos. “É como se você cobrisse e descobrisse”, diz a autora (2014, p. 177), “aquele espaço [da pesquisa], numa espécie de roteiro iniciático. Você está sendo levado a percorrer/traçar, descobrir/inventar uma cartografia. E as direções são múltiplas”, inclusive (e já acrescentando aqui minhas considerações) a possibilidade de produção de um documentário de caráter cartográfico com os homens trans.

Há muitos filmes que mostram que é possível fazer isso, inclusive com homens trans. *Mr. Angel*, por exemplo, é um documentário produzido em 2013 que narra a história do ativista, educador, produtor, diretor e ator pornô americano Buck Angel. Desde pequenos momentos em seu cotidiano, como ir ao ginecologista até a participação e presença em passeatas do orgulho LGBT. O filme nos mostra as dores e as belezas que é ser um homem trans nos Estados Unidos, na indústria pornográfica e na militância. Já em terras brasileiras, soube também que estava em fase de produção um filme baseado na biografia de João W. Nery, *Viagem Solitária*. A última notícia que encontrei a respeito desse filme é datada do ano de

2015, informando que a direção do mesmo ficou por conta de Patricia Galucci e que estava no desafio de encontrar um homem trans para interpretar João no cinema³².

[LUAN]: Quando a gente se descobre homem trans, a gente tem a sensação de que é único no mundo, que não tem nenhum outro igual a gente. Mas, hoje em dia, é um pouco diferente: tem o João Nery, o Buck Angel. Tem outros caras que vão aparecendo na mídia e a gente vai percebendo que tem muitos outros caras para além de você. Então, a ideia é ter convivência também, sair de casa, ir ao cinema com essa galera, ir à casa de alguém, debater um texto. Isso é construir, se capacitar, aprender.

Desafiei-me a filmografar os homens trans em 16 de março de 2016, dia de minha qualificação no mestrado, quando conheci Tatiana Werneck Franklin³³. Nunca havíamos nos visto antes e achei curiosa aquela presença estrangeira no local, já que estavam somente convidados e pessoas próximas naquele momento. Ela me chama para conversar ao fim do momento, se dizendo interessada na pesquisa e na produção de um documentário com a temática das transmasculinidades. No momento também estava presente Marcos, que aprovou a realização do projeto e se disse interessado em participar. Além dele, convidamos posteriormente Ícaro, também membro do instituto e estudante de Cinema e Audiovisual na UFES para protagonizar o documentário, que aceitou de imediato. Queríamos a presença de Bruno no documentário, mas sua participação não foi possível, pois não atendia aos nossos contatos. Provisoriamente chamado de *Transvivo*, queríamos com este projeto:

Estar em maior sintonia com as experiências trans e suas formas de vida transgressoras, transbordantes, que não começam e nem terminam no corpo, mas continuam em seus existires (PEDRINI, 2014). Buscamos construir um material participativo, que compile histórias de vida de homens trans, afirme a diferença como potência, ensine e aprenda novas práticas no cotidiano, empodere e construa com os homens trans redes de saberes, afetos e amizades. Interessa-nos ouvir as boas histórias e construir com os homens trans um terreno fértil para as micro resistências, além de pensar o sujeito no seu espaço, no ser trans enquanto ser de resistência (FRANKLIN et. all, 2016).

Não sabíamos muito bem o que queríamos, apenas com desenho inicial e uma grande vontade de executá-lo de alguma forma. Como qualquer caminho nos servia, decidimos, então, fazer algumas reuniões periódicas, assistindo alguns filmes, documentários e curtas metragens que pudessem ajudar de alguma forma no que queríamos produzir. Iniciamos com *Vera* (1987), filme já citado nessa dissertação, livremente baseado na biografia de Anderson Herzer, *A*

³² Disponível em: www.nlucon.com/2015/12/filme-viagem-solitaria-segue-e-desafio.html. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

³³ Estudante de Cinema e Audiovisual na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O documentário em questão neste capítulo também é parte de seu trabalho de conclusão de curso.

queda para o Alto (1982). Ao debater o filme em coletivo, Ícaro e Marcos trouxeram para a equipe algumas questões que envolvem a produção do corpo vivido pelo personagem e como elas dizem respeito às experiências transmasculinas.

“A gente é o que é porque está em um corpo”, disse Ícaro em nossa conversa, destacando a importância que o corpo tem para a produção das experiências transmasculinas. Foucault também se lembrava disso ao tratar do corpo como o ator principal de todas as utopias, referindo-se a um lugar que está a todo o instante sendo atravessado para formá-lo, dar peso, contorno, lugar no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2013). As transmasculinidades nos lembram do corpo como esse espaço em que somos irremediavelmente obrigados a viver, o que não significa que deva ser tratado como um processo de sofrimento ou negação. Afinal, como os próprios atores de nosso filme apontam, o corpo trans é também um corpo utópico e, portanto, político em seus fazeres.

Em outra reunião assistimos *Rainhas da Noite* (2011), de Diego Herzog, um documentário que conversa com várias *drag queens* e transformistas da noite capixaba. O que queríamos com esse material era dialogar com alguma produção feita no estado do Espírito Santo e que pudesse nos dar algumas pistas de como abordar as temáticas de gênero e sexualidade em um documentário. Apesar de se tratarem de identidades diferentes, há algumas semelhanças entre as *drag queens* e os homens trans que foram levantadas por nós em conversa, como montagem do corpo, a escolha de nomes, a formação das redes de amizade (seja pelas famílias de *drags* ou pelas relações de proximidade das pessoas trans) e os próprios ensinamentos que são transmitidos entre pessoas que compartilham de uma mesma identidade.

Todas essas questões se assemelham às performances de gênero trazidas por Butler, já que a autora problematiza a performance de *drag queens* para pensar as identidades para/com as sexualidades:

A performance do drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. Mas estamos, na verdade, na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero. Se a anatomia do performista já é distinta de seu gênero, e se os dois se distinguem do gênero da *performance*, então a *performance* sugere uma dissonância não só entre sexo e *performance*, mas entre sexo e gênero, e entre gênero e *performance* (BUTLER, 2003, p. 196).

Aos trazeremos as *drags* para a discussão, nos lembramos do caráter performático que o gênero assume e é Butler (2003) quem nos sinaliza para o escorregadio e perigoso jogo das identidades, que não deve ser encarado como uma essência imutável e que se efetiva em sua performance. Com *Rainhas da Noite* e os apontamentos de Marcos e Ícaro, vemos mais uma vez que o gênero só pode efetivar seu caráter performativo se estiver materializado de algum modo nos corpos.

E é no gênero que tanto as *drag queens* quanto os homens trans produzem tecnologias sofisticadas capazes de fabricar sexualidades nos corpos, fazendo deles um meio produtor de dispositivos que atuam principalmente naquilo que desenham com seus modos de existência e no que são capazes de modificar em si mesmos (PRECIADO, 2014). Essas existências são importantes meios de reflexão das sexualidades, para além de concepções biologizantes, naturalizadas, normativas e binaristas de gênero, o que nos obriga a pensar nas vivências da sexualidade nos âmbitos públicos e privados, práticas que são tidas como individuais, mas componentes das articulações sócio-políticas.

Por fim, também assistimos ao documentário *Trans homem ou homem trans?*, um material produzido durante o VII Encontro de Travestis e Transexuais do Sudeste, realizado entre os dias 06 e 09 de maio de 2012, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo do documentário era conversar com vários homens trans que passaram por lá, problematizando suas identidades e permitindo um espaço de diálogo entre os participantes do evento³⁴. Destacando as lutas políticas apresentadas no vídeo e as formas como elas se assemelham às questões que se passam pelo IBRAT-ES, Ícaro nos diz que “a luta [para as pessoas trans] ainda é pelo básico: nome social e banheiro” e, como lembra Bê Braga em sua dissertação de mestrado (2015), os homens trans ainda são muito invisibilizados pelo movimento LGBT. Afinal, trata-se de uma militância que começa a se organizar há pouco tempo e que ficou por cerca de dez anos dependente do movimento de travestis e mulheres transexuais para poder existir³⁵.

³⁴ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=KNBgoc_viuU e www.youtube.com/watch?v=eydojgview44.

³⁵ Além dos filmes e documentários assistidos em coletivo, também demos atenção a alguns outros materiais filmográficos que assistimos individualmente e que foram discutidos em outras reuniões: *Bichas, o documentário* (2015) é uma conversa com seis pessoas para discutir o que é e como se afirma a identidade bicha; *Tomboy* (2012) é filme franco-canadense que retrata a vida uma criança que vive uma experiência transmasculina; *A vizinhança do tigre* (2014) é uma mistura de linguagem documental com narrativa fílmica para falar da vida de jovens residentes da periferia de Contagem (Minas Gerais); e *Trans(verso)* é um outro

A respeito dos (des)usos de banheiros nas universidades públicas, Rodrigues et. all (2016) nos trazem uma interessante conversa com um homem trans:

Como você sabe, sou um homem trans. Entro no banheiro masculino sem nenhum problema. Entrar não é um problema. O problema está no que se espera da performance de um homem com pênis para fazer xixi. Primeiro se espera que todos os homens precisem e queiram fazer xixi em pé e, de preferência, no mictório. Caramba, como assim? Nem todos os homens possuem pênis e nem todos os homens querem fazer xixi em pé, muito menos sob a mira dos olhares que disputam a masculinidade pelo tamanho do pênis. Outra questão são as portas! Como assim, nossos pés e pernas ficam a mostra? É uma privacidade pela metade. Não basta que os banheiros masculinos tenham divisórias e nos preservem. Não é só isso. Tenho medo de usar banheiros públicos por não me sentir seguro. Até com o barulho do xixi ficamos preocupados. Vamos ao banheiro juntos e usemos o reservado. Fique atento ao barulho. Você faz xixi com um pênis e eu com vagina. Tenho que me esforçar muito para que o barulho de meu xixi fique parecido com o seu. O xixi pênis é diferente do xixi vagina (RODRIGUES et. all, 2016, p. 68-69).

Com esse trecho, percebemos o banheiro como mais um dos dispositivos produzidos pelos jogos de poder que exerce controle sobre os corpos, em que políticas normativas garantem estruturas normativas de poder para produzir sujeitos sexualizados. A partir dos (des)usos e controle de genitálias marcado pela discriminação de gênero entre homens e mulheres (onde os primeiros possuem um pênis e esses últimos possuem vaginas), aqueles que fogem a essa lógica podem ser considerados sujeitos precarizados em seu existir, não compreendidos como humanos nas e pelas instituições. (RODRIGUES et. all, 2016). Por isso que as pessoas trans se preocupam tanto ao utilizarem os banheiros, um espaço cuja finalidade deveria ser de uso mais simplificado, mas persiste como mais um fazer viver das vidas que importam em detrimento de um deixar morrer com essas pessoas.

Quanto ao nome social que Ícaro se refere, há poucos avanços por parte das instituições que garantam esse direito à população trans, sendo o mais recente deles o decreto presidencial n. 8.727, de 2016, que permite o uso de nome social por pessoas trans em instituições públicas no Brasil. O documento garante o registro de nome social em sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta (BRASIL, 2016).

A mudança de nome social e de gênero em documentos oficiais, entretanto, são mais complexas e burocráticas, pois requerem a articulação de várias instituições que por si só excluem as pessoas trans de uma série de direitos básicos, como o próprio nome social. Trata-

documentário capixaba sobre homens trans, lançado enquanto produzíamos o nosso filme (FLANKLIN et. all, 2016).

se de um processo que necessita de um advogado ou defensor público que dá entrada a um processo judicial, de laudos médicos, psiquiátricos e psicológicos que comprovem que o sujeito em questão não se identifica com o gênero ao qual foi designado ao nascer e provas do uso do nome social. Os requisitos podem ser feitos através de escritos de testemunhas, fotos de infância e juventude, redes sociais (LISBOA, 2016). Trata-se de um processo longo e cansativo para as pessoas trans que, inclusive, pode culminar em resultados que elas mesmas não desejavam, como a anulação do processo pelo judiciário ou somente a mudança do nome social, sem a mudança de gênero.

A partir das questões levantadas por Ícaro e Marcos e dos apontamentos que surgiram ao longo de nossas conversas, realizamos algumas filmagens preliminares com momentos de entrevistas informais a partir do levantamento de algumas questões com nossos personagens. Esses momentos foram guiados por um roteiro semiestruturado de perguntas, que foram se modificando ao longo das respostas e daquilo que nos interessava nessas conversas. Assim, questionamentos como “qual é a melhor hora do dia pra você? Você mostraria isto no filme?”, “em qual situação você se sente mais confortável?”, “você mantém uma relação com algum amigo de antes da transição?”, “como você lida com a transfobia?”, “como os colegas de trabalho e universidade lidam com sua transexualidade?”, “você acha que se aprende a ser homem?”, “como você lida com o sexo? É mais fácil que antes?”. As perguntas nos ajudaram a conhecer melhor Ícaro e Marcos em seus cotidianos para a produção deste documentário/filmografia (FRANKLIN et. all, 2016).

O material foi exibido no #4 *Seminário Internacional de Educação e Sexualidade* e no #2 *Encontro Internacional de Estudos de Gênero*, no dia 20 de Julho de 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória), no simpósio temático *Mídia, Tecnologia, Arte e Sexualidade*. Foi uma forma que encontramos de partilhar com os presentes na sessão de comunicação o que havíamos realizado até aquele momento, observar suas reações e responder algumas dúvidas que poderiam surgir a respeito do projeto. Curiosamente, as perguntas não foram dirigidas aos produtores de *Trans(vivo)*, mas ao atores do mesmo, Ícaro e Marcos, que estavam presentes conosco.

Tal momento me fez lembrar das leituras de Elizabeth Ellsworth (2001), ao afirmar que “a maneira como vivemos a experiência do modo de endereçamento de um filme depende da distância entre, de um lado, quem o filme pensa que somos e, de outro, quem nós pensamos

que somos, isto é, depende do quanto o filme ‘erra’ seu alvo” (p. 20). Independente da distância entre nosso esboço de documentário que apresentamos e aqueles que presenciaram esse momento, fato é que o filme também era parte da plateia, vide que os atores do mesmo estavam presentes nessa discussão. Houve uma breve oportunidade de produzir uma experiência de conversas a partir do documentário, uma experiência que afirma a força e a potência do coletivo. Como Kátia Muricy nos lembra, “devolver à experiência o seu sentido autêntico significa reconciliá-la com o sentido original da palavra, ligando-a à quebra de limites e à emergência do novo” (2009, p. 44).

Após todos esses processos, começamos a produção efetiva do documentário e escrevo essas páginas em meio às filmagens finais do mesmo. Não quero estragar a surpresa, contando detalhes do que fizemos ou pretendemos fazer, pois gostaria que as pessoas que leem a essa dissertação também assistam ao material final. O que me propus nesse capítulo foi contar algumas histórias de bastidores de *Trans(vivo)*, mostrar como muitas cenas que não estarão presentes no material final pulsam enquanto potência e experiências vivas de alguma forma nessas páginas. Trata-se de mais um momento em que minha pesquisa extrapolou a si mesma, permitindo desdobramentos que não esperava, sendo levado a produzir outro material, diferente, que converse com outros sujeitos que não estão necessariamente presentes no espaço acadêmico ou nessas páginas e querem produzir diferenças, nem que seja através de um documentário.

Apostar em um material filmográfico é uma forma de produzir uma relação entre o assistir, a implicação e problematização dos conteúdos em tela, fazendo do espectador uma figura que não é meramente passiva às imagens que vê, mas também um ator. O cinema hollywoodiano nos mostra isso: há um cuidado em produzir o modo de endereçamento em seus filmes, tentando criar um espaço de interesses específicos com sujeitos específicos. Mas ele irá errar de alvo constantemente e conversar com outros públicos inesperados, o que não deve ser encarado como um problema já que, uma espectadora ou um espectador nunca é quem o filme pensa que ela ou ele é (ELLSWORTH, 2001). Este pode até tentar decifrar seu pesquisador, mas é uma tarefa perdida: o filme já se espalhou, é do mundo, seus diretores, produtores e os estúdios não têm mais controle sobre isso.

É no *entreespaço* de um filme e seu público que é possível disparar sem destino certo de pensamentos, modos de existir e das vidas que se afetam com as produções fílmicas. Me

coloco, portanto, a problematizar a produção cinematográfica com os homens trans, pois tratam-se de poucos trabalhos com essa temática, fazendo-se como “estrangeiros” ao que buscava em minha pesquisa. Como também aponta Suely Rolnik (2014), é preciso expandir os afetos, navegar com os movimentos pesquisantes e devorar os estrangeiros para compor outras cartografias no/com o cotidiano. E por que não fazer isso por meio das artes, de um documentário?

4.2. Algumas perguntas aos homens trans no IBRAT

4.2.1. “Como os homens trans discutem a questão do feminino?”

Não consigo pensar nisso sem tratar como uma relação complexa das identidades que produzimos para/com as sexualidades e das formas como entendemos o que é o feminino e o masculino. Assumindo um lugar de autoridade, a masculinidade desenha-se como expectativas fixas e esperadas para homens e mulheres, um saber que faz nos corpos e nos espaços de socialização como seus lugares de dominação (ARAGÃO, 2013). Mas essa questão é especialmente tensionada com as identidades transmasculinas, uma vez que se trata de um corpo tido como feminino e que precisa se desenhar de outras formas para alcançar uma masculinidade que precisa ser aceita e entendida por outros atores sociais.

A questão do feminino não é exclusiva dos homens trans e é histórica. Foucault (1984; 1985b), ao lembrar dos ensinamentos de Aristóteles, nos diz que a mulher na Grécia Antiga era tida como um homem incompleto, sendo a própria anatomia do útero interpretada como um pênis invertido. Logo, a inferioridade da posição feminina se dava com tudo aquilo que excede ao homem, sendo estabelecida uma relação de dominação com seu cônjuge como um “chefe, um senhor capaz de controlar seu próprio apetite no momento em que seu poder por outrem lhe fornece a possibilidade de usá-lo à vontade” (FOUCAULT, 1984, p. 77).

Mulher não é uma essência por si só, mas um projeto de vida em constante construção feita por sujeitos que buscam uma inteligibilidade do que significa uma “natureza feminina”. Em outra época, Suely Rolnik (2014) nos lembra de um projeto de mulher produzido nos anos 50 que se move em direção às “noivinhas”, da “belas, recatadas e do lar” que se faz em torno da figura masculina, “de onde extrai sua dignidade e toda sua possibilidade de se estruturar psíquica e socialmente” (p. 14). Já na década de 60, observamos toda uma transformação nas estruturas da família burguesa nos grandes centros urbanos, vide o período político e social que o Brasil passava com a instalação do regime militar e todo o desejo de mudança de subjetividades atrelado a ele. As noivinhas não são aquilo que achamos que são, pois elas nos mostram que estão em constantes mudanças de seus modos de vida, seus desejos e vontades para/com os homens. Afinal, mesmo que este projeto sufocante de vida esteja em voga, as noivinhas de Suely Rolnik conversam com a autora sobre aborto, divórcio, pílula anticoncepcional, entre outros momentos que vão desmontando aos poucos o que entendemos por família tradicional brasileira.

Em recortes como esses que percebemos o estabelecimento de constantes projetos de masculinidades e feminilidades sendo produzidos nos mais variados espaços e tempos, colocando o homem em seu lugar de autoridade, virilidade e masculinidade. São essas as figuras tidas como as únicas possíveis de normatização e afirmação de uma heterossexualidade caracterizada pela regulamentação do masculino como o lugar do homem e o feminino como o lugar da mulher. Porém, não devemos levar em consideração esta relação como universal ou determinante última, mesmo porque as próprias mulheres produziam suas próprias astúcias a partir dessa relação, jogando com o poder também a partir de suas próprias regras (FOUCAULT, 2005), como Suely Rolnik já nos mostrou.

É o que Lucas também nos aponta ao responder o questionamento que abre este capítulo:

[LUCAS]: O nosso corpo é um corpo de homem e é um corpo masculino independente do que tenha nele. Nós nos identificamos como homens e, mesmo se a gente tem vagina ou seios, é de homem porque é nosso. O que importa é que a gente tem que ressignificar o que é do feminino e o que é do masculino. Não é porque tem um pênis é masculino, não é porque tem um seio é feminino. Esse lugar do gênero precisa ser deslocado, precisa deixar de ser um lugar fixo. Nós temos um corpo muito diferente dos homens cis e, por mais que existem pessoas trans que queiram ser pessoas cis, a gente não vai ser. Mas não vamos deixar de ser homem ou ser mulher por conta disso. Nós somos pessoas trans e isso que nos torna especiais.

Vemos, assim, a produção de uma masculinidade ditada pelo enquadramento econômico, cultural, político, moral, que produz uma forma de conhecimento comum no social do que é ser homem nos dias de hoje. Ao problematizar os homens, os seios e a vagina (partes do corpo tidas como exclusividade do feminino), Lucas nos aponta que existe um sistema de distinções construído pelas masculinidades feita em um domínio de autoridade e exercício de poder que controla o funcionamento social e a submissão dos corpos alheios ao masculino (ARAGÃO, 2013). É o fazer viver e deixar morrer presente em nossos cotidianos, é o controle dos corpos feito de maneira autoritária sem a necessidade de figuras totalitárias para que ela ocorra. Raewyn Connell, em entrevista a Hamlin e Vandenberghe (2013), também nos aponta isso, ao trazer a dificuldade que é desvincular as políticas de gênero sem que se fale dos homens e da masculinidade:

De fato, não se pode falar de gênero sem se falar de homens e masculinidades. Nesse sentido, sou uma grande crítica de muitas das políticas de gênero que transformam a saúde das mulheres, a educação de meninas e assim por diante, em um domínio político distinto da saúde dos homens e da educação de meninos. Acho que o gênero é sempre relacional. Por isso, não se pode ir muito longe em termos de políticas públicas, como aquelas relativas à violência de gênero, sem se considerar os homens, as práticas de gênero dos homens, a masculinidade e os corpos masculinos nessa relação. Claro que isso é difícil de fazer. É mais fácil na teoria do que na prática, dado que as políticas públicas envolvem aparatos, burocracias e constituintes. O gênero é uma área de política pública trazida à tona pelas mulheres, construída pelas feministas mediante a resistência de homens poderosos. Muitas feministas mostram-se, por isso, bastante relutantes em permitir a reentrada dos homens em uma área política que foi ganha por meio da luta contra os homens. Pode-se entender isso; no entanto, os homens são necessários (HAMLIN e VANDENBERGHE, 2013, p. 353-354).

É possível falar de masculinidades sem homens, especificamente, sem os homens cis, já que elas se configuram como um conhecimento do corpo social que compartilha na masculinidade uma forma de oposição ao que denominamos ser e pertencer ao feminino (ARAGÃO, 2013). Parece haver um desejo de “arrumar o outro”, os desviantes do padrão de masculinidade vista como natural, a partir de uma heteronormatividade que reforça, espera e deseja lugares e atitudes específicas para homens e mulheres. É um desejo de enquadramento da sexualidade a partir de um olhar heterossexual que impõe uma linha de conduta, devorando as diferenças e mutilando as potencialidades do ser/viver masculino (LOPES, 2011). Luan nos traz essas questões em uma de nossas conversas:

[LUAN]: É preciso dar um outro significado ao corpo ou a partes dele. Resignificar o corpo e as identidades masculinas, o ser homem, não é só uma forma de mostrar essa pluralidade do que é ser masculino, mas dar outros significados a ele. Por exemplo: o que é ser homem na sociedade hoje? Ser másculo, viril, barbudo e

fedido. Isso é ser homem na sociedade, e nem todo o homem trans quer esse estereótipo de homem, de figura masculina. Mas, infelizmente, é a referência de masculino que a maioria de nós temos. Eu tinha a referência de masculino era meu pai, uma figura provedora, que não deixava minha mãe trabalhar. Eu tinha essa imagem de homem: que protegia, que era o malvado da casa. Mas eu descobri que aquele não era o único modelo a ser seguido, que eu precisava seguir. Mas, a partir do momento que eu criei o meu masculino, a minha identidade masculina, eu comecei a ser confundido com um gay. Tem um monte de gente dentro do movimento LGBT que ainda acha que eu sou gay e, quando descobrem que eu sou um homem trans, acham que eu sou um homem trans gay.[...] Eu já fui, inclusive, referência em falas no movimento social, mas isso não me incomoda de forma alguma. Tenho uma afinidade muito maior com o movimento de gays do que eu deveria ter com o movimento de lésbicas. Então, a construção da identidade masculina, vai muito além daquilo que a sociedade impõe do que é ser homem. Me chamar de gay não é uma ofensa, muito pelo contrário, é um elogio e um reconhecimento da minha figura masculina porque, para ser gay, eu entendo que você só precisa ser homem. A gente aprende a driblar esses preconceitos.

Não sejamos ingênuos de achar que as produções de masculinidades normatizantes são exclusivas aos homens cis, pois várias delas são percorridas pelos homens trans na produção de suas vidas, o que permite também que atos de violência e heteronormatização estejam presentes em suas condutas na relação com o outro. Lucas, em conversas informais, havia me relatado um caso de estupro entre dois homens trans que participavam do IBRAT-SP. Ambos haviam se conhecido durante as reuniões do instituto e começaram a sair juntos depois de certo tempo. Na primeira oportunidade que tiveram de ficar a sós, começaram a transar, mas um deles não estava se sentindo à vontade e pediu que parassem. Irritado, o outro rapaz disse: *“Deixa de ser fresco. Começou, agora tem que terminar”*. Em discordância com essa atitude, Lucas me disse que o instituto havia tomado decisão de expulsá-lo.

Mais uma vez, vemos o embate de masculinidades acontecendo a partir de uma situação de violência, gerada pelo que se entende por masculino em detrimento daquilo que é tido como feminino e, portanto, pertencente ao lugar da mulher. Essa frase, muito comum entre os casos de estupros, nos mostra a frágil relação que colocamos e investimos nos papéis de gênero, já que *ser fresco* me parece ser entendido nesse tipo de situação como uma forma de ser menos homem, uma atitude tida feminina, logo, de mulher.

Connell e Messerschmidt (2013) também comentam dessa cuidadosa produção das masculinidades feitas pelos homens trans, reconhecendo neles alguns limites na flexibilidade do ser/estar homem. Uma pessoa trans não é necessariamente livre para assumir qualquer posição de gênero por um mero movimento discursivo ou reflexivo, pois ela é limitada pelos processos de incorporação, pelas instituições e pelas relações que produz (CONNELL, 1995).

Parece-me, a partir das falas e exemplos trazidos aqui, estar em jogo o embate de projetos de masculinidades, ou seja, a afirmação de lugares sociais ocupados por homens, diferenciados nas relações e investimento nos gêneros. O que esquecemos facilmente é que várias formas de masculinidade podem surgir em um mesmo contexto social, sendo cada uma delas complexa, contraditória e errante ao mesmo tempo.

Para se compreender a política da masculinidade, dois aspectos dessa historicidade são cruciais. O primeiro é o fato da luta por hegemonia. Grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade. A posição dominante da ordem do gênero propicia vantagens materiais, bem como vantagens psicológicas e isso faz com que ela tenda a ser contestada. As condições sob as quais a hegemonia pode ser sustentada estão constantemente mudando. Como consequência, um dado padrão de masculinidade hegemônica está sujeito a ser contestado ou ser transformado ao longo do tempo (CONNELL, 1995, p. 191-192).

O cuidado, portanto, parece estar nos modos como construímos os lugares de homem e mulher e como os preenchemos, evitando, assim, que os binarismos de gênero destruam os vários modos de viver. Como Foucault nos ensina, (FOUCAULT, 1993) é preciso desapaixonar pelo poder em um cuidadoso exercício de observar as próprias práticas, evitando o um deixar morrer em vida de sujeitos presentes em práticas e discursos com os cotidianos.

4.2.2. “O que vocês pensam sobre a possibilidade de um homem trans engravidar?”

Trata-se de um grande desafio para as políticas públicas e o que entendemos por gravidez, momento da vida de uma pessoa atravessada por conhecimentos tão essencialistas e biologizantes. Como Peçanha aponta (2015), o corpo cis é a base para referenciar muitas das políticas de saúde em nosso país, gerando atritos entre seus usuários e aqueles que oferecem o serviço, principalmente se aqueles que o buscam são pessoas trans. Já não bastasse o constrangimento típico dessa população em não ter o nome social reconhecido na recepção das unidades de saúde, a presença de um homem no ginecologista, por exemplo, é estranha por si só aos olhos daqueles que esperam no mesmo espaço, assim como dos médicos que não possuem preparos para atender homens que desejam engravidar.

Apesar de todas essas dificuldades, Lucas reforça o ato político presente em um corpo masculino que engravida.

[LUCAS]: Eu estou doido para que um homem trans engravide. Vai ser muito bacana, inclusive para a gente, principalmente enquanto luta política. O homem trans ainda vive nessa questão de não existir nas políticas públicas. Não existe política pública para a pessoa trans que não seja o processo transexualizador. Parece que só o que a gente precisa é parecer com o cis. Ninguém aqui quer se transformar em cis, a gente precisa de muito mais do que isso. A gente precisa muito mais do que o hormônio, muito mais do que a cirurgia, muito mais do que retificação de nome. A gente precisa também de direito à cidadania, de emprego, de escolaridade, de ser contemplado em uma lei em caso de violência doméstica e sexual. [...] O homem trans pode engravidar sim: se ele quiser ser pai, ele vai ser. Não é a sociedade que vai decidir isso.

Essa discussão não me parece unânime entre os próprios homens trans, já que um estranhamento está em jogo, inclusive entre eles. Em *Viagem Solitária*, João Nery dedica um capítulo inteiro de sua autobiografia para falar do homem grávido, referindo-se a uma reportagem que leu a respeito de Thomas Beatie, um homem trans norte-americano cuja gravidez gerou uma repercussão midiática no ano de 2008. A própria falta de consenso entre os homens trans, presente nas falas dos amigos de João Nery (e em contraposição à própria posição de Lucas) nos mostra como essa confusão em torno do estar grávido, na condição de homem, traz um significado outro para o corpo, invertendo papéis considerados lógicos do que é ser homem e também do que não é ser.

— Que coisa doida! – comentou Amadeus. — Cá para nós, é muita vontade de ter filhos biológicos! Esses, na realidade, não tiveram o mesmo problema que eu. Acho que são pessoas que não sabem quem são nem o que querem. Vivem de experiências novas, buscando provar não sei o quê e nem para quem. O meu dom é a paternidade em função do que sou. Eles, afinal, são o quê? Pai ou mãe?

Depois de um instante, acrescentou:

— Jamais faria isso, pois a maternidade é a maior prova da feminilidade. Sou e sempre fui homem. A minha luta foi para sair da prisão do corpo, jamais voltaria a ela.

Darcy já sabia da notícia:

— E esse não é o primeiro caso. Há oito anos, houve um casal de transexuais, como nós, que viveu uma experiência parecida, em San Francisco, o local mais avançado dos Estados Unidos. Esses agora foram em Oregon. Por isso foram tão rechaçados. Alguns ainda pretendem, depois do parto, continuar as cirurgias até o fim. Mas nem todo trans quer necessariamente se operar.

Darcy comentou que, para ele, o caso mais estranho foi o de dois trans que viraram homens, continuaram juntos, e um deles engravidou:

— São os trans-homo? Aí fundi a cuca! E os filhos, como ficam? – prosseguiu. — Até posso respeitar a decisão deles. Mas não me vejo numa situação dessas, por

mais que seja um ato de amor. Não consigo imaginar um homem dando à luz! É tão intimamente associado à maternidade! Como falou Amadeus, acho o máximo da feminilidade.

E Darcy manifestou o que, possivelmente, é o estranhamento de grande parte das pessoas:

— Talvez o que mais me pareça estranho é querer trazer a público a experiência. Porque algumas pessoas já tinham feito isso de forma discreta, privada. Não é por vergonha, mas por envolver terceiros e, sobretudo, uma criança que nem nasceu ainda.

Davi já tinha lido na internet e não entendeu muito bem a história.

— Acho que teria pouco a dizer. Já estou cansado desses assuntos. Não tenho mais a menor vontade de discutir, brigar, defender, levantar bandeiras. Só quero ficar quieto aqui no meu canto, fazer as minhas viagens e jogar meus joguinhos na internet. Parabéns pela coragem de remexer no vespeiro, já não estou mais nessa. Desejo muito sucesso! E você, João, já tem posição formada?

— Quando li a notícia, o primeiro impacto foi de surpresa, e achei o cara muito corajoso. Jamais engravidaria, mas fiquei feliz em saber que os trans jovens estão assumindo seus desejos, ousando mais na desconstrução do gênero, sem se sentirem ameaçados na sua identidade sexual. Mas por que chegar a esse ponto de engravidar? Dar um retorno no físico, voltando a ter hormônios femininos para o tratamento de fertilização, só para ter um filho biológico? Acho mais fácil e útil à sociedade adotar. Ainda mais quando já se tem filhos da parceira. E tem mais: por que eles ainda mantinham os órgãos sexuais internos? Será que tomavam inibidores de estrogênio, como tive de fazer, para poderem depois aplicar a testosterona e terem barba, pelos e mais músculos? (NERY, 2011, p. 317-318).



Figura 2 – Thomas Batie

Tendo a discordar das posições de João e seus amigos e a endossar as falas de Lucas, principalmente por se tratar da produção de uma vida que não se faz aos moldes do que entendemos por gestação ou relações familiares. Na verdade, a própria noção de família tem tomado outros contornos nos últimos tempos, principalmente pela demanda de homossexuais e transexuais que desejam adotar ou constituir outras formações familiares que fogem do já esperado para pais, mães, filhos e filhas (MELETTI; SCORSOLINI-COMIN, 2015). Sendo assim, torna-se importante nos perguntamos por quais motivos uma família gerada por uma gravidez masculina valeria menos ou seria mais confusa do que as outras e quais são as

políticas de estado que estão garantindo a vida desses sujeitos e quais estão impedindo sua expansão.

Além disso, vide a dúvida de Darcy para saber se Thomas é um *trans-homo*, ou seja, um transexual que também é homossexual, talvez seja importante distinguir orientação sexual e identidade de gênero. Enquanto o primeiro se refere à capacidade de uma pessoa ter atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de mesmo gênero, de outro gênero ou de mais de um gênero, o segundo compreende a experiência de uma pessoa em relação a algum gênero que se identifica. Considero reducionistas essas definições, uma vez que as experiências das sexualidades que vamos esbarrando ao longo da vida nos mostram que esses fatores são necessariamente desvinculados, mas elas me importam para desfazer uma confusão que também ouvi ao longo desses dois anos de pesquisa: sim, é possível um homem trans ser homossexual, mas isso não diz respeito a todos, muito menos à Thomas Batie, que foi casado por muitos anos com uma mulher cisgênero. Talvez nem importe o que ele é ou se define, mas a bagunça que uma gravidez masculina pode gerar.

Há fatores biológicos em jogo que possibilitam uma gravidez masculina, que vão desde a presença de um útero funcional no corpo do homem trans até o não uso temporário de hormônios masculinos que possam atrapalhar (ou até interromper) a gestação. Não é a identidade *homem trans* que irá permitir ou impedir que tal momento aconteça, mas o desejo de engravidar e as funções fisiológicas que seu corpo possui (PEÇANHA, 2015). Além disso, não é apenas o tipo de corpo que define o que é ser homem, mas toda uma construção em seu entorno que o faz ser entendido como tal e os homens trans permitem que essa inteligibilidade sobre o ser masculino possa ser questionada na própria gestação.

Uma vida grávida é precária por si só, pois, como afirma Butler (2015), estar vivo (e gerar uma vida) é muito diferente de ter uma vida. O vivo é precário por estar fadado à morte a todo instante, requerendo ser sustentado por uma série de investimentos das mais variadas instituições através de poderes disciplinares, jogos biopolíticos e elementos discursivos que incidem nos corpos. É aí que são necessárias as políticas públicas voltadas para a gravidez do homem, para a atenção especial à saúde do homem trans. Indago-me até onde as políticas públicas estão dispostas a tratar dessas questões, cuidar para que os homens trans e suas proles se permitam a um fazer viver em contraponto ao deixar morrer que ambos os sujeitos estão fadados.

O conceito de necropolítica nos ajuda a pensar essa outra face dos jogos biopolíticos. Mbembe (2011) nos diz que as relações políticas são belicosas por excelência, mostrando que a morte é uma relação sempre presente nas ações do Estado e atrelada a uma soberania que define quem tem importância e quem está desprovido de valor nas suas ações políticas. Trata-se, portanto, de uma forma de afirmar a vida pela morte, um fazer morrer estratégico com uma pluralidade de funções capazes de dominar os habitantes de um território e afirmar vidas em detrimento de muitas outras. Quando não atendemos as demandas dos homens trans nos espaços de políticas públicas, por exemplo, voltados para um atendimento básico de sua possível gravidez, estamos afirmando esses modos necropolíticos.

E as resistências estão aí para afirmar outros modos. Mais uma vez, lembro-me do curto texto que li a respeito de homens trans grávidos de Leonardo Peçanha (2015), quando afirma no corpo uma ferramenta de poder e de potência política, podendo ser reconhecida a sua legitimidade de existir ou não dependendo do olhar de quem vê nos espaços que circula. Sei que muitos ainda não estão preparados para compreender a cena de uma gravidez masculina, mas, se os homens trans estão desafiando as políticas públicas e os usos do corpo também estão enveredando por lugares muito mais produtivos com a vida.

4.2.3. “Por que tem gays que não gostam de ficar com os homens trans? Por que eles nos rejeitam tanto?”

Quero pensar tal questionamento a partir de uma situação vivida durante esta pesquisa. Certa vez, um amigo em uma descompromissada conversa de bar conta um caso em Salvador com um jovem que trocava olhares em uma festa. Entre uma música e outra, o jovem o chama para tomar uma cerveja no balcão e a conversa rende ao ponto de convidá-lo para ir para casa. Entre beijos, começam a tirar a roupa, mas uma surpresa inesperada interrompe o momento: o jovem não tem pênis, mas vagina. “Ah, você é um homem trans?”, pergunta meu amigo, que recebe uma resposta afirmativa. “Você me enganou. Me desculpe, mas eu não gosto dessas coisas. Homem tem que ter pau mesmo”. O que mais havia lhe incomodado nessa situação foi

ter sido chamado de transfóbico pelo rapaz, por não querer transar com ele ao saber que era um homem trans.

Não quero tomar essa situação em específico para falar de tantos outros momentos (muito belos, inclusive) que ouvi nesses dois anos de pesquisa, mas trago essa conversa para pensar os lugares e papéis identitários que as homossexualidades pensam ser tão simplificadas a partir do lugar que o pênis ocupa em uma relação sexual. Não quero também me ausentar de preconceitos ou estranhamentos a partir dessa situação, justamente por nunca ter passado por ela e nem saber que atitudes tomar caso ela acontecesse especificamente comigo. Mas, pensando no lugar que ocupava de pesquisador naquela conversa, não pude deixar de ficar inquieto com o que ouvia. “*Mas você não acha que está sendo muito reducionista ao dizer que só transa com caras de pinto?*”, provoquei e ele respondeu: “*Ah, me desculpa, mas não dá, não rola comigo mesmo*”.

Esse recorte me move a outros questionamentos: afinal, um homem cis, ao recusar um homem trans, está sendo transfóbico? É possível transar sem a necessidade do pênis? O que faz valer a transa entre uma pessoa cisgênero e uma pessoa trans? O que me parece estar em jogo na situação aqui exemplificada, mais uma vez, é o embate de projetos de masculinidades. Encontrei no canal *CID.10* (disponível na plataforma *Youtube*³⁶) um vídeo intitulado *Nojo de ppk e não ficar com um homem trans* em que um homem trans chamado Vitor discute sobre a relação que os homens cis gays estabelecem com a vagina, esclarecendo suas opiniões a respeito:

É comum homem trans sofrer preconceito de homem gay cis por conta de uma série de outras coisas, mas em questão da vagina isso acontece com uma certa frequência. [...] Qual é o nível de contato que homens cis gay de fato tem com vagina? Você vê aí um monte de gay cis dizendo por aí que nasceram de cesariana para não passar perto de vagina se vangloriando que nunca chegaram perto, e, ao mesmo tempo, essas pessoas usam esse mesmo argumento sobre vaginas, sobre como vagina é nojento, como vagina é feia. Qual é o conhecimento de fato que essas pessoas têm sobre vagina? Você não precisa se validar falando mal de vagina ou de mulher porque isso só faz mostrar o quão preconceituoso, misógino e mal informado você é. Você pode ser quem você é sem desrespeitar ninguém. Mas não é só homem gay que tem nojo não: as próprias pessoas que tem vagina também tem nojo, porque elas são ensinadas a ter nojo. Elas são ensinadas que não pode tocar, que não pode ter prazer, que você precisa comprar um sabonete íntimo específico para lavar aquela região [...]. Pra finalizar o vídeo, preciso entrar em um assunto que é muito recorrente: se você é um homem gay cis e não fica com um homem trans, você é transfóbico? Depende do ponto de vista, depende do que te impede de ficar com esse

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCvZai8aeihOzCIVqNwVZUDw>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

homem trans. Por exemplo: se você conhece um cara, se interessa por ele, acha ele bonito, aí fica com ele e te conta que é trans (ou, por algum motivo você descobre) e isso fez você perder o interesse por ele, você é transfóbico. Agora, é importante entender que isso não precisa ser um problema. Você pode admitir e dizer, de forma madura que, “realmente, é uma limitação minha, não consigo me sentir confortável”. Pronto: não tem problema. A gente precisa admitir nossos limites³⁷.

A partir dessas considerações, podemos perceber como está em jogo nessas relações a produção de masculinidades e a legitimidade que cada um dos sujeitos apresentados nessas histórias conferem a elas. Segundo Lopes (2011), uma série de enunciados, discursos, estratégias, imagens e espaços modelam uma proposta de masculinidade que se repete e se (re)produz em um modelo que se (trans)forma em um dado tido como natural. Qualquer tentativa de desconstruir essa lógica torna-se de imediato algo antinatural, anormal, erro, desvio, uma caricatura digna de escárnio e, penso eu, que essa seja a lógica colocada em questão para muitos homossexuais cisgêneros: como pode um homem de vagina existir? É possível um homossexual gostar de alguém com uma vagina? São questões muito difíceis de serem respondidas, ainda mais para identidades que ainda precisam se colocar em desconstrução, em especial com momentos tão tensionantes quanto os apresentados aqui. Afinal, homossexuais não tem relações só com homossexuais de pênis e ainda precisamos aprender, lidar e nos questionar quanto a isso.

Não podemos, entretanto, condenar os homens trans apenas aos (des)usos da vagina, já que muitos deles possuem um pênis, construído pelos saberes médicos na cirurgia de neofaloplastia. Neves (2015) questiona a tese de Simone Ávila (2014) quando ela afirma que as transmasculinidades são masculinidades sem pênis e que as transexualidades que desestabilizam as masculinidades hegemônicas trazem outra complexidade para o que entendemos de sexo e o gênero. Não que o orgulho e o uso político da vagina pelos homens trans seja inválido, mas é preciso lembrar que outros recorrem a uma série de tecnologias para construir um pênis em seus corpos, moldados organicamente também como formas de desestabilizar o *cistema*.

Não tenho a menor intenção de provocar Ávila, mas acho importante fazer esse deslocamento, pois tenho receio de que muitos profissionais da saúde, principalmente aqueles que não trabalham em centros transexualizadores de referência, acabem por conceber uma ideia de um só tipo de anatomia de corpos transmasculinos. Alguns homens trans, por exemplo, podem ter realizado diferentes tipos de cirurgias, terem feito uso de hormônios ou não, e conhecer os diversos

³⁷ Disponível em: www.youtube.com/watch?v=B3BgaKYzbd8. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

corpos trans e respeitá-los é fundamental, uma vez que cada corpo e cada subjetividade terá uma necessidade única (NEVES, 2015, p. 46).

As relações produzidas nas masculinidades flertam com exercícios de violência e jogos de poder, o que também abarca as relações dos homens trans com homens cis. Cada masculinidade que é produzida exerce as mais variadas formas de poder para produzir um domínio simbólico que opera saberes valorizados em uma sociedade para homens e gerando uma dominação dos corpos. Está em jogo uma produção de masculinidade que se assenta na negação do que é, se parece ou é definido como feminino e ter ou não ter uma vagina é uma parte do corpo dos homens trans que tem sua importância na definição de ser homem ou não.

Assentada em um conjunto discursivo, a masculinidade nos permite acessar coletivamente diferenças entre o que é encarado por masculino ou feminino. Esse conjunto está inserido em um palco maior, envolvendo não apenas problemas biológicos, mas também políticos, biográficos, institucionais, éticos, jurídicos e outros (ARAGÃO, 2013, p. 350).

Luan também nos aponta isso em sua fala:

[LUAN]: Eu acredito que o IBRAT seja um instituto que não lute por uma macheza, por uma brutalidade, mas por uma delicadeza que a sociedade masculina não consegue entender. A nossa vivência, a nossa transmasculinidade vem para quebrar com todo o tabu e tudo aquilo que a sociedade construiu em torno de um pênis, de um falo. Vivemos em uma sociedade que diz que para ser homem você precisa ter pinto. Não fazer isso escandaliza a sociedade e as nossas relações deveriam ser feitas entre afetos e não entre genitálias.

Por fim, gostaria de problematizar uma questão que surgiu ao longo dessa escrita e que ainda considero importante de ser discutida: Um homem cis e gay pode ser transfóbico com um homem trans por não querer ficar com ele? Pensando no próprio conceito de transfobia, ela acontece no ódio seletivo, discriminação e repulsa a pessoas trans, que se configuram em atos de violência que não precisam acontecer necessariamente de forma física, pois em muitos momentos ela é estritamente simbólica.

Lembro-me que, durante a graduação, participei de um projeto de iniciação científica chamado “*Sexualidade(s) e biopolíticas: problematizações das narrativas curriculares dos jornais A Gazeta e A Tribuna sobre diversidade sexual e direitos humanos*”, em que estudamos as formas como lésbicas gays, bissexuais, travestis e transexuais eram mostrados em dois jornais de grande circulação na Grande Vitória³⁸. Apesar de uma pequena representação de reportagens voltadas para travestis e transexuais (cerca de sete reportagens,

³⁸ O relatório dessa pesquisa pode ser conferido no seguinte link: portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=4640.

algo em torno de 9% da amostragem total), vemos como as páginas de notícias relacionavam esses sujeitos com páginas policiais, além de desrespeitar a anonimidade de suas identidades, fazendo questão de chamá-los pelo nome de registro. Especificamente com os homens trans, havia duas reportagens que, além de ignorarem o nome social de seus entrevistados, diziam que se tratavam de uma menina que virou menino.

Era nessa pequena amostra que a transfobia se materializava em forma de violência simbólica, tão letal e tão possível quanto a violência física. Trata-se de um fazer viver e deixar morrer que rege a biopolítica nas mídias jornalísticas, o que também resvala no modo como lidamos com os homens trans. Assim, vejo ser possível ser transfóbico em ficar com um homem trans, uma vez que somos criados de modo heteronormativo, em que aceitamos como normal e hegemônico um padrão de ser homem (WYLLYS, 2014). Esse padrão é moldado também nas homossexualidades, em um modo de ser homem que está diretamente atrelado a ter um pênis. Entretanto, Vitor nos lembra em sua fala que é preciso reconhecer os limites e vejo potência nessa fala: tal reconhecimento não significa necessariamente exercer uma violência, mas pode ser uma forma de atenção consigo mesmo, de cuidado de si, aos modos de Foucault (2006), que também se faz como uma forma de cuidado com o outro.

Este não é um exercício fácil, pois, como vimos nos exemplos que recheiam este capítulo, estamos a todo instante flertando com a violência no outro, física ou simbólica. Mas o que desejo com este cuidado é justamente ter atenção a isso que nos é estranho, um refazer a si mesmo que pode criar relações de proximidade com o outro, que me é tão semelhante e diferente ao mesmo tempo. Recorto, aqui, um trecho de uma conversa com Luan que nos ajuda a pensar nessas questões:

[LUAN]: Uma pessoa acabou sendo afastada porque ela cometeu um erro gravíssimo. Ela não somente saiu. A gente tentou conversar com ele e foi impossível. Ele foi machista com uma menina no grupo da ANTRA e conversamos com ele. Ele não reconheceu a violência que ele havia cometido no grupo e tentou difamar um homem trans também no Facebook. A gente, junto com outros membros do conselho do IBRAT, decidimos que ele devia ser afastado. Mas isso são águas passadas, ele não é nosso rival, só não faz parte do IBRAT. Ele está lá no canto dele, tentou se eleger vereador, mas acho que não conseguiu. E um dos objetivos do IBRAT é esse mesmo: a luta contra o machismo. Nós temos um núcleo de transfeminismo que a gente discute feminismo, machismo, preconceito, racismo, essas coisas. A gente entende que dentro dessa construção masculina nossa, nós temos a possibilidade de construir homens ou transmasculinos mais conscientes, menos infectados pelo machismo e pelo preconceito. Nós não somos doutrinadores, a gente expõe as ideias do que a gente entende que são bons para uma convivência sadia dentro da sociedade. Lógico que a pessoa entende ou acata aquilo se ela quiser.

A gente não obriga ninguém a fazer absolutamente nada. Não impomos um padrão de masculinidade, de ser homem trans, de se identificar como homem trans, ou como não binário. Mas a gente deixa tudo bem nítido, bem explicado daquilo que a gente sabe, porque a gente não sabe de tudo. Eu, mesmo estando 10 anos no movimento, não sei de tudo, porque as coisas se renovam.

4.3. Os homens trans são *queers*?

"*Eu não me considero homem. Prefiro dizer que meu gênero é queer*", disse Carlos em uma conversa após uma longa reunião do IBRAT-ES realizada naquele mesmo dia. Conversávamos sobre o processo de ser e pertencer à identidade trans, além das diferenças e semelhanças que era se identificar como homem trans. Porém, Carlos me surpreende com essa resposta, incitando toda uma questão que envolve as políticas *queer* e suas relações com as transmasculinidades. Gosto de pensar nessa relação a partir de Preciado (2011), que nos lembra dos corpos abjetos como potências políticas para além dos efeitos discursivos sobre o sexo. Produzir e identificar-se com um gênero é criar multidões, corpos que se reapropriam dos desvios produzidos pelos discursos científicos e se fazem outros, fiando linhas que estão para além dos jogos biopolíticos e dos poderes disciplinares analisados por Foucault.

Queer é um modo de ser que não deseja necessariamente produzir referências, mas um viver que desafia as normas regulatórias dos corpos e da sociedade, assumindo no desconforto do seu existir um espaço de produção (LOURO, 2004). *Queer* é o indefinível, o incapturável, aquilo que não tem forma e queremos enquadrar a qualquer custo. O termo bastante usado nos Estados Unidos refere-se às sexualidades estranhas, esquisitas, aquelas e aqueles que não conseguimos definir de antemão e que eles mesmos se (re)apropriam para questionar as próprias produções identitárias. *Queer* é uma política de afirmação de corpos estranhos, considerados como sexualidades desviantes e que não desejam ser integrados ou tolerados pelos outros. Sendo assim, podemos dizer que, de alguma, maneira, os homens trans apresentados nessa dissertação parecem se encaixar de algum modo nessas definições.

Afinal, manipular um corpo *queer* é enfrentar o pensamento heteronormativo, que se diz hegemônico, universal, "normal", mas teme os efeitos das multidões abjetas que ele mesmo

criou. Por oposição às políticas identitárias/essencialistas, os homens trans parecem ir de encontro à multiplicidade dos que se autodenominam como “normais”. É assim que se afirmam figuras como João Nery, por exemplo, mas também abrindo espaço para os homens de seios, as mulheres barbadas, as masculinidades que não precisam de um pênis para existir, os vibradores, consolos e dildos que podem dar e oferecer tanto prazer (ou até mais) que um pênis “de verdade”, os clitoris que se transformam em pênis graças aos procedimentos cirúrgicos, entre outros.

As políticas dos homens trans assemelham-se às multidões *queer* como uma posição crítica dos efeitos normalizantes e disciplinares da formação identitária, recusando uma ontologia dos sujeitos e suas políticas. Nessa lógica, não há uma base natural à posição de mulher ou gay, por exemplo, já que em todas essas identidades estamos nos referindo a uma multidão de diferenças, a uma transversalidade de relações de poder e a uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são representáveis porque elas são monstros, aos modos do Monstro do Doutor Victor Frankenstein no romance de Mary Shelley (2012), que colocam em questão os regimes representacionais e os sistemas de produção de saberes científicos daqueles chamados de “normais”.

Os monstros são aqueles que evidenciam uma riqueza emocional e uma capacidade de sentimento que aqueles tidos como normais não conseguem captar. Nessa configuração, o *humanormal* é aquilo que age como um aleijado emocional: frio e sem coração, prefere distância do outro que pode, sem pedir nada em troca, lhe trazer algo de diferente, possível, enriquecedor aos modos do viver (HARDT; NEGRI, 2005). Os *queers*, seja lá quem eles forem, querem ser algo a partir de suas diferenças, mas parece que as figuras chamadas de “normais” não os entendem e preferem manter-se em seus espaços de conforto. A diferença atrapalha, incomoda, precisa ser varrida para debaixo do tapete para manter a ordem que dá ordem mundial.

É preciso pensar, porém, em como as políticas e modos de pensar *queer* criam seus próprios limites na produção dessas diferenças. Miskolci (2009) nos lembra de que esse pensamento surge na década de 80, nos Estados Unidos, a partir do encontro entre uma corrente dos estudos culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês. A teoria *queer* buscou problematizar concepções clássicas de sujeito e identidade em oposição aos estudos sociológicos das sexualidades que afirmavam uma estrutura universalizante para com elas. O

queer é incorporado no espaço acadêmico também pelas demandas dos movimentos sociais que contestavam as primeiras ondas do movimento social norte-americano, ávidas por uma unificação das identidades, o que poderíamos dizer como uma “essência” gay (MISKOLCI, 2011).

A porta de entrada da teoria *queer* no Brasil se dá no espaço universitário. Em 2001, Guacira Lopes Louro lança o artigo *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação*, na revista *Estudos Feministas*, iniciando um interesse por essa vertente teórica no Brasil e ganhando espaço em várias disciplinas. Tal situação gera uma série de possibilidades e limites ao *queer*, gerando embate entre movimentos sociais e produção acadêmica no país, já que muitos grupos de militância não se sentiam (e ainda não se sentem) contemplados em seus estudos (MISKOLCI, 2011). Nesse sentido, é preciso atenção nos modos em que um conhecimento colonizador adentra os espaços de produção, de conhecimento, da vida e das demandas dos movimentos sociais presentes no Brasil (que se diferenciam em muitos aspectos das norte-americanas).

A exemplo disso, Pereira (2012), ao questionar essa produção no artigo *Queer nos trópicos*, traz como fio condutor de sua análise uma pesquisa em que conheceu Cida, uma travesti que se identifica com religiões de matriz africana e também convive com o vírus do HIV. Cida ensina muitas coisas à Pereira, que a teoria em questão impede de ser observada já que tantos outros fatores eram produzidos naquela relação e que simplesmente não estavam nos livros. Cida ensina também que muitos processos em sua vida são linhas de fuga e precisava se fixar em alguma coisa para conseguir existir de algum modo: “Não pude, naquele momento, me aproximar da teoria que Cida estava me apresentando, da qual só muito mais tarde pude perceber a densidade e relevância. De qualquer modo, sempre pensava nas experiências de Cida” (PEREIRA, 2012, p. 381-382).

Entretanto, e em concordância com Colling (2015), não dá para negar que um modo *queer* também se faz em um uso identitário, pois ao viajar por vários países do mundo (Portugal, Espanha, Chile, Argentina e Uruguai) para conhecer as dissidências, contradições e embates entre o movimento *queer* e as militâncias LGBT, o autor percebeu se tratar de uma formação de identidade que se contrapõe ao que entendemos por ser gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual. O problema é identificado nos desusos do *queer* em sua viagem para a Argentina, quando conhece e se inquieta com um tal de tango *queer*.

Outro local que se denomina como queer é o Tango Queer, que consiste em um curso de tango oferecido nas noites de todas as terças-feiras para pessoas LGBT no centro da cidade. Após a aula ocorre um baile de tango para qualquer pessoa que deseja dançar. Fui ao Tango Queer em duas ocasiões, e pelo menos nessas duas vezes o que vi, em sua maioria, foram gays estrangeiros brancos tentando aprender alguns passos de tango. Não tive vontade de voltar e, na minha rápida leitura, trata-se de uma apropriação equivocada do *queer* como sinônimo de gay, algo cada vez mais comum pelo mundo (COLLING, 2015, p. 50)

Essa questão também me atravessava na condição de estudante universitário na medida em que nos encontros do GEPSs nos perguntávamos também onde poderíamos encontrar a *teoria bicha*, a *teoria travesti*, a *teoria sapatão*, entre tantas outras, como a própria *teoria homem trans* (por que não?), para além de um aval do que um *queer* queira e sem a necessidade de bênçãos academicistas. Para termos um exemplo, em um capítulo do livro *Viagem Solitária*, intitulado *Reencontro de cobaias*, João convida três amigos que também são homens trans para passar um feriado em sua casa:

Levantei a questão de como eles encaravam a velhice, possivelmente nosso segundo obstáculo corporal à sedução.

Amadeus foi o primeiro a responder:

-Acho que é melhor envelhecer do que morrer moço. Mas a velhice me causa uma preocupação, porque não terminei as cirurgias. E, quando a gente envelhece, pode ficar na dependência do cuidado alheio.

E coçando a barba rala do queixo:

- Isso tem me preocupado muito, porque vivo hoje num círculo social dentro da “normalidade”. As pessoas da minha relação, com exceção da família, irmãos, cunhados, e de vocês, ninguém faz ideia de como fui. Mudei de identidade, de trabalho, de cidade, tudo novo.

Davi estava mais preocupado com a capacidade de sedução na velhice:

- Já não penso mais em seduzir alguém. Não que minha libido tenha baixado, mas fico na fantasia, no sexo virtual. Para dizer a verdade, tenho preguiça, pois para conseguir sexo na real é a maior trabalhadeira. Tenho de cantar a mulher, investir, envolver. Depois que acho que está bem de papo, tenho de contar, e nessa hora é o maior estresse.

Todos entendiam perfeitamente o desabafo de Davi. Encorajado pela plateia tão especial, contou como a rejeição foi um sentimento com que precisou conviver durante a vida inteira. Ficava muito mal quando ocorria, assim preferia evitá-la.

- No sexo virtual, ninguém sabe quem eu sou – continuou. – Não sei nem quero saber quem é a pessoa. Já tive envolvimento demais e não estou a fim de nada sério. Até pela internet já tive casos tórridos, que, quando terminaram, deixaram aquele gosto ruim e o coração apertado e doendo. Não quero mais. Hoje, só fantasia.

Finalmente, chegou ao ponto que todos falavam:

- Graças a Deus, não tenho filhos. Meus sobrinhos não sabem da minha história. Já pensei em contar, mas ainda não sei se vale a pena. Com o passar dos anos, fico

imaginando que talvez tenham de cuidar de mim mais tarde ou participar de determinadas situações comigo, então seria honesto contar a eles. Mas é bastante difícil tomar essa decisão. Teria primeiro de falar com a minha cunhada, já que meu único irmão morreu.

Para Darcy, pior que a velhice, é sofrer um acidente e não saber em que enfermaria iriam colocá-lo: se na feminina ou na masculina, pois em qualquer uma se sentiria constrangido. Isso se estivesse lúcido para opinar. Vivia em estado de “prontidão” por causa dessa paranoia, apesar de ter um pênis, mas descaracterizado (NERY, 2011, p. 310-311).

Por esse recorte, vemos que um único homem trans já é suficiente para criar uma multidão de ideias e práticas com os modos do viver identitários. Hardt e Negri (2005) nos dizem que a multidão é feita por um conjunto de singularidades, referindo-se a uma série de sujeitos cujas diferenças não podem ser reduzidas à uniformidade, mas por pessoas que agem com base nessas singulares, nesse comum que une as diferenças. A multidão é uma instituição viva internamente, diferente e múltipla, cuja constituição e ação não se fazem em uma identidade única ou em uma coisa em comum, mas naquilo que tem de comum. Ao contrário da massa ou do povo, a multidão tem cheiro, mas ninguém sabe dizer qual ele é; tem forma, mas muda a todo instante; tem cor, mas é uma miríade; tem lá suas diferenças, mas também nos parece muito familiar.

Se existem as multidões *queer*, elas lançam um paradoxo sobre si mesmas ao tentarem identificar aquilo que não quer ser identificado e instala-se um estranho julgamento para saber quem é o “verdadeiro” e o falso *queer*. Tal discussão toma espaço ao entrarmos facilmente nos embates entre identitários e não identitários, escolhendo em nossas políticas cotidianas entre uma essência ou produção social de nossas sexualidades. Fato é que as políticas identitárias estão muito mais preocupadas em serem reconhecidas nas suas diferenças do que propriamente uni-las. Não é para menos que, dos últimos tempos para cá, incluímos também a letra Q na clássica sigla LGBT (ZAMBONI, 2015).

Multidões, sejam lá quais elas forem, precisam de um projeto político para existir, pois, enquanto a massa seria amorfa e manipulável, a multidão é feita de singularidades que se expressam politicamente em busca de um comum. As multidões são mais difíceis de serem manipuladas, pois realizam seus projetos com a vida sem a necessidade de um líder ou uma autoridade que o faça. Uma massa, porém, se caracteriza pela reunião das individualidades, que são facilmente manipuláveis, autoritárias e regressivas, à medida que roga por um líder

que a conduza (TIBURI, 2015). Não seria o IBRAT, por exemplo, uma dessas configurações de projeto, abarcando um comum nas multiplicidades do ser homem trans?

O povo é uno. A população, naturalmente, é composta de numerosos indivíduos e classes diferentes, mas o povo sintetiza ou reduz essas diferenças sociais a uma identidade. A multidão, em contraste, não é unificada, mantendo-se plural e múltipla [...]. A multidão é composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente (HARDT e NEGRI, 2005, p. 139).

Por meio dos textos de Butler, Hardt e Negri (2005) nos dizem que o sexo não é natural porque tampouco o corpo também o é, sendo ambos representados cotidianamente e diariamente. Nesse sentido, a multidão encontra na performatividade de gênero uma possibilidade de transformação do corpo e afirmação das diferenças, a favor da performatividade da carne social *queer*, indo de encontro à concepção natural do sexo e trazendo uma bagagem de heteronormas, regras que não sabemos como começam ou terminam, mas estão fortemente arraigadas na carne social. Nos caminhos da desconstrução promovidos pelas multidões de homens trans, é preciso pensar também que algo novo é construído por eles mesmos a todo instante em seus corpos, nem que seja pelo que chamamos de pensamento *queer*.

(In)conclusões: eu, homem trans?

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto.

Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

Há um desafio ético e político quando a professora Nilda Alves (2015a) nos convoca em seus escritos a narrar a vida e literaturizar a ciência. Fazê-las é ser contra científico de muitas formas, o que não deixa de ser um modo de produção que me interessa em muitos aspectos, pois obriga a um deslocamento do que entendemos por pesquisa, produção científica e nossa relação com a própria universidade. E como é produzir um outro modo de fazer ciência que fale da vida? Bem, este é um caminho inventado cotidianamente, desde o primeiro livro que li até a última entrevista transcrita. O desafio é costurar ideias tão complexas, contraditórias e errantes em uma dissertação de mestrado, mostrar as tensões e deixar pistas para que outros, interessados nas temáticas apresentadas ao longo do texto, possam dar suas continuidades.

E é preciso dizer que há transcritos nas entrelinhas. Medos de falar o que não deve ser dito. Medos de tencionar questões que não deviam ser feitas. Medos de falar pelos homens trans, e não com eles. Medos de não atender às demandas das orientações. Medos de perder autoria desse trabalho para outros. Medos da publicação deste material, que algo esteja incompleto ou fora do lugar e não poder reescrevê-lo novamente. Medos que, enfim, produzem também esse *transviante* pesquisar, mas que podem ser vistos de outros modos pelas leituras que Rolnik faz com suas noivinhas: “uma vez interceptadas as conexões e proibido o gesto criador, este delibita-se, transmuta-se e é substituído pelo medo. E o medo aumenta ainda mais a timidez do gesto criador” (2014, p. 160).

Um medo necrófilo, portanto, foi companhia nesse projeto, aquele que Paulo Freire (1992) afirma na falta de coragem nos encontros. Mas, enquanto pesquisa, há um desafio político em praticar uma biofilia, nem que seja através desse medo, ou seja, produzir uma afinidade com a vida, alimentá-la, buscá-la em outras formas de afirmação, para além das dores e dos sofrimentos com o pesquisar. Essas não são denominações fáceis de serem realizadas, já que, nas reflexões de Paulo Freire, “os necrófilos se nomeiam a si mesmos biófilos e aos biófilos,

de necrófilos. A história, contudo, se encarrega sempre de refazer estas ‘nomeações’” (FREIRE, 1992, p. 166). Não se tratam de questões dadas, mas desafios nos cotidianos pesquisantes e que precisam ser problematizados.

É um desafio sair dessas amarras, pois são medos que podem *transcorrer* qualquer caminhar na pesquisa. Como meu orientador havia falado em minha qualificação de mestrado, “*poderíamos estar estudando ratos de laboratório ou desenvolvimento infantil*”, áreas de conhecimento de longa data nos saberes psi e que não vejo problemas de serem investidos. Mas sair disso, do comum ou daquilo que já conhecemos é que se torna um desafio/medo, pois conheci nesses dois anos de pesquisa sujeitos que não existem em muitas das políticas públicas, dos espaços de produção de conhecimento e nas vidas que circulam nas cidades.

Com o método cartográfico e com os estudos dos cotidianos, aprendi que se tratavam de áreas afins que, mesmo disputando no espaço acadêmico propostas diferentes, puderam me fazer conhecer os homens trans de outras formas na produção de conhecimento. Afinal, se eles estavam no espaço acadêmico e científico de forma tão escassa, eles estão em nosso dia-a-dia, seja em suas postagens na internet, seja nas militâncias e movimentos sociais, seja no IBRAT ou em qualquer grupo que acolha e protagonize os homens trans nessa luta, seja nas conversas descompromissadas de corredores, seja em seus próprios silêncios também. Ousei com os cotidianos cartográficos, desenhando no dia-a-dia um mapa que é escrito (e continua sendo, mesmo depois do ponto final desse texto) por várias mãos.

Os sujeitos que nos atravessam cotidianamente devem fazer *transbordar* as linhas de nossos corpos, refazer nossos modos de pensar a vida e desenhar o dia-a-dia de modo atento às nossas políticas *transformadoras*. Mesmo que essa tenha sido a minha aposta, não penso que a pesquisa seja o caminho necessário para que tais processos com os homens trans aconteçam, já que os sujeitos dessa pesquisa também são meus amigos, ando com eles pela faculdade e conversamos os mais diversos assuntos. Algumas amizades duram até hoje, outras ficaram pelo caminho; alguns homens trans permaneceram no IBRAT, outros preferiram sair, nos mostrando que há fatores da ordem do vivido que extrapolam o fazer pesquisa e merecem nossa atenção não só pelos estudos das transmasculinidades, mas também às nossas vidas e suas possibilidades de *transformação*.

E se realmente houve um método nesse trabalho, ele se aproxima também da proposta da professora Nilda Alves de narrar a vida e literaturizar a ciência (2015a). Escrevo esses trechos finais de minha dissertação em meio às andanças de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (2001) e me vejo, em certa medida, nas páginas dessa obra. A história de Riobaldo estica, puxa, pára no meio e volta depois, amarra e desata nós que achávamos que não fazia sentido nenhum em um primeiro momento, mas voltam a fazer em outro, explica e desexplica fatos do cotidiano que achamos não ter significância. Assim como as propostas trazidas nesse trabalho, as andanças promovidas pelo método cartográfico e pelos estudos com os cotidianos se fizeram como as andanças de Riobaldo.

“*O diabo na rua, no meio do redemoinho*”, repete o protagonista ao longo do livro. Fazer pesquisa com sujeitos que os meios científicos/acadêmicos tão pouco se debruçaram é ser esse diabo, é estar no meio desse turbilhão de processos, histórias e modos de vida que passam a nos tomar atenção quando percebemos que, mesmo sendo poucos homens trans, já são suficientes para produzir esse redemoinho. E se viramos diabo na rua, precisamos que ele invada as casas, as universidades, os ambientes de trabalho, as vidas abucólicas, os próprios homens trans. Enfim, é preciso trazer os outros ao centro desse redemoinho, dar a atenção esses sujeitos que tanto desenham nossos cotidianos e tão facilmente nos esquecemos deles.

Afinal, eles se colocam em movimentos desejantes na intenção de esculpir um novo corpo, um novo pensar e um novo existir. Muito mais do que conhecer a produção de sujeitos meramente sexualizados (como próprio termo *transsexual* sugere), conheci outros projetos que são desenhados com a vida. Ao tentar promover esses encontros com os homens trans e experimentar com eles outros modos de vida, vejo um fiar de realidades que não estão dados por si só, à espera de uma observação ou afirmação de uma figura detentora de um saber em específico. Foi com a pesquisa que fiz acontecer processos que não terminam ou começam ao longo dela mesmas, mas poderia ter acontecido de outras formas também, como a própria política da amizade vai nos mostrando, naquelas pequenas conversas capazes de gerar um turbilhão do dia-a-dia.

Amigo? Aí foi isso que eu entendi? Ah, não; amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por este mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça aos demais. Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que tira prazer de estar próximo. Só isto; quase; e todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o porquê é

que é. Amigo meu era Diadorim; era Fafafa, o Alaripe, Sesfrêdo. Ele não quis me escutar. Voltei de raiva (ROSA, 2001, p. 236-237)

Só assim nos tornamos um pouco homem trans nessas *andanças pesquisantes*. Lembro-me de meu orientador ter contado uma curiosa história de sua participação no IX Encontro Regional de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, quando foi a uma passeata de homens trans na Avenida Paulista. Cansado de segurar por tanto tempo uma faixa com os dizeres *Sou homem trans e tenho o direito de ser quem eu sou*, um rapaz lhe pergunta: “*Professor, o senhor poderia tirar a camisa e segurar pra mim [a faixa]? Está muito pesada*”. E assim o fez. Naquele momento, Alexsandro Rodrigues havia se tornado um homem trans. Naquele momento, a identidade homem trans importava para os próprios homens trans, mesmo que Alex não seja um.

Passei por situações parecidas ao longo da pesquisa. Devo ter sido abordado três vezes por homens trans diferentes que me perguntavam há quanto tempo eu estava hormonizando ou qual era o tipo de hormônio que eu estava tomando naquele momento. Mais intrigante que isso, foram suas reações ao saberem que eu não era um homem trans, continuando suas conversas como se nada tivesse acontecido ou até pedindo desculpas pelo erro cometido (mas desculpas pelo quê? O que há de ofensivo em parecer um homem trans?). Até amigas e amigos do movimento LGBT vieram a mim relatar alguns casos de sujeitos que haviam perguntado se eu era um homem trans ou não. Todos os casos, no fim das contas, viraram momentos divertidos que a pesquisa pode me proporcionar.

A partir desses exemplos, vejo como me tornei um pouco homem trans com este trabalho, sem querer com isso tirar seus protagonismos ou falar por eles nos mais diversos espaços em que circulam. Ser homem trans que me refiro aqui é em referência ao homem que *transborda* suas próprias linhas, que precisa se fazer diferente nos encontros errantes, questionando suas próprias identidades, modos de existir e produzir com a vida. Para isso, é preciso uma atenção ao centro do redemoinho, sua constituição e os sujeitos que os constroem, uma tarefa que não considero fácil ou meramente dada na produção acadêmica, mas pode ser iniciada com uma atenção a esses sujeitos e um desejo de sair de si sem saber em quais caminhos irá chegar.

Por isso escolhi o título dessa dissertação como *Homens trans(bordados)*: não foram só eles quem transbordaram ao longo de todo esse processo, mas eu também. Mais do que isso, nos *transbordamos*.

5. Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: GARCIA, Alexandra; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). **Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a. P. 133-151.

_____. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: GARCIA, Alexandra; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). **Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b. P. 153-160.

Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://www.facebook.com/antrabrasil/>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In.: COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma (orgs.). **Estudos e política do CUS: Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade**. Salvador: Edufba, 2013, p. 341-370.

ARÁN, Márcia. **Novos direitos e visibilidades para os homens trans no Brasil**. Disponível em: www.ufscar.br/cis/2010/11/novos-diretos-e-visibilidades-para-os-homens-trans-no-brasil. Acesso em: 3 julho de 2015.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Mirian. P. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS. 9, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. **Anais do seminário internacional fazendo gênero 9: diásporas, diversidade, deslocamentos**.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **O diário de pesquisa: O estudante universitário e seu processo de pesquisa**. Brasília: Liberlivro, 2010.

BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 172-200.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um pensamento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL, República Federativa do. Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1.482 de 1997.

_____. Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1.652 de 2002.

_____. Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1.955 de 2010.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 457 de 2008.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707 de 2008.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803 de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.836, de 2011.

_____. Presidência da República. Decreto n. 8.727, de 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deusas e heróis. Rio de Janeiro: 2006.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis**, v.19, n. 2, p. 529-549, 2009.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Carta de São Paulo. Disponível em: institutoibrat.org/enaht/i-enaht/carta-de-sao-paulo/. Acesso em: 08 de novembro de 2016.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I**: artes do fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COIMBRA, Cecília, Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 7, n. 1, 1995, p. 52-80.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHIMDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 241-282.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1 2002, p. 171-188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

De Frente com Gabi - João W. Nery - Parte 1. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hTnTk80GfE>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 3**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of antroppo-zoo-genesis. **Body and society**, Londres, v. 10, n. 2-3, 2004, p. 111-134.

Documentário "Transhomem ou Homem Trans" [parte 1 de 2]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cktyyQdxSA4>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

Documentário "Transhomem ou Homem Trans" [parte 2 de 2]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKcewU9vu7I>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 7-76.

Entrevista João W Nery para Manchete 1985 Programa de Domingo. Disponível em: <https://vimeo.com/29171932>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica In.: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 92-108.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Anti-Édipo: introdução à vida não fascista*. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.

_____. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985b.

_____. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANKLIN, Tatiana; SACRAMENTO, Suellen Vasconcelos; PEDRINI, Mateus Dias. *Filmografando Homens Trans: produzindo um documentário feito por várias mãos*. In: #4 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE E #2 ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO. 4 e 2, 19 a 21 de julho de 2016, Vitória. **Anais eletrônicos**.

FROCHTENGARTEN, Fernando. *A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho*. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 125-138, 2009.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

HAMLIN, Cynthia; VANDENBERGUE, Frédéric. *Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell*. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 40, p. 345-358, 2013.

HERZER, Anderson. **A queda para o alto**. São Paulo: Vozes, 1982.

Hospitais brasileiros pesquisam e cuidam de jovens transgêneros. Disponível em: g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/09/hospitais-brasileiros-pesquisam-e-cuidam-de-jovens-transgeneros.html. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

HUNT, Dan. **Mr. Angel**. Estados Unidos, 2013.

IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Disponível em: <http://institutoibrat.blogspot.com.br>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. Disponível em: www.facebook.com/institutoibrat/posts/1643756505842182?match=am9ybmFsaXN0YXM%3D. Acesso em: 19 de março de 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. Tecnologias do eu e educação. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 35-85.

_____. **Tremores**: Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LE BRETON, David. Corpo, gênero, identidade. In.: FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Cláudia Maria; CASTRO, Roney Polato de; BARBOSA, Vanderlei (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014. P. 17-50.

LESSA, Jô. **Eu trans**: a alça da bolsa, relatos de um transexual. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

LISBOA, Vinícius. **Transexuais precisam recorrer à Justiça para mudar nome e gênero**. Disponível em: www.ebc.com.br/2015/08/transexuais-precisam-recorrer-justica-para-mudar-nome-e-genero. Acesso em: 23 de dezembro de 2016.

LOPES, Fábio Henrique. Masculinidade(s): reflexões em torno de seus aspectos históricos, sociais e culturais. **Contemporâneos**: revista de artes e humanidades, Santo André, 2011, p. 1-13.

LOURAU, René. Pequeno Manual de Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sonia. (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 122-127.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCON, Neto. **Filme “Viagem Solitária” segue e desafio (e cobrança) é encontrar protagonista trans**. Disponível em: www.nlucon.com/2015/12/filme-viagem-solitaria-segue-e-desafio.html. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, Maria Elisabeth Barros de (Organizadora). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

MASSEY, Dorren. **Pelo espaço**: uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MELETTI, Alexandre Trevisani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v.17, n.1, p. 37-49, 2015.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a sociologia, o desafio de uma analítica da normatização. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan-jun 2009, p. 150-182.

_____. Não somos, queremos: reflexões *queer* sobre a política sexual brasileira contemporânea. In.: COLLING, Leandro (organizador). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Nau, 2009.

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In.: GARCIA, Regina Leite. **Método; Métodos; Contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NERY, João W. **Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NEVES, Benjamin Braga de. *Masculinidade feminina e Trans homens: desafios e impasses por vidas não-fascistas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica) - Programa de Pós-Graduação em Clínica Médica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

Nojo de ppk e não ficar com um homem trans. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3BgaKYzbd8>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

Núcleos pelo Brasil. Disponível em: <http://institutoibrat.org/o-ibrat/nucleos-pelo-brasil/>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In.: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismos: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, p. 87-105.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições graal, 1999.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. de (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 391-414, 2013.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez editora, 2003.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Resignificar e empoderar o corpo: homem trans grávido e os desafios da adequação. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO. 2, 4 a 7 de setembro de 2015, Salvador. **Anais - ISSN 2447-2190**.

PEDRINI, Mateus Dias. **Análise e problematização das narrativas curriculares do jornal “A Gazeta” sobre diversidade sexual e direitos humanos no biênio 2011/2012**. Vitória: UFES, 2013. 15 p. Disponível em: portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=4640. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

_____. **Corpos trans como obras de arte: narrativas de construção de si, do outro e de mundos de pessoas trans nas interfaces com a educação**. Vitória: UFES, 2014. 13 p. Disponível em: portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/desc.php?&id=6610. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

PEDRINI, Mateus Dias; RODRIGUES, Alessandro; ROCON, Pablo Cardozo. Artes do fazer trans: corpos em narrativas e seus processos educacionais. In.: RODRIGUES, Alessandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2014, p. 21-41.

PERBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PEREIRA, Pedro Gomes. *Queer* nos trópicos. **Contemporânea** – Revista de sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 371-394.

PERUCH, Diego Herzog. **Rainhas da Noite**. Brasil, 2011.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 19, n. 1, 2011, p. 11-20.

PUIG, Manuel. **O beijo da mulher aranha**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

RELATOS DE UM HOMEM TRANS - Pergunte Às Bee 76. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmO1DeXWVXQ>. Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, ano 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

RODRIGUES, Alessandro; ZAMBONI, Jésio; ROCON, Pablo Cardozo. Corpo, gêneros e uso dos banheiros na universidade pública: a precariedade do disciplinar. In.: RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. (org.). **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016. P. 67-83.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o Prometeu moderno**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO: conhecimento em Psicologia no Brasil: expansão e avaliação, XII, 2008. Natal. *Anais do XII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico: Conhecimento em Psicologia no Brasil: expansão e avaliação*. Natal: ANPEPP, 2008. 178 p.

SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO: Pesquisa em Psicologia: formação, produção e intervenção. XIII, 2010. Ceará. *XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico: pesquisa em psicologia: formação, produção e intervenção*. Fortaleza: ANPEPP, 2010. 223 p.

SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO: Produção e Divulgação Científica: os desafios da interdisciplinaridade. XIV, 2012. Belo Horizonte. *Anais do XIV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico: Produção e Divulgação Científica: os desafios da interdisciplinaridade*. Belo Horizonte: ANPEPP, 2012. 255 p.

SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO: Pesquisa, Colaboração e Comprometimento em Psicologia. XV, 2014. Bento Gonçalves. *Anais do XV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP: Pesquisa, Colaboração e Comprometimento em Psicologia*. Bento Gonçalves: ANPEPP, 2014. 267 p.

Sou transhomem, e daí? Disponível em: <http://soutranshomemedai.webnode.com/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Prefácio: ela só queria que as pessoas fossem humanas. In.: HERZER, Anderson (autor). **A queda para o alto**. São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1982, p. 11-24.

Surprise! Pregnant "Man" is Pregnant Again. Disponível em: www.nbclosangeles.com/news/weird/Pregnant-Man-.html. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Incluir para excluir. In.; LAROSSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (organizadores). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da existência. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. Pg. 105-118.

TOLEDO, Sérgio. **Vera**. Brasil, 1987.

VILLAÇA, Nízia. Os imagineiros do contemporâneo: representações e simulações. In.: VELLOSO, Monica Pimenta; ROUCHOU, Joëlle; OLIVIERA, Cláudia de. **Corpo**: identidades, memórias e subjetividades. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 31-42.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.

WYLLYS, Jean. **Tempo bom, tempo ruim: identidades, políticas e afetos**. São Paulo: Paralela, 2014.

ZAMBONI, Jésio. *Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. 2016.

ZAMORA, Maria Helena. Os corpos da vida nua: sobreviventes ou resistentes? In: **Latin America Journal of Fundamental Psychopath**. São Paulo, v.5, n. 1, p. 104-117, 2008.

ZANOLLI, Julia. **14 dicas para não ser transfóbico**. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/14-dicas-para-nao-ser-transfobico>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

Anexo I – Cartaz afixado em uma das paredes do prédio CEMUNI VI, do curso de Psicologia da UFES³⁹



³⁹ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/14-dicas-para-nao-ser-transfobico/#jp-carousel-926809>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

Anexo II: Postagem feita pelo IBRAT em sua página no *Facebook*



Ibrat - Instituto Brasileiro De Transmasculinidades

21 de setembro de 2015 · 🌐

O Jomalismo não se preocupa com o que pensa o movimento social, não sabe que a nossa principal luta tem sido pela despatologização das nossas identidades, não entende e nem procura entender que não queremos alimentar essa visão patologizante em que nossos corpos e identidades são tuteladas pela medicina. Ninguém, além de nós mesmos, precisa ter certeza de quem somos. O que garante que qualquer outra pessoa, cis ou não, saiba exatamente que lugar gostaria de ocupar na sociedade? e desde quando a medicina precisa se envolver nisso? Deve ser insuportável para as ciências médicas assumirem que não tem ABSOLUTAMENTE nada haver com quem somos. Naturalizar o gênero e seus comportamentos a partir de uma genitália e relações hormonais talvez seja uma das MAIORES VIOLÊNCIAS que a humanidade já consolidou em toda a sua existência.

Jomalistas e sensacionalistas: aprendam a ouvir o movimento social.



Hospitais brasileiros pesquisam e cuidam de jovens transgêneros

Adolescentes sentem pertencer ao gênero oposto. Dilema desafia pais e mães no mundo inteiro.

G1.GLOBO.COM

Anexo III: IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais realizado entre os dias 16 a 19 de dezembro de 2014



Anexo IV: Lançamento do IBRAT-ES realizado no dia 30 de junho de 2015



Anexo V: Transcrição da fala de Lucas na mesa de conversa *Movimento LGBT e o combate à homotransfobia* realizada no dia 30 de junho de 2015

[LUCAS]: Quando a gente assume uma identidade, está atrelada a ela uma reivindicação de direitos, porque quando isso acontece com um home trans ele quer fazer as mudanças corporais, ele quer fazer a retificação do nome social, ele quer poder viver a real identidade de gênero dele e ter acesso ao mercado de trabalho. E ele quer que a identidade dele seja respeitada em todos os lugares que ele frequenta, seja na universidade, seja no emprego, na família. Eu não sabia nem por onde começar, porque há 11 anos todo o material que a gente tinha aqui no Brasil era em inglês. A gente não tinha nada em português, nada em site ou blog. Na época, a gente tinha um grupo no Orkut que se chamava Disforia de Gênero, que era bem patologizante, nos definia como doença, carregava o CID [Código Internacional de Doenças] nas costas. A homossexualidade já foi riscada do CID, mas, infelizmente, as pessoas trans ainda carregam esse peso. Na época, a maioria das pessoas que faziam parte do Disforia de Gênero não tinha foto do rosto, porque tinha essa coisa de esconder a identidade. A gente não mostrava o rosto, os homens trans não se mostravam, haviam pseudônimos, os perfis falsos para poder conseguir conversar sobre isso. E a invisibilidade do homem trans é algo absurdo. Até para fazer um amigo homem trans era algo muito complicado, porque para ele se sentir à vontade, falar da identidade dele, contar que ele realmente era se tornava um processo muito longo. Pouco tempo depois, surgiu um site da Simone Ávila que se chamava Sou transhomem sim, e daí? Era um dos poucos conteúdos que a gente tinha em português em que a gente conseguia se comunicar. A gente achava que ela era um homem trans, não sabíamos que era pesquisadora e esse foi o primeiro trabalho de doutorado no Brasil que falava de transmasculinidades. Ela respondia algumas dúvidas. A gente também conheceu um site de Portugal que a gente conseguia acessar algumas coisas. Tudo ainda muito precário. Não se falava ainda em serviço ou processo transexualizador para homem trans. Isso tudo ainda é uma realidade muito recente porque 10, 11 anos atrás não é muito pouco tempo. Mas dos últimos tempos para cá muita coisa mudou. Eu descobri algumas tecnologias que me foram importantes. Na época [há dez anos atrás], a gente não usava o binder, que hoje muita gente usa, que é um colete pós-cirúrgico em que alguém teve uma grande sacada de entender que aquilo ali comprimia os peitos. Na minha época, eu fazia o enfaixamento mesmo. E eu enfaixei ao ponto de me mutilar: fiquei com tecidos mortos no corpo, quase não tirava a faixa e não me relacionava com as pessoas com medo de que elas me abraçassem e sentissem meu peito e minhas costas ficavam em carne viva. Eu não conseguia me movimentar direito até que uma amiga minha que conhecia um cirurgião plástico que colocava próteses de silicone e fazia mamoplastia. Eu não tinha dinheiro para pagar a cirurgia, mas ele fez num preço bacana para mim. Só que, na época, tirar peito de mulher (porque na época as pessoas me consideravam mulher), sem que a pessoa tivesse um câncer de mama ou qualquer coisa que colocasse a vida dela em risco podia ser considerado como uma mutilação. Então, na época, os homens trans não podiam fazer a cirurgia, nem se tivesse dinheiro. Hoje em dia, o cara junta a grana e ele faz. Mas, naquela época, nem com laudo psicológico ou psiquiátrico, porque era considerada mutilação. Todo mundo que fazia a cirurgia era sem procedimento burocrático e laudo e sempre de forma clandestina. Alguns cirurgiões fizeram por desconhecimento da prática como mutilação e outros, como foi o meu caso, fizeram a cirurgia, mas pediam para que não contassem quem havia feito e sem fazer o prontuário no hospital. Tudo isso é para limpar o nome do médico. Imediatamente após a cirurgia, eu fui todo dopado para casa, correndo o risco de ter uma hemorragia e infecção, e com duas bolsas de dreno para casa. Eu tive os dois mamilos necrosados nesse processo porque meu

corpo rejeitou quando ele foi tirado e recolocado no meu peito. Eu não tive um pós-cirúrgico com todo o cuidado que deveria ter. O que eu queria mesmo era não ter que usar mais aquela faixa que me impedia de respirar. Eu já fiquei 19 dias na UTI por parada respiratória. O meu pneumologista disse que nunca viu alguém sair daquele quadro em que eu estava. Até hoje eu dependo de medicação para asma e sinusite. Eu comprimia a região do tórax e isso me impedia de respirar e o mais importante para mim era não ter mais aquela faixa. Eu não me importava se eu tinha mamilo ou não tinha, eu queria poder andar sem camisa para todo o canto. Somente em 2010, quase cinco anos depois que eu tinha feito minha cirurgia, o Conselho Federal de Medicina retirou o caráter mutilatório de nossa mamoplastia. Desde 2010, os homens trans podem fazer a cirurgia e eu fico muito feliz de ver os homens trans podendo mostrar ao mundo suas cirurgias, tirando a camisa e postando no Facebook. Essa foi uma de nossas primeiras conquistas aqui no Brasil. A gente começou uma articulação política e um movimento político durante o ENTLAIDS [Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS], em Recife, no ano de 2011. Foi quando a gente reuniu a maior quantidade de homens trans em um encontro político: cinco [risos]. As mulheres trans ficavam encantadas com os homens trans que estavam lá. O ENTLAIDS era Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados que atuam na Luta contra a AIDS. Liberados era como se fossem simpatizantes. A sigla se manteve e depois ficou só como encontro de Travestis e Transexuais. Nesse encontro, foi a primeira vez que tivemos vários homens trans presentes, os cara não saiam de perto uns dos outros, porque dificilmente a gente encontrava um homem trans. A gente ficava o tempo todo junto, querendo conversar e saber como era ser trans. Tinham dois caras de São Paulo que fizeram o maior sucesso porque já estavam todos masculinizados, com cirurgia, e as meninas ficavam encantadas. Foi um nó no movimento quando eles chegaram, porque as meninas ficaram encantadas com os homens trans, mas naquele receio: “será que dá pra gente paquerar? E será que não dá?”. Mas foi muito legal porque, com certeza, os homens trans trouxeram muitos elementos novos e muitas discussões novas para dentro do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Inclusive, essa primeira diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero, tenho certeza que se deve à contribuição dos homens trans dentro do movimento, porque muitas meninas ainda tinham aquele padrão heteronormativo, que tinha que se relacionar com homem. Mas aí surgiram os homens trans, que ficam com todo mundo, com homem ou mulher, e isso deu um nó na cabeça das meninas. Até que todo mundo começou a fomentar esse debate que diferenciava a orientação sexual da identidade de gênero. Mas foi muito mais importante e forte, enquanto constituição da identidade, me descobrir enquanto sujeito de direitos, enquanto sujeito político, do que, necessariamente, me assumir como um homem trans. Eu comecei a compreender que aquela realidade que eu enfrentava, de dificuldades, ninguém ia melhorar para mim. Não iam ser as mulheres trans, as travestis, os gays do movimento LGBT, nem as lésbicas, muito menos os gestores, os políticos, os deputados e senadores. As pessoas não se importavam com os homens trans, ninguém queria saber e ninguém queria protagonizar essa luta. A gente precisa assumir essa responsabilidade de protagonizar essa luta e dizer que a gente precisa se reorganizar, a gente precisa reivindicar direitos e se reconhecer enquanto esses sujeitos de direitos e de direito. Isso foi muito mais forte para mim do que me entender quanto homem trans, porque aí começaram os meus verdadeiros desafios. Aqueles desafios que eram só meus passaram a ser do mundo. Era eu brigando com o resto do mundo, mas com alguns companheiros do meu lado. A gente tentou somar forças, ainda mesmo sendo um movimento muito fragilizado, muito jovem. As pessoas não sabiam o que era homem trans, nem dentro do movimento LGBT. Eu ainda tenho que ficar dando explicações do que eu sou e do que é essa identidade. Eu estava em uma audiência pública em Brasília na semana passada e uma liderança gay veio perguntar para mim: “mas o que é o homem trans? É a pessoa que quer fazer a vagina e continua homem? Como é isso?”. Aí eu

respondi: “não, não, é o contrário das mulheres transexuais e das travestis”. O cara achava que um homem trans era uma mulher transexual que fazia uma neovagina⁴⁰, mas que não reivindicava a identidade masculina! Olha que loucura! Eu não imaginava que existia alguém na liderança LGBT que pensasse isso. Ele achava que homem trans era uma mulher transexual que não reivindica a feminilidade, a imagem masculina. Isso mostra que nossa identidade masculina é muito nova. Em termo de organização política, o movimento de mulheres transexuais e travestis têm vinte e cinco anos. O de homens trans tem apenas três anos. É muito pouco e muito recente. Logo que nos organizamos, pedimos que o processo transexualizador do SUS nos incluísse, porque os homens trans não estavam lá. Aquilo era para mulheres transexuais e nem travestis tinham acesso. Alguns homens trans até entravam de gaiato, mas eles não estavam inclusos na portaria [do Ministério da Saúde]. [...] Foi quando o Ministério da Saúde fez uma revisão da portaria, que passou a incluir as travestis e os homens trans. Em 2013, tivemos um momento muito emocionante com o lançamento dessa nova portaria no I Seminário Nacional de Saúde LGBT. Em paralelo a essa política, nós tivemos a inclusão do nome social no cartão do SUS. [...] Foi, de fato, histórico, para todo o movimento LGBT e, especialmente, para o seguimento do movimento das pessoas trans. [...] Nada vem de cima para baixo, ninguém vai dar nada para gente. Se hoje existe processo transexualizador é porque o movimento estava lá reivindicando. Se existe nome social é porque o movimento estava lá reivindicando. Se existe possibilidade de retificação de nome civil é porque o movimento estava lá reivindicando. Ninguém deu nada para gente e não vai dar. Entender o que é ter esse papel de cidadão e atuar ativamente no exercício da democracia é uma coisa que não nos ensinam nas escolas. Ninguém ensina um brasileiro a ser cidadão, a ser democrático, e ninguém ensina que democracia é participação popular.

⁴⁰ Resultado do procedimento cirúrgico que transforma um pênis em uma vagina.

Anexo VI: Reuniões do IBRAT-ES



Anexo VII: Gravações do documentário *Transvivo*



Anexo VIII: I Seminário Estadual do IBRAT-ES realizado no dia 04 de junho de 2016



Anexo IX: Imagens de divulgação em redes sociais dos eventos do IBRAT-ES⁴¹



O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (NEPS) convida a tod@s para participarem do lançamento do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades no Espírito Santo (IBRAT-ES), no dia **30 de junho de 2015**, no **auditório do Centro de Ciências Exatas** (CCE/UFES - Campus Goiabeiras).

Contamos com a participação e colaboração de tod@s



Programação

08:00hs

Mesa de conversa *Movimento LGBT e o combate à homotransfobia*

Convidad@s: [REDACTED]
(Coordenador Nacional do IBRAT) e
[REDACTED] (Professora da Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu)

13:30hs

Lançamento do IBRAT-ES

Convidado: [REDACTED]

Realização:

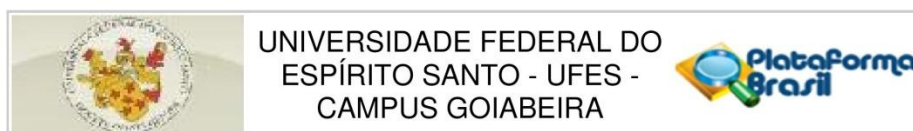


Apoio:



⁴¹ Os nomes dos convidados foram vedados para que suas identidades sejam preservadas.

Anexo X: Parecer favorável ao projeto de pesquisa emitido pelo conselho de ética da UFES⁴²



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Todo (des)feito: masculinidades na produção dos corpos de homens-trans

Pesquisador: Mateus Dias Pedrini

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45157415.0.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.235.845

Apresentação do Projeto:

Podemos compreender o termo “homem-trans” como um grupo social cujos corpos foram inicialmente definidos como femininos, mas que por diversos motivos, processos e agenciamentos recusam tal definição e seus desejos se encaminham na direção das identidades masculinas. Essas identidades interagem com uma série de outros marcadores sociais como classe, raça/cor, orientação sexual, geração, origem, entre outros fatores que de algum modo se emaranham nas suas constituições. Porém, devemos levar em consideração a importância que o corpo toma na adesão de uma série de significados e na construção de projetos de ser/estar homem, produzindo histórias que são ao mesmo tempo individuais e coletivas a partir de processos sociais e culturais que informam determinadas características de sujeitos, mas também são transformados por eles mesmos devido esse caráter social. Tendo em vista este fator, esta pesquisa apresenta um caráter qualitativo e aposta nas narrativas de sujeitos trans como potências da produção de mundos, possibilidades e corpos que ensinam e aprendem as mais diversas formas de constituição.

Objetivo da Pesquisa:

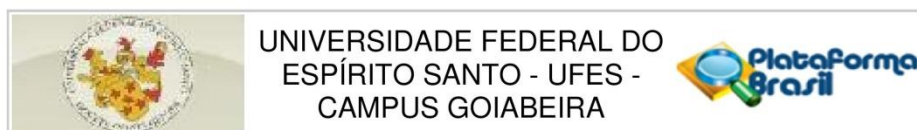
A pesquisa tem como objetivo compreender as histórias de vida de homens trans, com relação a como se dá a produção de seus corpos e sua rede de apoio social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores avaliam que os riscos são mínimos, envolvendo um possível desconforto com

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.090-075
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)4009-7840 **E-mail:** aroeiraka@hotmail.com

⁴² *Todo (des)feito: masculinidades na produção dos corpos de homens trans* é o título original do projeto de pesquisa que precisou ser modificado a partir das conversas e encontros com os homens trans.



Continuação do Parecer: 1.235.845

relação aos temas discutidos. Os benefícios giram em torno da construção do conhecimento sobre a temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa relevante sobre temática importante atualmente no país, onde existem pouquíssimas informações acerca da constituição da identidade e cidadania trans.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE apresenta todas as informações necessárias, incluindo benefícios e riscos para conhecimento dos participantes, com linguagem acessível e objetiva.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Todo (des)feito masculinidades na produção dos corpos de homens-trans.docx	14/05/2015 00:11:13		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA DE ROSTO.pdf	16/05/2015 15:55:58		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_516981.pdf	16/05/2015 16:04:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	17/07/2015 02:43:43		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_516981.pdf	17/07/2015 02:44:07		Aceito

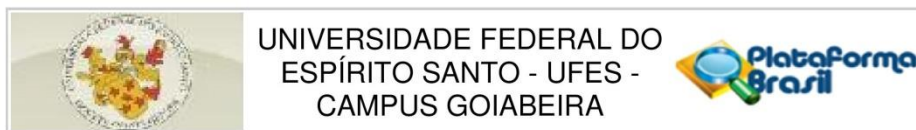
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.090-075
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)4009-7840 **E-mail:** aroeiraka@hotmail.com



Continuação do Parecer: 1.235.845

VITORIA, 18 de Setembro de 2015

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.090-075
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)4009-7840 **E-mail:** aroeiraka@hotmail.com

Anexo X: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado pelo conselho de ética da UFES

Pesquisador Responsável: Mateus Dias Pedrini. **Orientador:** Prof. Dr. Alessandro Rodrigues.

Objetivo da Pesquisa: Realizar entrevistas com homens trans para falarem sobre suas histórias de vida e a produção de seus corpos, além de aproximar suas experiências com seus pares para que possam discutir a respeito. Essa pesquisa também objetiva conhecer as boas histórias, as resistências e transformações nas vidas de pessoas que se identificam como homens trans.

Descrição dos Procedimentos a que o Sujeito será Submetido: Esta é uma pesquisa qualitativa que será orientada por um roteiro semiestruturado de perguntas e gravada somente com a permissão do entrevistado. Os dados coletados serão tratados de forma anônima e confidencial, sem a identificação por terceiros. O encontro ocorrerá com a proposta temática descrita no objetivo da pesquisa e não há pretensão por parte dos pesquisadores em levantar qualquer juízo de valor sobre os resultados.

Benefícios Esperados: Desejamos com essa pesquisa auxiliar na criação e aperfeiçoamento de políticas para homens trans residentes no estado do Espírito Santo e também no Brasil, além de auxiliar aqueles que trabalham ou desejam trabalhar com a mesma temática. Pretendemos também utilizar as histórias orais como uma importante forma de afirmar as vidas de homens trans para além de sofrimentos ou violências.

Desconfortos Possíveis: Caso haja algum incomodo em compartilhar informações pessoais sobre um ou mais tópicos da conversa, será assegurado seu direito de não querer participar da pesquisa e seus dados serão descartados. Caso em algum momento você se sinta desconfortável em partilhar suas opiniões a respeito de um ou mais pontos do roteiro utilizado durante ou depois da conversa, será assegurado o seu direito em recusar-se a manifestar-se sobre o(s) tópico(s) em questão. Em caso de dúvidas ou esclarecimento que considere necessário, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo.

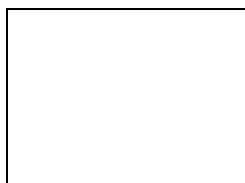
Dessa forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Eu _____.

RG: _____, autorizo a utilização dos dados coletados nesta entrevista os quais poderão ser utilizados posteriormente em publicações científicas em revistas, livros e eventos científico-acadêmicos. Estou ciente dos objetivos da pesquisa e dos possíveis encaminhamentos dessa investigação.
Vitória/ES, ____ de _____ de 201_.

Assinatura do Voluntário/ Participante
Ou

Assinatura do Pesquisador



Assinatura Dactiloscopia Voluntário/Participante

Contato com o Pesquisador:
Telefone: (27) 4009-7767 / 9-9939-9858.
E-mail: mateus_pedrini@hotmail.com
Contato Comitê de Ética em Pesquisa da UFES:
Telefone (27) 4009-7840
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com